



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



MARIA HELENA CARVALHO MOURÃO

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO LAGO JANAUCÁ –
MUNICÍPIOS DO CAREIRO E MANAQUIRI/AM**



**MANAUS – AM
2014**

MARIA HELENA CARVALHO MOURÃO

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO LAGO JANAUCÁ –
MUNICÍPIOS DO CAREIRO E MANAQUIRI/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do Título de Mestre em Geografia, Área de Concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

**MANAUS – AMAZONAS
2014**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M931t Mourão, Maria Helena Carvalho
Territorialização Camponesa no Lago Janauacá, Município do Careiro e Manaquiri, Amazonas / Maria Helena Carvalho Mourão. 2014
113 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Tese (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. produção Familiar Camponesa. 2. Territorialidade. 3. Pesca do Mapará. 4. Lago Janauacá. 5. Produção de Fécula. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95, credenciado pela CAPES em set/2000



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) Senhor(a) **MARIA HELENA CARVALHO MOURÃO** aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, área de concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **03 de junho de 2014**.

Aos **três** dias do mês de **junho de 2014**, às **15h00**, nas dependências da Universidade Federal do Amazonas, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO LAGO JANAUCÁ, MUNICÍPIOS DE CAREIRO E MANAQUIRI-AM”**, sob orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) **MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ (DEGEO/UFAM)**, do(a) aluno(a) **MARIA HELENA CARVALHO MOURÃO**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: **Professor(a) Doutor(a) Manuel de Jesus Masulo da Cruz, Orientador(a)/Presidente (PPG-GEOG/UFAM), Professor(a) Doutor(a) Sílvio Simione da Silva (CFCH/UFAC) e o(a) Professor(a) Doutor(a) Amélia Regina Batista Nogueira (DEGEO/UFAM)**. O(A) Presidente da Banca Examinadora deu início à sessão convidando os membros da Banca e o(a) Mestrando(a) a tomarem seus lugares. Em seguida, o(a) Senhor(a) Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada ao(a) Mestrando(a) para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos membros da Banca Examinadora. Após a apresentação e arguição pelos membros da Banca Examinadora, esta se reuniu onde decidiu, por unanimidade, que o(a) aluno(a) foi **“Aprovado”**. A sessão foi encerrada. Eu, Maria das Graças Luzeiro, Secretária do PPG-GEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) Mestrando(a). Manaus (AM), **03 de junho de 2014**.

Banca Examinadora	Rubrica	Conceito
Prof(a) Dr(a) MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ Orientador(a)/Presidente(DEGEO/UFAM)		“Aprovado”
Pro(a) Dr(a) SILVIO SIMIONE DA SILVA Membro Titular (CFCH/UFAC)		“Aprovado”
Prof(a) Dr(a) AMÉLIA REGINA BATISTA NOGUEIRA Membro Titular (PPG-GEOG/UFAM)		“Aprovado”
 Maria Helena Carvalho Mourão Mestranda	 Maria das Graças Luzeiro Secretária do PPG-GEOG	

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a Deus, razão suprema da minha existência e Maria, meu anjo protetor. Aos meus pais, Lina Carmélia Carvalho Mourão e Nazir José Mourão (*in memoriam*), que mesmo não estando mais entre nós foram responsáveis pela minha educação e crescimento como ser humano; aos meus filhos: Paulo Victor, André Felipe e Thiago Miguel, meus netos Matheus Vinicius, Luis Felipe e Ana Júlia, aos meus irmãos Antonio, Marta e Nazir Filho que muitas vezes tiveram que conviver com minha “falta de paciência”; a meu orientador Manuel de Jesus Masulo da Cruz, um amigo de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela minha existência e por ser meu maior incentivador, que em sua infinita sabedoria demonstrou através da natureza mensagens de esperança e conforto, sempre presente em minha vida dando-me força, perseverança mesmo nos momentos mais difíceis jamais me deixou faltar à fé, elemento primordial para a conquista de meus objetivos. Aprendi que a superação nos momentos difíceis só é possível, por estar ao lado de quem realmente se importa com nosso amadurecimento.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Manuel de Jesus Masulo da Cruz que, com profissionalismo e amizade aceitou a tarefa de me orientar num momento em que poucos acreditavam que esta dissertação viesse a ser concluída. Sua paciência em escutar-me, entendendo minhas limitações e dificuldades, tornou possível concatenar as ideias que tomaram corpo e formaram este conteúdo. A ele, pela amizade e atenção devo essa dissertação.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela honra de fazer parte dela, minha casa acadêmica.

Agradeço, também, e de modo muito especial, ao professor Dr. Naziano Filizola que no alvorecer de minha vida acadêmica foi um guia a me mostrar o caminho inicial desta jornada e que me possibilitou seguir até este momento.

Aos meus queridos professores: Angélica Cavichioli, Benhur Pinós, Amélia Regina, José Alberto, Marcos Castro, Mírcia Fortes, Manuel Masulo, Ricardo Nogueira, e os outros educadores que de forma direta e indireta contribuíram para este momento. Por suas orientações sou a profissional que sou hoje, são eles meus ídolos reais. Agradeço pela amizade e paciência.

Aos meus amigos de todas as horas, Ercivan Gomes, Alzilene Teixeira, Ana Lídia, Vinicius Moura, Roberval Gonzaga, Kleber Barbosa, fica meu registro, que é sempre muito gratificante poder contar com um ombro amigo. A eles, que nos momentos de angústia e dificuldades tiveram sempre uma palavra de incentivo, agradeço ternamente.

Aos meus irmãos de orientação, Antonio Carlos, Sebastião Queiroz, Luciana Matos, Nailson, Lilia Araújo e Timóteo agradeço o companheirismo, o apoio e os momentos de aprendizagens que compartilhamos.

Aos camponeses ribeirinhos das comunidades do Lago Janauacá e aos comerciantes dos frigoríficos e flutuantes frigoríficos pela minha inserção, tanto na produção camponesa quanto na pesca dos bagres e na comercialização dessas espécies.

Aos colegas de turma, aos professores do curso, à secretaria e à coordenação.

À SEDUC e ao meu gestor Emanuel Soares Cardozo pela confiança e apoio ao me liberarem, nos momentos mais difíceis para a realização desse estudo.

A CAPES, pelos dezoito meses de bolsa.

RESUMO

Pretende-se com esse estudo, compreender o processo de territorializações das comunidades localizadas no ambiente lacustre do complexo Solimões-Amazonas, considerando as principais práticas de manejo agrícola e pesqueiro e sua repercussão na organização da produção dos pequenos agricultores que habitam o lago Janauacá, localizado nos municípios de Manaquiri e Careiro - AM. Nessas localidades, no passado predominavam a produção de mandioca para feitura de farinha e fécula, que dominavam o mercado regional até a década de 1980. Atualmente, predomina a agricultura e a pesca do mapará. Mesmo com os conflitos entre estas duas produções distintas e conseqüentemente da perda pelo interesse na exploração agrícola, a produção de fécula e o retorno da produção de farinha, os camponeses ribeirinhos ainda mantêm seu modo de vida tradicional, apesar das estratégias de mercado, permanecem, em virtude do laço afetivo que os moradores mantêm com esse ambiente, pois muitos deles, principalmente os mais idosos, foram os responsáveis pela formação destas comunidades, plantio de roças, da pesca. Contudo, os moradores mais novos e migrantes, sem esse laço afetivo, iniciaram o processo de mudanças nas relações históricas. As comunidades vivem entre a ruptura e a adaptação. No passado, a farinha e a fécula, hoje, principalmente, a pesca do mapará. Dessa forma, refletiremos sobre as transformações que vêm ocorrendo nesse território, desde a guerra do peixe até a retomada da produção de farinha e a ascensão de outras culturas.

Palavras-Chave: Produção familiar camponesa, territorialidade, pesca do mapará, lago Janauacá.

ABSTRACT

The aim of this study was to understand the process of territorialization of the communities located in the environment lacruste Solimões - Amazonas complex, considering the main agricultural practices and fishing and its impact on the organization of smallholder farmers living Janauacá lake located municipalities Manaquiri and Careiro - AM. These locations in the past dominated the production of cassava flour and starch making, which dominated the regional market until the 1980, currently dominated by agriculture and fishing mapará. Even with the conflicts between these two distinct productions and consequently loss of interest in the farm, starch production and the return of flour production, riparian farmers still maintain their traditional way of life despite the market strategies, remain in because of the emotional bond that residents have with this environment, since many of them, especially the older ones, were responsible for the formation of these communities, planting gardens, fishing. However, newer migrants and residents, without that emotional bond, began the process of changing historical relations. Communities live between rupture and adaptation. In the past, flour and starch, today mainly fishing for mapará. Thus, we reflect on the transformations occurring in this territory since the war of the fish until the resumption of production of flour and the rise of other cultures.

Keywords: Production peasant family, territoriality, mapará fishing lake Janauacá.

LISTA DE SIGLAS

- SIG – Sistema de Posicionamento Global
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- MEB – Movimento de Educação de Base
- IDAM – Instituto de Desenvolvimento da Amazônia
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- IDAM - Instituto do Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

- NEAPL - Núcleo Estadual de arranjos Produtivos Locais
- SIF – Selo de Inspeção Federal

- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

- SEPROR- Secretaria de Produção Agropecuária Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado

LISTA DE FIGURAS

Imagem de Capa: – Visão parcial do grande lago Janauacá - AM.	
Figura 01 – Localização do lago Janauacá	21
Figura 02 – Ponto onde foram realizadas as entrevistas	23
Figura 03 – Transporte regional.	24
Figura 04 – Ramal do Samaúma	25
Figura 05 – Área de restinga – enchente de 2012	30
Figura 06 – Força de trabalho familiar	33
Figura 07 – Socialização do trabalho camponês	35
Figura 08 – Apropriação dos meios de produção	37
Figura 09 – Comunidade Rio branco	40
Figura 10 – Territorialidades distintas	42
Figura 11 – Casas flutuantes	45
Figura 12 – Sítios instalados em terra firme	47
Figura 13 – Sítios com elementos arbóreo frutífero	47
Figura 14 – Criação de pequenos animais	50
Figura 15 – Criação de gado no lago	51
Figura 16 – Moradora do lago.	52
Figura 17 – Várias formas de consumo de tapiocas nas bancas de café regional	60
Figura 18 – Massa para fabricação de pé de moleque regional e goma	61
Figura 19 – Fábrica de farinha/ goma abandonada – Com. Samaúma	62
Figura 20 – Equipamentos abandonados	62
Figura 21 – Embalagem de fécula produzida no Paraná	63
Figura 22 – Processo de produção camponesa	65
Figura 23 - Casa de farinha no flutuante	67
Figura 24 – Fluxograma	68
Figura 25 – Comunidade vila do Janauacá	73
Figura 26 – Casas flutuantes	75
Figura 27 – Comunidade do Tilheiro	77
Figura 28 – Pesca artesanal no lago	77
Figura 29 – Comunidade do Tilheiro – sede da colônia de pesca	98
Figura 30 – Mapa de localização da Com. do Tilheiro	101
Figura 31 – Preparação para o “lanço”	102
Figura 32– Espécies de peixe mapará	103
Figura 33 - Fluxograma da rede de comercialização	104
Figura 34 – Esposas de pescadores	105
Figura 35 – Retirada das vísceras dos maparas	105
Figura 36 – Pescado sem as vísceras antes de pesar	106
Figura 37 – Balança para pesagem	106

Figura 38 – Caixa de gelo no porão do barco	107
Figura 39 - Armazenagem do pescado na geleira	107
Figura 40 – Espécies de maparás	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Cota Fluviométrica das maiores cheias do rio Amazonas	30
Tabela 02: Período de safra do mapará e outras atividades	96
Tabela 03: Preço vendido pelos pescadores	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gêneros dos moradores	53
Gráfico 2: Dados das propriedades	53
Gráfico 3: Culturas temporárias	54
Gráfico 4: Culturas perenes	54
Gráfico 5: Criação de animais	55
Gráfico 6: Produção de fécula e outras culturas	56
Gráfico 7: Tipos de peixes comercializados	56
Gráfico 8: Modo de produção	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – Produção familiar no lago Janauacá	16
1.1. Lago Janauacá: Uma comunidade camponesa Amazônica	19
1.2. Produção e modo de vida ritmado pelas águas	28
1.3. Território e Territorialidade no âmbito da produção camponesa.	37
CAPÍTULO II – Família, produção e trabalho: os camponeses do lago	46
2.1. A casa de farinha/goma e a produção familiar.	57
2.2. Área de agricultor versus área de pescador: apropriação e uso da terra e das águas.	73
2.2. Acordo de Cavalheiros versus Guerra do Peixe: territorialidades em conflitos	77
CAPÍTULO III – A pesca no lago Janauacá	87
3.1. A pesca na região Amazônica e no lago Janauacá	90
3.2. O processo de captura e comercialização dos maparás no lago Janauacá	95
3.3. Quem planta não pesca quem pesca não planta: territorialidades e os novos conflitos de pesca no lago Janauacá	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

O tema proposto “Territorialização camponesa no lago Janauacá - municípios do Careiro e Manaquiri/AM” tem, como objetivo, compreender o processo de territorialização [camponesa] que vem ocorrendo nesse espaço. Considerações sobre camponês, território e territorialidade formarão a base conceitual desta pesquisa, que explicaremos a territorialização da produção camponesa no lago e toda dinâmica que surge a partir da convivência nem sempre pacífica dos camponeses ribeirinhos, que reflete, antigos acordos, nem sempre formal, entre os moradores. Atualmente estes acordos estão sendo validados pelos órgãos públicos que estabelecem regras, delimitam áreas e coíbem o conflito/confronto latente entre os camponeses que se declaram agricultores e os que se declaram pescadores.

A área de estudo compreende as comunidades localizadas no entorno do lago Janauacá (figura 01), localizado entre os Municípios do Careiro e Manaquiri–AM, com destaque para as localidades do Caapiranga, Rio Branco, Italiano (área de agricultores), Tilheiro (área de pescadores), Sumaúma (agricultura, pesca esportiva), Paraná do Manaquirizinho (agricultura e pesca). Compreendemos que ao se estudar estas comunidades, em nenhum instante, deve-se desvincular a importância do rio, da várzea, na vida do camponês-ribeirinho. E, que o lago em sua *metamorfose*, tem o poder de criar e recriar rupturas e adaptações¹ na paisagem. Anteriormente, a produção de farinha e a fécula (goma) destacavam-se, atualmente, o destaque é a pesca do mapará (*Hypophthalmus ssp.*)². Pretende-se, assim, refletir sobre as transformações que vêm ocorrendo na apropriação deste lago, com a produção agrícola e a ascensão da produção pesqueira.

Os objetivos específicos pretendem analisar a produção agropastoril no lago Janauacá considerando suas diferentes formas de apropriação e uso da terra entender a territorialização camponesa no lago Janauacá por meio da produção agrícola familiar, analisar as consequências das políticas públicas atuais para o uso e ocupação da terra, e das águas no lago Janauacá e compreender a produção pesqueira familiar e sua inserção no mercado,

¹ O tema proposto ao utilizar os verbetes rupturas e adaptações não tem o objetivo de polemizar ou esgotar conceitos. Acima de tudo, propomos compreender as transformações e interações que vem acontecendo neste lago. Dessa forma, ao utilizarmos o termo ruptura não estamos partindo da ideia de rompimento (definitivo), mas sim de interrupção (de algo que foi substituído ou transformado), bem como ao utilizarmos o termo adaptação, estamos partindo apenas da ideia de integração de uma pessoa ao ambiente.

² Segundo CURTRIM e BATISTA (2005) são siluriformes de porte médio, pertencentes à família sul-americana pimelodidae com um gênero de três espécies (H. Marginatus, H. Edentatus e H. Fimbriatus).

considerando as causas do conflito/confronto entre agricultores e pescadores no lago Janauacá.

Para efeito da pesquisa, selecionou-se 40 unidades familiares a fim de que se fizessem as entrevistas semiestruturadas na qual os entrevistados descreveram sua percepção a respeito do assunto investigado. A escolha das pessoas foi aleatória, levou-se em consideração a disponibilidade dos entrevistados, nas várias comunidades, casas flutuantes, sem obedecer às regras formais. Observaram-se os aspectos espaciais (geográficos), ecológicos e socioeconômicos.

Na execução do trabalho de campo, os meios de transporte utilizados foram barcos regionais de pequeno porte, voadeiras, canoas e rabetas³. Em vários momentos tratamos de aspectos socioeconômicos, ao inferirmos no estudo as transformações culturais e sociais oferecido pelo capital através da comercialização da produção camponesa que possibilitou os camponeses ribeirinhos adquirir produtos eletro-eletrônicos como geladeiras, frízers, televisores, geradores etc. Dessa forma, lançamos mão dos seguintes recursos: 1) buscar referências em diversos autores clássicos e contemporâneos como subsídios sobre a temática estudada; 2) entrevistar, sobretudo, os antigos moradores, a fim de perceber por meio deles como eram as relações entre os moradores do lago.

A coleta de dados realizada contempla o uso de entrevistas semiestruturadas adequadas aos objetivos da pesquisa, tendo como fim resgatar dados que indiquem a relação do dia-a-dia dos camponeses ribeirinhos e suas atividades. Prestes (2008:28) enfatiza que “coletando o material, é preciso analisá-lo, selecioná-lo, e dividi-lo em tópicos que constituirão as partes do trabalho. Feito isso e após muita reflexão, pode-se organizar o plano definitivo do trabalho”.

A utilização das entrevistas (complementada com o uso de material fotográfico visando registrar os aspectos do imaginário social do cotidiano) consistindo em perguntas abertas e fechadas, envolvendo os agentes sociais diretamente relacionados com a pesquisa e a questão estudada, nos conduziu a perceber e corrigir as limitações e as imperfeições dos instrumentos para melhor atender aos objetivos da pesquisa.

Para dar consistência teórica à pesquisa, serão consideradas, a princípio, algumas categorias conceituais: camponês, território e territorialidade. É imprescindível mencionar, em linhas gerais, que na presente dissertação se optou pela designação “camponês ribeirinho” em

³ Também conhecido localmente como “honda”. Trata-se de uma canoa entalhada em tronco de árvore motorizada utilizada para pesca e transporte de pequenas cargas e poucos passageiros. (Nota pessoal)

substituição ao termo técnico “camponês” a fim de melhor caracterizar esse sistema de produção praticado pelos pequenos produtores, que fazem uso da mão de obra familiar.

Este estudo se propõe a analisar a territorialização camponesa no lago Janauacá e as várias territorialidades, surgidas das relações entre agricultores e pescadores, ambos, camponeses ribeirinhos. As territorialidades em confronto/conflito nos permitem identificar os processos de construção territorial dos espaços na Amazônia a partir das dinâmicas locais e das influências governamentais e econômicas ao longo dos anos. Assim, estes espaços se tornam palco das transformações econômicas, sociais e culturais do ribeirinho que reside na região em busca de manter e conservar suas formas de produção estabelecidas junto e a partir da natureza.

O modo de vida do camponês ribeirinho está intimamente relacionado com o ciclo anual do rio o que faz surgir uma produção familiar camponesa baseada numa estratégia de múltiplos recursos que envolvem a pesca, a agricultura, a pecuária, a criação de pequenos animais e o extrativismo florestal. O regime das águas do rio Solimões é ideal para a agricultura, onde as restingas (como na área de várzea do lago Janauacá) têm sido um dos locais preferidos para a ocupação, a pesca, a coleta e o plantio bem como a organização das associações.

A dissertação está dividida em uma introdução, seguidas de três capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo abordará a produção familiar no lago Janauacá, seu modo de vida e de produção, seu contexto espacial bem como a formação do território e suas territorialidades a partir do campesinato e da monopolização da terra pelo capital, caracterizando a área de estudo, suas particularidades e conflitos.

O segundo capítulo discorrerá sobre a família, produção e trabalho: os camponeses do lago; quem é, seu modo de vida camponesa a partir da produção agrícola e pesqueira, a casa de farinha/goma. As áreas de agricultor e de pescador, sua apropriação e uso da terra e da água. O acordo de cavalheiro e a guerra do peixe que delimita as territorialidades em conflitos entre os territórios distintos.

O terceiro capítulo abordará a pesca no lago Janauacá, os processos de captura e comercialização dos maparás no lago. Propõe uma reflexão do momento atual de transformação do espaço geográfico da área destacando os conflitos/confrontos que ocorreram e ainda ocorrem entre os camponeses ribeirinhos do lago Janauacá, mantido no passado pelo acordo de cavalheiros e atualmente pela legislação.

Nas considerações finais, serão apresentadas as apreciações-reflexões sobre os resultados da pesquisa. Acreditamos que este estudo contribuirá para o conhecimento do modo de vida camponês do lago Janauacá e, mais especificamente, das características dos vários territórios, de sua organização, do modo produção e trabalho praticado pelos camponeses ribeirinhos.

CAPÍTULO I - PRODUÇÃO FAMILIAR NO LAGO JANAUCÁ

Entender o processo de territorialização que acontece no lago Janauacá (figura 1) e a sua dinâmica no processo da produção familiar presentes na área de pesquisa e das relações dela resultante é uma tarefa complexa.

Tem-se conhecimento, no entanto, que o campo é marcado pela dualidade, entre a resistência camponesa e o avanço capitalista. Essas duas lógicas são contraditórias e ao mesmo tempo convergentes, visto que, enquanto uma defende a continuação e permanência de um modo de vida a outra busca monopolizar a produção da primeira, havendo dessa maneira, a monopolização do território pelo capital, sem perder sua estrutura básica que é a produção familiar camponesa.

Dessa forma, pode-se perceber que ao longo de um secular processo histórico, desenvolveram-se as práticas e valores das comunidades amazônicas, inclusive as que surgiram no entorno do lago, irmanadas pelo uso dos recursos naturais retirados dos rios, lagos, várzea e terra firme que caracterizaram sua organização social.

A terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida. A terra, substrato tanto da floresta como da água, nunca, ou quase nunca, aparece como mercadoria – ou seja, terras, para fazer negócios –, mas sempre como terra que tem por destino nela se trabalhar. A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção. A terra do camponês amazônico é a terra de várzea e, como tal, possui todas as caracterizações assinaladas. Sem a enchente e a cheia que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como *terras de trabalho* não seriam possíveis (WITKOSKI, op.cit: 190-191).

1.1 Lago Janauacá: Uma comunidade camponesa amazônica

Os primeiros dados que se tem sobre o lago Janauacá, são datados de 1877, ligados ao período de migração da população nordestina a uma pequena localidade em terras firmes e as margens do rio Amazonas. Uma parte dos nordestinos, que chegaram a Manaus, optou por se fixar no Careiro, intensificando o povoamento da região. Pela Lei Nº 09 de 11 de janeiro de 1890, foram criadas as colônias de Santa Maria do Janauacá e de Treze de Maio, que fixou a população que povoava aquela área.

Segundo Loureiro (1978, p.156) em 1980 a Colônia Treze de Maio possuía 835 famílias nordestinas, que deram origem a cidade do Careiro. A colônia de Santa Maria do Janauacá se tornou distrito de Manaus.

De acordo com o decreto de Nº1.447 de 12 de dezembro de 1922, Manaós⁴ dividia-se em vários distritos administrativos. Manaus possuía três distritos com a mesma denominação – Janauacá, sendo a região compreendida por eles o que demarcava as diferenças. Compreendia o quinto Distrito de Manaós o Distrito de Janauacá, que compreendia os igarapés da Tapagem, Caripé, Castanha, Silvestre, Raymundinho, Rã, Botto, Correnteza, Queimadas, Murumurú, margem direita do rio Solimões e a ilha do Marapatá até o lago Grande e adjacências. O sexto Distrito de Manaós, também denominado de Distrito Janauacá compreendia o igarapé Grande Janauacá, Caapiranga e ramificações. E, como sétimo Distrito, novamente denominado Distrito de Janauacá, compreendia todo o Mamury até o lago Cerrado.

Pelo Decreto-Lei estadual Nº 176 de 01 de dezembro de 1938, criou no Município de Manaus o Distrito do Careiro. Com a legislação federal que incentivava a implantação de novas políticas para a região Norte, o que acaba por desmembrar o município de Manaus, é criado pela Lei Estadual de 19 de dezembro de 1955 o Município do Careiro, tornando o Distrito do Janauacá parte desta nova região. (BELTRÃO, 1990). Segundo Castro (1948), o Janauacá era o núcleo mais populoso.

Com a publicação da Lei nº 1 de 12.04.1961, fato ocorrido no governo do Prof. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, foram criados vários municípios entre eles o de Janauacá, com sede na vila do Janauacá. O artigo 15 da respectiva lei estabelece seus limites, descrito no Diário Oficial do Estado do Amazonas, publicado em 13 de abril de 1961. Em julho 1964, este município é extinto, pela Lei Nº 41, sendo sua área incorporada pelo Município do Careiro, do qual havia sido desmembrado.

Atualmente, o Lago Janauacá está situado entre os municípios de Careiro e Manaquiri, e faz parte, segundo o IBGE, da mesorregião Centro Amazonense (Nº 03), microrregião de Manaus (Nº 07), estabelecido recentemente na Região Metropolitana de Manaus, há cerca de 50 km (em linha reta) de distância da Capital do estado. O lago encontra-se a margem direita do rio Solimões ligado por um canal natural, o Paraná⁵ do Janauacá com extensão de

⁴ Antiga grafia do nome da cidade, que foi alterado para Manaus posteriormente, homenageava uma das tribos que habitavam esta região.

⁵ Paraná: Terminologia amazônica de origem indígena que significa o braço de um grande rio, formando uma grande ilha. (GUERRA, 1997, p.463)

aproximadamente 7km² e sua profundidade varia conforme o regime das águas do rio. Sua dinâmica fluvial é extremamente irregular margeado na região sul por terra firme, formando uma área de igapó nas épocas de cheia e, ao norte, por uma restinga⁶.

O lago Janauacá foi escolhido como local dessa pesquisa. Como qualquer região da Amazônia, o lago Janauacá no Amazonas também possui peculiaridades no setor agrícola e pesqueiro, principalmente no que diz respeito à produção de fécula e ao modo de captura das espécies de bagres principalmente os maparás (*Hypophthalmus* spp.).

Este lago localiza-se, entre as coordenadas a 60° 07' a 60° 27' Longitude Oeste e 3° 14' a 3° 37' Latitude Sul. Está situado, segundo as unidades cronoestratigráficas, em depósitos da era Cenozóica, do período Terciário-Quaternário, da época plio-plestocênica, entre colinas da unidade litoestratigráfica da formação Solimões. (RADAMBRASIL apud BORGES, p.18).

O lago Janauacá pode ser considerado uma *Ria Fluvial* quando se observa sua forma e estratigrafia. Não possui uma forma arredondada, encontra-se em terrenos do Quaternário e do meio curso a jusante existe um alargamento de maneira desproporcional em relação a montante. Esta anomalia está relacionada, segundo Sioli (1991) a última glaciação, quando o mar estava a 100m mais baixo do nível atual, fez com que os rios amazônicos, com sua declividade e suas velocidades, bem maior que as atuais, escavarem vales largos e profundos nas áreas de sedimentação terciária no baixo e médio vale do Amazonas. Com o fim da era glacial, as águas do oceano tiveram seu nível elevado gradativamente, os rios da Amazônia central foram represados, afogando seus vales. Esta conclusão foi feita após a fotointerpretação da carta Manaus, folha AS-20-Z-D-III MI-578, associadas as Cartas Litoestratigráficas, que fazem parte do estudo do Projeto RADAMBRASIL, Folha Manaus SA-20.

⁶ Restinga: São diques marginais ou pestanas, que se depositam na planície do leito maior, junto ao curso de água. O mecanismo genético de tais dicas o transporte de aluviões por uma corrente fluvial, no momento de inundação. (GUERRA, 1997, p.543)

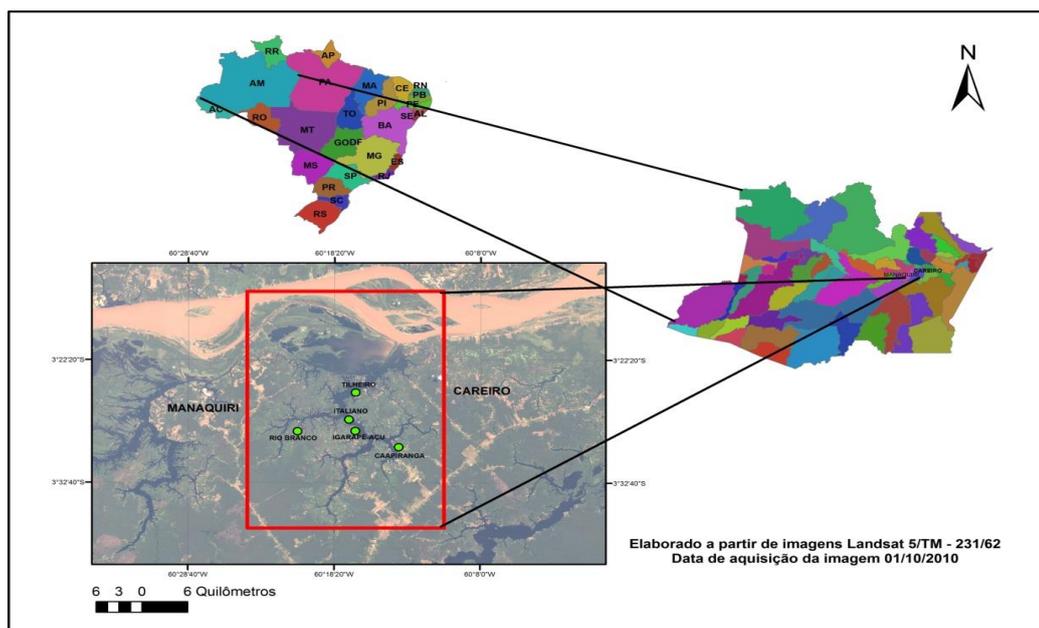


Figura 01 – Localização do Lago Janauacá
 Fonte: Imagem de satélite LANDSAT.
 Organizadores: Oliveira e Mourão, 2013.

A vegetação encontra-se caracterizada por duas regiões fitoecológicas, sendo a região de floresta densa tropical, sub-região dos baixos platôs e a segunda, a região de floresta aberta tropical, sub-região dos baixos platôs da região Amazônica. O lago Janauacá é caracterizado por uma floresta densa e campinarana com formação arbustiva e herbácea. Nos terraços aluviais e nos tabuleiros terciários é constituída por arvores de grande porte nas encoste de médio porte.

O relevo está classificado, segundo Ross (1995) como planície sedimentar, considerando-se, o processo erosivo e deposicional, onde se percebe que mais de 95% dessas terras baixas são, na verdade, planaltos ou depressões de baixa altitude, onde o processo erosivo se sobrepõe ao de sedimentação restando à planície verdadeira por uma estreita faixa de terras às margens dos grandes rios da região, compreendendo matas de terra firme, igapós e várzeas. A terra firme é o ecossistema de maior expressividade e de grande complexidade na composição, distribuição e densidade das espécies. Caracteriza-se pela heterogeneidade florística com predominância de espécies agregadas em algumas formações e aleatórias em outras (ARAÚJO *et al.*, 1986). São terras altas e localizadas em áreas acima dos limites de inundação periódica dos rios, não havendo renovação anual do limo ou sedimentos férteis levados pelos cursos dos rios. A floresta de terra firme apresenta maior riqueza de espécies arbóreas que a floresta de várzea.

As matas de igapó estão localizadas em terrenos mais baixos, próximos aos rios, podendo manter-se permanentemente alagadas. Durante o período de cheia, as águas inundam as margens dos rios, avançam pela floresta e chegam quase a alcançar as copas das árvores, formando os "igapós", que compreende uma cobertura vegetal que ocorre nas áreas de relevo suave (planícies) que se encontram às margens de rios, portanto, sofre inundações frequentes. A mata de igapó possui difícil acesso devido à incidência de árvores baixas que não supera 20 metros de altura, além de cipós, epífitas e plantas aquáticas, é comum encontrarmos árvores de dois a três metros, com ramificação baixa e densa, de difícil penetração. Sua espécie mais famosa é a vitória-régia, conhecida como a "rainha dos lagos".

A Mata de várzea se estabelece em áreas um pouco mais elevadas que as planícies, localizadas entre a terra firme e os igapós, variando de acordo com a proximidade dos rios, possuem um manto fértil que é anualmente renovado pelas águas, trazendo elementos fertilizantes que propiciam a formação de pastagens e plantações. Em virtude da umidade as árvores possuem alturas que oscilam entre 25 e 30 metros.

Os solos mais comuns são o Latossolo Amarelo Álico, o Aluvial Eutrófico e o Gley pouco Húmico Eutrófico, que apresentam boa potencialidade natural. (EMBRAPA)

A região do Lago Janauacá situa-se entre dois municípios: a margem direita pertence ao Careiro e a margem esquerda a Manaquiri ambos no Estado do Amazonas (figura 01). Compreende várias comunidades assim distribuídas: Coari, Igarapé Açu, Italiano, Rio Branco, Piauí, Nova Esperança, Jutai, Vila Samaúma, Paraná do Manaquirizinho e Tilheiro⁷ no município de Manaquiri; e, Tapagem, Boas Novas, Monte Sião, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Samaúma, Boa Vista, São João Batista do Caapiranga, Sagrado Coração de Jesus, Cinturão Verde, Nova Jerusalém e Tilheiro no município de Careiro, entre outras.

Tomando como referência os limites municipais explícitos no mapa da figura 01, deve-se esclarecer que a área de estudo limita-se à porção do Lago pertencente aos municípios de Careiro e Manaquiri, sendo que de acordo com o que foi mapeado em campo durante as entrevistas, existem áreas, principalmente na localidade do Tilheiro, onde as atividades agrícolas são mais escassas, sobretudo pela dedicação da maioria da população às atividades pesqueiras. E áreas onde a pesca e a agricultura se complementam de forma organizada, sem conflito, como é o caso das localidades situadas no Paraná do Manaquirizinho (figura 2).

⁷ A Comunidade do Tilheiro está localizado nos dois municípios, tem parte de seu território situado no município de Manaquiri e parte no do Careiro.

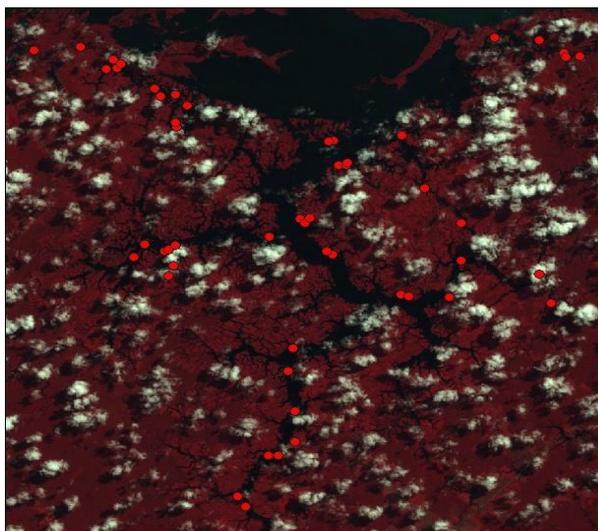


Figura 2 – pontos onde foram realizadas as entrevistas
Fonte: Imagem de satélite LANDSAT.
Organizador: Mourão, 2013.

Há um intenso fluxo de relações, seja familiar ou econômica, estabelecido entre o Lago Janauacá e Manaus, tendo como transporte predominante os convencionais “barcos de linha” de pequeno porte, tradicionalmente construídos de madeira, que transportam ao mesmo tempo pessoas e mercadorias, além de lanchas especializadas no transporte rápido, conhecidas como “lança ajato”. Outra opção de acesso se dá através da BR-319, que estabelece de qualquer forma uma conexão semifluvial.

O acesso as Comunidades localizadas no lago Janauacá se dá por via fluvial, geralmente por pequenas embarcações, rabetas, pequenos motores regionais, que levam uma média de 4 a 5 horas para fazer o trajeto do porto de Manaus até as varias comunidades situadas no entorno do lago (figura 03), além de dois ramais, estradas de barro e piçarra que permite chegar à beira do lago conhecidas como ramal do Samaúma⁸ (Careiro) e ramal do Cinturão Verde (Manaquiri) de onde consegue embarcar em um “rabetá” ou “Honda” até a comunidade. E que possibilita o acesso dos moradores e o transporte de mercadoria através de estrada até BR-319 (Manaus _ Porto Velho) e posteriormente a Manaus e adjacências (Figura 04).

⁸O ramal do Samaúma foi asfaltado entre os meses de novembro e dezembro de 2013, facilitando o acesso ao lago.



Figura 3: transporte fluvial: A - barco regional de madeira. B - motor “ajato”, que serve para o transporte de passageiros e cargas no lago Janauacá
Fotografia: Mourão, pesquisa de Campo, 2012/2013



Figura 4: Transporte terrestre: ramal do Samaúma – permite a locomoção dos moradores do lago a BR-319 – um meio de acesso a cidade de Manaus.
Fotografia: Mourão, pesquisa de Campo, 2012/2013

Quanto à população, predominam as atividades comuns nas zonas rurais, principalmente a agricultura, embora outras atividades sejam praticadas com certa regularidade como a pesca ou o extrativismo vegetal e animal. Interessante destacar que a maioria da população se encontra distribuída literalmente dentro do Lago (em casas flutuantes) ou mesmo ocupando suas margens, algumas aglomerações são observadas, com destaque neste último caso para a existência de algumas vilas ou localidades situadas no entorno e sobre as águas do Lago Janauacá.

Nos últimos anos houve uma considerável melhoria nos serviços de telecomunicações, em alguns pontos dentro do lago é possível obter comunicação via celular, o que permite os moradores estarem conectados em redes sociais através da internet ofertada pelas operadoras de celulares. Em algumas comunidades é possível encontrar telefones públicos (orelhões).

A energia até pouco tempo atrás era fornecida por geradores elétricos que funcionavam das 19h às 21h com combustível fornecido pelas Prefeituras, esta realidade começou a ser mudada a partir do Programa *Luz Para Todos* do Governo Federal, a maioria dos moradores do lago Janauacá já possui energia elétrica 24 horas por dia. Apesar da burocracia e deficiência técnica, vem se estabelecendo mudanças profundas através da implantação da malha do sistema de energia, possibilitando até mesmo inovações por parte da produção agrícola familiar.

Em contexto espaço-temporal nota-se a presença significativa de descendentes de nordestinos, mais especificamente dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, estes teriam chegado ao Amazonas no início do século XX, por diversas razões, entre elas provavelmente para trabalharem nos seringais, em busca de novas oportunidades de trabalho e posse de terras para a agricultura onde, posteriormente sobre o novo território, agregou o seu conjunto de conhecimentos aos conhecimentos dos ribeirinhos, estabelecendo relações com o meio através da agricultura e de novas técnicas adaptadas a realidade amazônica. Os dados históricos sobre a migração de retirantes nordestinos, pioneiros no lago Janauacá encontram-se registrados no Boletim da CEDEAM de 1986.

A água utilizada para seus afazeres domésticos, alimentação e produção são as do lago. Em alguns pontos as Prefeituras em parceria com a igreja Pentecostal perfuraram poços artesianos, sendo que, a maioria apresentou água com forte sabor de ferro, apenas alguns tinham água própria para consumo humano, segundo relato dos moradores.

“.....nóis bebe a água do lago, tem gosto melhor que do poço que parece ferrugem, gosto ruim, faz mal, dá dor de barriga na gurizada e nos mais velhos.....” (Sra. M)⁹

Assim, ao se estudar, as comunidades camponesas do lago Janauacá, devemos levar em consideração, suas especificidades, seus valores, tradições, interesses e anseios. Utiliza-se o termo “comunidade” quando nos referimos às concentrações populacionais da área rural com uma forte associação com a religião e os valores da vida em família. “Comunitário”, por sua vez, é um termo de atribuição para identificar aquele que mora numa comunidade onde participa, e pode ser utilizado por um morador para designar os demais.

Os moradores das comunidades visitadas preferem referir-se a si próprios como “agricultores” ou “pescadores, e, neste caso, trata-se de uma autodefinição que remete a viver

⁹ Em relação aos nomes serão utilizadas apenas as iniciais ou apelidos para preservar a identidade dos informantes que contribuíram para a realização desta pesquisa.

do extrativismo”. “Ribeirinho” é outro termo encontrado e remete à vida na várzea, em áreas alagáveis, mas não é usual como autodesignação (PANTOJA, 2005). Contudo, deve-se levar em consideração o que afirma Ribeiro; Fabr  et.al., ao pontuar que:

A comunidade  , ao mesmo tempo, um conjunto de coloca es e, portanto, uma área delimitada, assim, como um conjunto de pessoas que vivem nessas coloca es e se relacionam entre si, através de atividades socioculturais, econ micas, religiosas e políticas. A comunidade representa ainda uma identidade para os seus moradores/integrantes (RIBEIRO; FABR  et.al.,2003:98).

A forma o das comunidades foi estimulada pela Igreja católica nas décadas de 1960 e 1970. O trabalho pastoral da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) teve um papel preponderante nesse processo. Como forma de expandir e estreitar os laços de unidade cristã, padres, irmãs e outros missionários religiosos se reuniam com os moradores, ouviam seus anseios, realizavam cultos, prestigiavam os festejos aos santos, as novenas, realizavam casamentos, batizados etc. Dessa forma, a partir dessas práticas coletivas irmanavam-se outros anseios a fim de reivindicar melhorias de infraestrutura na vida dos “comunitários”, tais como educa o, saneamento básico, saúde e luz elétrica. Essas unidades territoriais antes denominadas de “vilas” até por volta da década de 1960 passaram a se denominar de “comunidade”.

Verifica-se, por exemplo, que os moradores não usam mais o termo “vila” ao se referirem ao seu espaço físico e social, mas sim o termo “comunidade”. Os moradores do Janauacá ainda mant m em algumas comunidades o termo “vila” antes do nome, como o caso da “Vila do Samaúma”, “Vila do Janauacá”, “Vila do Tilheiro” e “Vila do Cinturão Verde”, entre outras. Consideramos necessária a perspectiva de compreender como as transforma es socioeconômicas e políticas nas comunidades se articulam num processo histórico global.

Existe certa homogeneidade na concep o arquitet nica das comunidades da área que se caracteriza pela disposi o linear das casas ao longo da margem do lago, quebrada somente pelo núcleo de edifica es comuns, denominado [...] de “núcleo comunitário”. Este, na maioria das comunidades, é formado pela igreja, escola, campo de futebol e sede social (que geralmente recebe o nome de um clube de futebol) ausente somente em comunidades evangélicas (RIBEIRO; FABR  et.al.:100). Percebe-se também, que após a década de 1950, vários moradores trouxeram suas casas da terra firme par dentro do lago, formando várias comunidades dentro do lago.

Uma comunidade pode ser considerada tradicional quando se caracteriza pela dependência da natureza, dos ciclos naturais, dos recursos naturais renováveis, a partir do qual constroem seu modo de vida; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos transferidos para as gerações seguintes: noção de território onde a comunidade se reproduz econômica e socialmente; importância das atividades de subsistência, mesmo que esta gere algumas “mercadorias” e contato com o “mercado”; reduzido acúmulo de capital; importância da unidade familiar, doméstica ou comunal; importância das simbologias; utilização de tecnologias simples e de baixo impacto sobre o meio ambiente (DIEGUES, 1994 apud MENDONÇA, 2007).

Um aspecto importante na definição de comunidades tradicionais é a existência de formas de manejo dos recursos naturais determinados pelo respeito aos ciclos naturais, nunca explorando os recursos além do limite da capacidade de sua recuperação natural. Essas formas de exploração se revelam não somente economicamente viáveis, mas principalmente detentora de conhecimentos herdados pelos comunitários de seus antepassados (DIEGUES, 1996 apud MENDONÇA, 2007). Num sentido *strictu sensu* pode-se entender “comunidade” como um núcleo agrário, local, onde mantém relações de vizinhança, parentesco, ajuda mútua e solidariedade.

A ocupação dessas áreas pelos camponeses ribeirinhos foi facilitada pela disponibilidade de terras livres e de alta fertilidade. Os camponeses ribeirinhos ao se estabelecerem nessas áreas de várzea começaram imediatamente a cultivar o solo por meio da organização do roçado, a praticar a caça, a coleta, enfim, começou a produzir nessas terras, extraindo uma renda das mesmas. Concomitante, a tudo isso, começaram a manter estreitas relações de parentesco e vizinhança¹⁰.

1.2 Produção e modo de vida ritmado pelas águas.

A produção e o modo de vida amazônico são ritmados pelos períodos de enchente/cheia/vazante/seca, que influencia no ciclo agropastoril, exigindo mais rapidez e trabalhadores na extração/colheita e manejo animal. Dessa forma, os fatores naturais atrelados ao fator tempo e a insuficiência de pessoas em idade de trabalhar acabam por fazer surgir, por extrema necessidade a *força de trabalho assalariada* (e temporária). Esse pagamento é feito

¹⁰ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia. São Paulo-SP. Tese de Doutorado, 2007 (p.33).

por jornada de trabalho, que pode ser através de diárias ou quando muito, pouco mais de um mês.

Os lagos de várzea, por sua vez, têm sido utilizados como uma importante área de pesca, e os campos naturais bastante utilizados para a pecuária e a agricultura. A associação desses tipos diferentes de água cria um misto de lagos, lagoas e canais de águas transparentes, preta e branca que propiciam uma extraordinária variedade de condições para o desenvolvimento de plantas aquáticas e vida animal, fazendo surgir uma enorme sociodiversidade, propiciando o equilíbrio entre os ribeirinhos e a natureza. A agricultura, a pesca, a pecuária e a pequena criação de animais integram o ciclo anual do lago. Surgem, assim, as estratégias de manejo do ribeirinho que tem que seguir o ritmo sazonal imposto pela subida e descida anual do rio.

As oscilações anuais do nível do rio fizeram com que a vida animal, vegetal e do próprio homem, produzisse uma enorme capacidade de adaptação a esse ambiente em constantes alterações. No médio Solimões/Amazonas o rio começa a elevar seu nível em novembro e dezembro, coincidindo, também, com o aumento nos índices pluviométricos, chegando a atingir a cota máxima, principalmente nos meses de junho a julho, diferentemente do baixo Amazonas que tem seu máximo com aproximadamente um mês de antecedência, geralmente em maio. Já a vazante no médio Amazonas ocorre normalmente na segunda quinzena de junho e primeira quinzena de julho, atingindo sua cota mínima principalmente nos meses de outubro e novembro. As cotas entre 28 e 29 m sobre o nível do mar são consideradas grandes cheias e acima dos 29m como cheias excepcionais (Tabela 1). Para a população local, ambas são consideradas como “grande enchente”, porque geralmente transbordam as restingas mais altas da várzea da Amazônia. Como ocorreu em 1953 e 2012 (Figura 05).

Nº de ordem	Ano	Cota máxima(cm)	Mês
1	2012	29,97	Junho
2	2009	29,77	Julho
3	1953	26,69	Junho
4	1976	29,61	Junho
5	1989	29,42	Julho
6	1922	29,35	Junho

Tabela 1: Maiores Cheias no Porto de Manaus

Fonte: Boletim Hidrológico da CPRM de 13/06/2012



Figura 05: Área de restinga - Enchente no lago de Janauacá
Fotografia: Mourão, Pesquisa de campo, 2012

O calendário agrícola do lago Janauacá possui quatro estações que correspondem à combinação dos regimes fluvial (enchente, cheia, vazante e seca) e pluvial (“inverno” e “verão”). O mês de maio marca uma fase de transição, quando geralmente ocorre a normalização da precipitação pluviométrica e o nível das águas cruza a cota média. Os meses de maio, junho e julho formam o trimestre da estação enchente/cheia, quando uma grande parte das áreas cultiváveis está submersa, causando uma redução drástica nas atividades da fase terrestre. Durante esta estação, pode haver o registro de temperaturas mínimas anormais devido à invasão de massas polares frias na região, fenômeno conhecido localmente por “friagem” (PEREIRA, 2007).

O campesinato no Janauacá é perceptível, Orlandi (2009) ressalta que “campesinato são grupos sociais de base familiar que, com graus diversos de autonomia, se dedicam a atividades agrícolas. Os discursos do campesinato constituem a matéria prima do seu território imaterial, pois neles estão as concepções de vida, de ser humano e de mundo. Tais concepções farão parte dos debates e embates travados interna e externamente. Desta forma, enquanto os territórios materiais se movimentam por causa das relações sociais visando o controle e o domínio na luta pelo poder, os territórios imateriais se movimentam através da luta pelo poder de criar suas próprias representações e significados das coisas num confronto discursivo característico das sociedades capitalista através da luta de classes pelo controle e domínio do território e pelo controle e domínio dos valores culturais”.

Criar suas próprias representações e elaborar um sistema correlativo de noções constitui a essência do território imaterial do campesinato, pois ele “está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações” (FERNANDES, 2009, p. 211). Daí a importância de compreender a união indissociável entre

pensamento e linguagem, entre intencionalidade e ideologia, pois, as visões de mundo exprimem-se pelos discursos, pelas interpretações como expressões da vida real.

O campesinato também constrói o seu território imaterial para disputar e defender o seu lugar e a sua importância na sociedade capitalista demonstrando que ele não desapareceu, mas participa das discussões com seu projeto ideológico. As desigualdades e as contradições são geradas pelo avanço capitalista na agricultura e elas, historicamente, têm sido “discutidas e interpretadas de formas opostas”.

Uma das estratégias do movimento camponês se constitui no questionamento da aliança entre os donos do poder e os latifundiários conjugados num pacto político tácito indispensável para a conjunção entre o capital e a propriedade da terra, como explica Oliveira (1991, p. 142-159) mostrando que “o Estado e o capital privado sempre deram as mãos”. Dentre as concepções está a perspectiva de futuro no qual o campesinato se recria e encontra formas de coexistir em meio as transformações capitalistas no campo tanto na produção como nas relações mercantis, e, também na luta pela terra.

No campesinato, a base da economia doméstica é definida pela unidade de produção e a intensidade da força de trabalho. Quanto maior o número de membros ativos, maior será o montante de força de trabalho e a capacidade de exploração do recurso. Sobre essa questão Chayanov discorre que “a força de trabalho da unidade exploração doméstica está totalmente determinada pela disponibilidade de membros capacitados na família” (1974, p. 47). Esse autor considera ainda que:

Qualquer que seja o fator determinante da organização da unidade econômica camponesa que consideremos dominante, por muito valor que atribuimos a influência do mercado, a extensão de terra utilizável ou a disponibilidade de meios de produção e a fertilidade natural, devemos reconhecer que a mão de obra é o elemento organizativo de qualquer processo de produção. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Sobre o modo de vida é necessário analisar o conceito de camponês. Segundo Shanin (1980) afirma que é uma mistificação, não existindo num sentido imediato e estritamente específico. Neste sentido, o autor defende que há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, defendendo esse conceito como uma “figura de linguagem”. Para o autor, o campesinato é heterogêneo, não podendo ser compreendido ou mesmo descrito, adequadamente separado de sua estrutura societária mais geral.

A designação que será empregada para se referir ao morador do lago é a de camponês, por se entender que na área de estudo se verifica um conjunto de vários elementos que

caracterizam este modo de vida. Usar-se-á o termo ribeirinho [...] entendido, literalmente, como quem mora às margens do rio, dos igarapés¹¹. Com a utilização do termo “camponês” e a designação “ribeirinho”, empregaremos o termo camponês: “ribeirinho”.

O primeiro dos elementos¹² verificados que se destacam na caracterização da produção camponesa é à *força de trabalho familiar*. O elemento chave de todo o processo de trabalho na produção camponesa e o mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. Desenvolvido pelos membros que compõe a família – pai, mãe, filhos, genros, noras, tios, irmãos etc. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade. O tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo (CHAYANOV, 1974).

No lago Janauacá, pode-se perceber, através das entrevistas, que a família trabalha nas atividades agropastoril de forma organizada, onde todos se ajudam, seja na preparação da terra para a plantação, na colheita, na produção agropastoril, para a melhoria de vida da unidade familiar (Figura 6).



Figura 6: Força de trabalho familiar. Família composta por várias gerações, responsável pela produção.

Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

¹¹ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia. São Paulo-SP. Tese de Doutorado, 2007 (p.08).

¹² Sobre esses nove elementos de produção ver: SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec, 1978.

Quando essa força de trabalho familiar é insuficiente e não consegue completar totalmente a sua necessidade de trabalho, ela pode ser completada pela *ajuda mútua* entre os camponeses, que é o segundo elemento identificador. Segundo Oliveira (1996:56) “a ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar, pois em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente”.

No lago Janauacá é comum a prática da ajuda mútua denominada de “puxirum”, “ajuri” ou “mutirão” que consiste na ajuda que um grupo de moradores da comunidade (parente, vizinhos, conhecidos etc.) fornece a uma família em dificuldade para realizar determinadas tarefas, por motivos como doenças ou uma enchente/cheia, por exemplo. Em contrapartida, a família que receber a ajuda terá a obrigação moral de retribuir o serviço quando for solicitada. É a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre si; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de forma contínua de rendimentos necessários para pagar os trabalhadores assalariados

Outro elemento verificado na produção camponesa do lago decorrente muitas vezes das dificuldades financeiras para assalariar permanentemente trabalhadores em sua propriedade, é a *parceria*. O camponês ribeirinho ao contratar o “parceiro” divide com ele os possíveis custos e os possíveis ganhos. Esta parceria surge da ausência de condições financeiras do camponês para contratar trabalhadores assalariados em sua propriedade. É comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores, da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar sua renda (SANTOS, 1978).

Outro componente da produção camponesa identificado no lago Janauacá é o *trabalho acessório*. Percebe-se, então, que através do trabalho acessório o camponês ribeirinho transforma-se periodicamente em trabalhador assalariado a fim de complementar o rendimento da família. Santos (1978: p.37) exemplifica que nesse caso “o camponês passa a ser um assalariado temporário de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas”. Ainda sobre essa relação terra/trabalho, ao aceitar o trabalho acessório não implicará na perda de sua condição camponesa. Quando termina o contrato o camponês-ribeirinho retoma as suas atividades em sua propriedade. Este trabalho ocorre, no lago

Janauacá, principalmente nos períodos de preparação da terra, plantio e coleta da mandioca e quando a família não consegue produzir sua farinha em tempo hábil.

O ambiente do lago Janauacá é marcado muitas vezes pela sazonalidade dos rios que acaba influenciando no ciclo agrícola, exigindo mais rapidez e trabalhadores na extração/colheita. Dessa forma, os fatores naturais atrelados ao fator tempo e a insuficiência de pessoas em idade de trabalhar acabam por fazer surgir, por extrema necessidade a *força de trabalho assalariada* (temporária). Esse pagamento é feito por jornada de trabalho, que pode ser através de diárias ou quando muito, pouco mais de um mês. Segundo Santos (1978), aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços, essa força de trabalho assalariada pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada. Cada trabalhador contratado percebe um a diária que varia de R\$15,00 a R\$30,00, conforme o serviço e o período.

Outro elemento importante e que é percebido é a *socialização do camponês ribeirinho*, o morador do lago é outro componente significativo para a reprodução da força de trabalho familiar através dos ensinamentos repassados para as crianças a fim de conhecerem desde cedo o trabalho, as tarefas e funções que poderão executar, sobretudo, quando adultos e dessa forma não deixar desaparecer o modo de vida camponês, pois quando criança brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho que utilizará. Quando jovem, já trabalha com esses instrumentos, alternando pequenos trabalhos, brincadeiras e os estudos, a criança inicia-se dentro da divisão social do trabalho na unidade de produção camponesa (Figura 07).



Figura 7: Socialização do trabalho, ensinado as crianças como forma de preservação do modo de vida camponês. Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

Um dos mais importantes elementos da produção camponesa constatados é o da *propriedade da terra*. Verificado como propriedade familiar, diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio [...]. É, pois *terra de trabalho*¹³, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração, nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso a terra), ou ser *camponês-posseiro* (se recusa a pagar a renda e se apossa da terra). É comum o arrendamento da terra e a parceria.

O arrendamento da terra se dá de vários modos. O dono pode limpar as quadras¹⁴, e “alugar” por dinheiro, serviços ou produtos, neste caso o pagamento se dá por sacos de farinha ou caixas de goma e em alguns casos pelo trabalho comunitário. Dar-se também através da parceria, onde o camponês que pretende aumentar sua produção divide todas as etapas do trabalho agrícola, desde a limpeza do terreno até a fabricação dos produtos derivados da mandioca. Famílias sem terras também pode plantar, através da compra ou parceria de quadras que são oferecidas e assim, consegue ter sua produção.

A parceria se dá de várias maneiras, seja pelo pagamento em espécies, neste caso o camponês ribeirinho paga por quadras adquiridas, que poderá já estar limpa para ser cultivada ou não. Pode ser também pela divisão de trabalho, um grupo fica responsável em limpar o terreno e plantar e o outro em colher e transformar a mandioca em farinha ou goma. Quando o processo de cultivo e produção ultrapassa a capacidade de mão-de-obra familiar a ajuda mútua se faz presente, através de “mutirão” onde uma família trabalha nas terras do vizinho e vice-versa.

Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa do lago Janauacá é a *propriedade dos meios de produção*, que na sua maioria são adquiridos, exceto a terra, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. Sua relação ao acesso a essas mercadorias, aos meios de produção é que o camponês ribeirinho trava relação com o capital¹⁵. [...], como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, como enxadas, sementes, rabetas, eletrodomésticos, eletrônicos etc.), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas. Nesta

¹³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. Contexto. São Paulo, 1996 (p.61).

¹⁴ “Quadras” são áreas de terra medindo 100m X 100m, onde se cultiva a mandioca e que possui várias formas de apropriação. Elas podem ser alugadas, vendidas e trabalhadas em regime de parcerias. Nota da autora.

¹⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. Contexto. São Paulo, 1996 (p.63)

categoria a figura do atravessador é visível. Ele pode ser um camponês ribeirinho mais abastado ou até mesmo alguém de fora com conhecimento da área (Figura 08).



Figura 8: apropriação dos meios de produção que permite conforto na vida familiar.

Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

A *jornada de trabalho* é outro elemento importante da produção camponesa do lago. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados¹⁶. Deste modo, há períodos de pouco trabalho (tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho).

1.3 Território e Territorialidade no âmbito da produção camponesa

Outro conceito essencial na discussão para o entendimento da pesquisa no lago Janauacá é o conceito de território, que se caracteriza pelo domínio sobre uma área de terra delimitada por fronteiras e a territorialidade consequente do trabalho nele desenvolvido, tem a marca das relações de poder.

Para Claude Raffestin (1993), o conceito de território foi inicialmente defendido com destaque ao caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, pré-existente ao território. Nas palavras do autor:

¹⁶OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. Contexto. São Paulo, 1996, p.64.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Nesta percepção, o território é tratado como um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras, pois ele surge a partir do espaço e das ações nele produzida. Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente,

O ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo: [...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

No que se refere ao entendimento de território, Raffestin (1993) defende que o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, sendo uma produção (sociocultural), a partir do espaço, para o autor o espaço pré-existe ao território este é resultado de uma ação conduzida por um ator em qualquer nível, dando ideia de apropriação de uma parte do espaço por meio de uma ação individual ou coletiva, definindo assim o território como uma porção do espaço sobre o qual se exerce influência.

No caso do lago, este limite se dá de forma perceptível no “acordo de cavalheiros” existente a muitos anos e mais recente pela presença do Estado através das placas colocadas pelo IBAMA que criou uma área de proteção ambiental e o Acordo de Pesca. O território é demarcado de forma visível quando se estabelece acordos embasados na legislação e de modo invisível pelos limites estabelecidos ao longo do processo de apropriação do lago.

Para Rogério Haesbaert (2002) o território apresenta diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza

dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”: 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p.18).

Saquet (2004) faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionada por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), como sendo essenciais para se fazer as interligações necessárias. No entanto, além destas vertentes Saquet também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. A natureza está no território, e dele é indissociável.

Outro importante estudo é o de Sack (1986), pois compreende o território, principalmente, sob o aspecto político, como uma área com fronteiras e com influência de uma ou mais pessoas sobre outras. A territorialidade é uma estratégia de dominação através de alguma autoridade que controla atividades, recursos e indivíduos. Evidentemente, este tipo de abordagem auxilia-nos a compreender as forças dominadoras na dinâmica política. Forças que determinam o que podemos fazer, como fazer etc., condicionando nossa vida cotidiana

Sack (1986) entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade, como afirma Sack (1986), é uma expressão geográfica do exercício do poder em certa área. Esta área é o território. Para este autor, porém, nem toda área é território, porque esta deriva de estratégias de domínio e controle, numa área delimitada, especialmente, pela atuação do Estado que condiciona comportamentos através da comunicação e de relações de poder.

No Lago Janauacá as territorialidades estão relacionadas à dinâmica e as relações de produção agropastoril, como unidade territorial de agricultores e pescadores, sendo esta divisão visível pela percepção dos moradores e recentemente pela legislação do Estado. Este espaço é subdividido pelas formas de uso e as relações de produção são os reflexos dos limites estabelecidos nas comunidades. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa, força, laços solidários e de ajuda mútua. Informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes (Figura 09).



Figura 09: Comunidade Rio Branco - Divisão territorial no lago – área de pescador e área de agricultor – definido pelo território imaterial – “acordo de cavalheiros”.

Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

É possível afirmar ainda, que o conceito de território está muito ligado à questão física da terra e a noção de limites, no caso do lago Janauacá, a limites invisíveis, mas que ultrapassados gera conflito/confronto. A esse respeito Saquet (2007) explica que o território é compreendido como uma parcela delimitada do espaço. Seguindo esta lógica, Claval (1999) relata que “a construção do território faz parte de estratégias identitárias”. Assim, merece atenção o sentido heterogêneo do território, fato esse que o liga ao mesmo tempo as questões materiais e imateriais, tornando-o dessa forma complexo (Figura 09).

Quando relacionado ao campesinato, o território está interligado à defesa e manutenção da unidade familiar, no qual os camponeses são levados a delimitar porções do espaço com o intuito de gerir o acesso e usufruto dos recursos presentes nesse espaço. Por essa lógica, Souza (2006) defende que:

[...] Em todos os casos os atores se verão confrontados com as necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação. (SOUZA, 2006, p. 109-110)

Na visão de Pereira, o território num âmbito camponês é apreendido como “um produto das ações coletivas, uma construção histórica do homem à medida que esse se organiza culturalmente” (2009, p. 215). Representa o resultado de uma ação dirigida por um ator ou grupo de atores sociais para exercerem influência sobre o espaço ocupado. Assim, Fabrini expõe que, “as forças territoriais (simbólicas e materiais) construídas secularmente se

manifestam nos conhecimentos, práticas e saberes diversos de conteúdos políticos, econômico, cultural, ambiental, costumeiro etc.” (2010, p. 83).

As territorialidades camponesas no lago Janauacá se assentam sobre dois ambientes específicos: terra e água, nos quais são criadas relações intrínsecas com o intuito de defenderem a renda proveniente desses ambientes. A relação com a água é intensa, visível quando trouxeram sua casa de farinha para dentro do lago literalmente. Segundo Castro (1997), “a territorialidade é formada pela ação imediata sobre os usos dos recursos da floresta e dos cursos d’água” (CASTRO, 1997, *apud* PEREIRA, 2009. p. 217). Pereira comenta que “A ação dos ribeirinhos se configura no uso comum; os territórios possuem regras sociais exercidas pela coletividade, que define sua territorialidade específica nos meandros das relações sociais das comunidades” (2009, p. 241) (Figura 10).



Figura 10: As territorialidades camponesas no lago Janauacá se assentam sobre dois ambientes específicos: terra e água.

Fotografia: Mourão, pesquisa de Campo, 2012/2013

Sobre essas relações sociais existentes no lago Janauacá, Abreu (2010) comenta que essas territorialidades são criadas visto que o espaço aquático representa o local de trabalho do ribeirinho, sendo que a utilização destes espaços apropriados é de extrema importância para sua renda, constituindo, dessa forma, não a renda da terra, mas a renda da água, mediante a legislação dos Recursos Hídricos foi criado uma forma de valorização do uso da água como forma de racionalizar seu consumo e extração de seus recursos a qual funciona como um complemento à produção familiar em terra e em alguns casos como renda principal. Neste caso, relacionado à produção pesqueira.

Essas territorialidades são complexas e estão intimamente ligadas aos laços de parentescos, seja ele consanguíneo ou cultural. Dessa forma, quanto maiores são o laço entre

os atores, maior é a acessibilidade do espaço ocupado. Em outras palavras, o sentido de parentesco permite a inclusão e o sentimento de pertencimento a um local formado pelos moradores da comunidade, e esse fato confere o direito de apropriação dos recursos naturais no território ocupado.

Nesse sentido, no que se refere às ações das prefeituras de Manaquiri e do Careiro e a intervenção do estado na região, concordamos com Oliveira (1998, p. 56), que descreve que administrar é realizar a gestão do território, é dividir a sua população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas, definir limites e demarcar fronteiras. Isso implica incorporar a análise da relação entre poder e espaço físico. O território ganha uma identidade, não em si mesmo, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo: flexível, dinâmico e contraditório, por isso, dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e especializadas no próprio território.

A territorialidade exerce um fator de identificação, defesa, força, laços solidários e de ajuda mútua, ligado a regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. Percebe-se através da divisão entre agricultura e pesca. A rede demarca os limites que não podem ser ultrapassados. A comunidade Rio Branco é o limite estabelecido, primeiro de forma informal depois pela legislação ambiental que delimita as atividades (figura 09).

Neste trabalho, se deu ênfase às territorialidades criadas pelos camponeses ribeirinhos, sujeitos sociais envolvidos na agricultura e na pesca no lago Janauacá, os quais formam territorialidades com base na experiência construída ao longo do tempo. Para o camponês-ribeirinho, essas territorialidades visam o sustento e a manutenção da família, uma vez que o controle deste espaço apropriado inibe a exaustão dos recursos naturais necessários à reprodução familiar camponesa no lago. Por esta linha, Abreu (2010) postula que, “A territorialidade vem a ser, a materialização das ações no território, além das manifestações dos atores sociais que mantém uma relação efetiva com os espaços aquáticos, onde se manifesta seu trabalho para produzir mercadorias”. (2010, p.38)

Cruz ressalta que “o estabelecimento dessas territorialidades de pesca no rio Solimões e percebida no lago Janauacá é o resultado da competição política entre as turmas de camponês-ribeirinhos, que utilizam essas porções de água apropriadas” (2007, p.179).

No lago Janauacá, essas territorialidades camponesas são mais complexas, se tornam mais claras quando a manutenção da família está em jogo, ficando menos visível quando a manutenção dessa família está segura, como pode ser vista na fala a seguir.

Aqui tem a parte que o pessoal planta mas não pesca, quando pesca é só para comer e tem o pessoal do Tilheiro que só pesca e não planta [...] agora quando eles entram aqui (na comunidade Caapiranga) dá confusão, lá na boca tem o “Chico Couro” que não deixa passar. (Camponês-ribeirinho da comunidade do Caapiranga).

O entendimento dessas territorialidades como resultado da formação territorial exercida pelos camponeses ribeirinhos se constitui um passo importantíssimo para a compreensão da dinâmica produtiva existente no meio rural do lago Janauacá, pois seja na terra ou na água, seu principal objetivo é a manutenção da família enquanto unidade camponesa.

No lago Janauacá encontra-se mais de 500 casas em terra firme e em torno de 200 casas flutuantes espalhados por todo o lago, conforme observado em campo. O porquê do homem optar por morar em casas flutuantes, nos lagos da região amazônica, é um dado que se perdeu na memória do tempo. Ao longo da história desta vasta região é comum encontrar pessoas morando em casas sobre as águas.

No lago Janauacá não é diferente, mas o que chama atenção é a quantidade de flutuantes que encontramos ao longo de nossa pesquisa. (Figura 11). Segundo relatos dos entrevistados, o fato dos moradores serem descendentes de retirantes nordestinos que adaptaram sua cultura a cultura amazense, a facilidade do uso da água na produção agrícola e a mobilidade dos moradores, a partir da cheia de 1953, quando grande parte dos camponeses ribeirinhos perdeu seus roçados, tiveram suas casas de farinha alagadas, eles começaram a construir casas flutuantes e com as facilidades desta nova forma de habitação e a adaptação da casa de farinha/goma ter sido possível devido a facilidade da captação da água na produção de farinha, esta prática acabou sendo uma opção mais vantajosa.



Figura 11: Casas flutuantes no lago Janauacá.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

Sua organização produtiva baseia-se no modelo de agricultura familiar camponesa. Verifica-se, ainda, que a maioria das famílias está inserida no modelo de família nuclear: um homem, sua mulher e seus filhos, mas encontramos família composta ainda por outros parentes consanguíneos ou não. A média de idade é de 20 anos, o que nos remete a perceber que se trata de uma comunidade na sua maioria composta por jovens adultos.

Os parentes moram próximos uns dos outros. Segundo relatos dos entrevistados, a família é a base. Podemos observar que os mais idosos continuam morando junto a seus familiares e participando das atividades desenvolvidas, os que ainda têm condições vão para o roçado ajudar na preparação da terra e na colheita. Os que não têm mais essa capacidade ajudam nos afazeres domésticos, cuidam das crianças e quando podem na preparação da mandioca para ser transformada em farinha ou goma.

As crianças ajudam nos afazeres domésticos, no cuidado dos pequenos animais e na coleta de frutos. Participam também do processo de fabricação da farinha e da goma ajudando quando necessário, os adultos a descascar a mandioca.

CAPITULO II - FAMÍLIA, PRODUÇÃO E TRABALHO: OS CAMPONESES DO LAGO

A produção familiar camponesa caracteriza-se como uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos.

Os critérios utilizados pelos camponeses ribeirinhos do lago Janauacá para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas na produção familiar camponesa visam, principalmente, atender as necessidades básicas da família. Os agricultores [...] se caracterizam por exercerem um conjunto de atividades produtivas que são fundamentais para completar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência¹⁷

Ressalta-se que o modo de vida dos camponês-ribeirinhos está diretamente relacionado ao conhecimento adquirido/herdado sobre como lidar com os ambientes de várzea e terra firme, às formas de manusear os recursos naturais e integrá-los no seu cotidiano. Esses conhecimentos são passados de pais para filhos, como forma de perpetuação deste tipo de prática.

As comunidades que habitam o entorno e as águas do lago Janauacá tem na produção agrícola familiar a base de sua economia nos períodos de vazante/seca do rio Solimões, sendo que nas cheias do mesmo rio, a principal atividade é a pesca praticada para a subsistência das famílias locais e, também comercialmente.

Combinando cultivos mistos entre árvores florestais, espécies cultivadas e pequena criação de animais, surge a modalidade denominada *sítio*, que para o projeto ORSTON/INPA/CEE (1988), trata-se de:

Um tipo de utilização da terra, constando de árvores frutíferas em primeiro lugar, tanto nativas quanto introduzidas, árvores de usos diversos e hevea [...]. Os sítios por estarem situados em lugares altos, livre das inundações – a não ser raramente – é o lugar onde se localizam as casas de moradia, as dependências utilitárias, galinheiros, curral de porcos, abrigo para a preparação de farinha de mandioca, etc. nele se encontram plantas medicinais e diferentes ervas utilizadas na cozinha, em suma, tudo aquilo que é preciso continuamente e que deve ser cultivado (ORSTON/INPA/CEE, 1988).

¹⁷ CASTRO, Albejamere Pereira de.et.al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento Socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto Piatam. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (55-88).

Os sítios do lago Janauacá localizam-se na parte mais alta da restinga, ficando livres das cheias periódicas do rio Solimões, que influencia anualmente as águas do lago (figuras 12). Os sítios apresentam inúmeros desgastes relacionados ao uso da terra, levando, em tempo de águas altas, algumas espécies perenes e semiperenes ao desaparecimento, principalmente aquelas pouco resistentes a água como: abacateiro, bananeira, laranjeira, etc. outras espécies perenes como o cacaueteiro, mangueira, coqueiro, etc. que são mais resistentes às inundações. (figuras 13)



Figura 12: Sítios do lago Janauacá “instalados” na terra firme e restingas (partes altas).
Fotografia: Mourão, pesquisa de Campo, 2012/2013.



Figura 13: Sítios do lago Janauacá, com inúmeros componentes arbóreo-frutíferos ao redor da casa.
Fotografia: Mourão, pesquisa de Campo, 2012/2013.

Os camponês-ribeirinhos do lago Janauacá, criadores de uma cultura regional adaptada aos desafios e adversidades da Amazônia conseguem identificar os diferentes tipos de

espécies perenes e semiperenes identificadas ao longo do tempo, com isso, obtêm um relativo nível de equilíbrio e manejo sustentado. Guillaument *apud* Cruz (1999:105) refere-se a essas áreas ao redor da casa como:

Um sistema constituído por um conjunto de espécies lenhosas frutíferas, essencialmente voltada para o autoconsumo familiar, onde este espaço de aparência florestal abriga as habitações e as plantas de importância secundária. (GUILLAUMENT *apud* CRUZ, 1999: p.105)

É frequente, esses moradores serem encontrados na cidade de Iranduba e Manaus comercializando esses produtos que representam uma importante fonte de renda¹⁸. A renda obtida com a venda dos produtos é para o provimento de produtos geralmente não produzidos na localidade, entre os quais, o gás de cozinha, o gelo para conservar os alimentos, o combustível para o motor rabeta, açúcar, medicamentos etc.

O trabalho familiar camponês abastece a casa de morada, alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade. É grande a variedade de formas pelas quais parte da produção camponesa escapa ao controle de quem a produziu (MOURA, 1986, p. 55).

Logo, pelo pequeno volume de produtos, os camponeses-ribeirinhos vendem parte de sua produção apenas para adquirir produtos e serviços que eles não produzem. A transferência de uma parte da produção camponesa para a feira da cidade próxima é outro exemplo do modo pelo qual essa produção circula [...]. Os camponeses ribeirinhos do lago Janauacá levam a farinha, a fécula/goma, o tucupi para vender, enquanto outro levará fécula/goma e outros levam frutas, verduras (como o cheiro verde e a pimenta de cheiro); ambos se interessam em negociar. O dinheiro obtido na venda desta quantidade de produtos oferece ao camponês a possibilidade de adquirir utensílios domésticos, aparelhos eletro-eletrônicos (como geladeiras, televisores, aparelho de som etc.), tecidos, panelas, remédios. No lago Janauacá a produção é absorvida pelo mercado tanto dos municípios de Manaquiri, Careiro, Iranduba, Manaus, entre outros, como pelos moradores e atravessadores/compradores locais, que são em sua maioria camponeses ribeirinhos que conseguiram adquirir uma embarcação regional, pequena, que

¹⁸ Sobre esse movimento de circulação vale destacar o que nos explica Marx (1984) *apud* Oliveira (1996) ao apresentar e diferenciar dois ciclos M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) e D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro). O ciclo M-D-M parte de um extremo constituído por uma mercadoria e conclui no outro configurado por outra mercadoria. A lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. Ou, em uma palavra, o *valor-de-uso*. D-M-D, ao contrário, parte do extremo constituído pelo dinheiro e retorna finalmente a esse mesmo extremo. Seu objetivo impulsionador e seu objetivo determinante são, portanto, o *valor-de-troca* mesmo.

permite a mobilidade dos moradores e escoamento da produção sem, no entanto perder o modo de vida característica da região.

Ao final do dia, os moradores retornam para o lago. Ao escrever *Caboclos/ribeirinhos: Camponeses da Amazônia*, Cruz destaca que:

Nesse sentido, parte da produção dos caboclos/ribeirinhos da Amazônia destina-se para a venda (mercado), o qual se dá de várias formas: do local de produção diretamente para o mercado, por meio dos barcos de linha, seja de pequena ou grande distância ou de embarcações dos próprios ribeirinhos; do local de produção para ao armazéns flutuantes existentes em alguns rios, furos, paranás, lagos. Daí para o mercado, por meio dos regatões, principalmente nos lugares onde os barcos de linha não fazem itinerários, pois este tipo de atividade foi praticamente substituído pelas duas formas anteriores (CRUZ, 1995).

Observa-se ainda que uma significativa parte do cultivo plantado pelos camponeses ribeirinho visa à comercialização futura. Contudo, é evidente a existência de alguns produtos agrícolas que são basicamente destinados para o seu autoconsumo. Estas atividades quase sempre visam à exploração dos recursos naturais, bem como de uma agricultura de subsistência caracterizada pelos roçados de mandioca.

Os camponeses ribeirinhos do lago Janauacá conseguem aglutinar uma série de atividades envolvendo a roça, a farinha, a goma, o cultivo de hortaliças, a criação de pequenos e grandes animais, a pesca, a madeira, coleta e caça. Os animais de pequeno porte são constituídos principalmente por patos (*Anas sp.*), galinhas (*Gallus sp.*) e porcos (*Sus acrofa*), gado bovino (*Bos taurus*). A explicação para essa preferência relaciona-se ao fornecimento de carne e ovos para o consumo familiar. Além do fato destas poderem se alimentar de inúmeras espécies arbóreo-frutíferas existentes e outros restos alimentares. Entre criar pato ou galinha, eles preferem a galinha porque “*ela varre o terreno*”, o pato não. Outra explicação para essa preferência relaciona-se a facilidade de venda, fornecendo uma renda extra, em momentos de alguma necessidade.

Observa-se que a criação de pequenos animais, por exigir uma força de trabalho relativamente baixa, podendo ser praticada não só pelas mulheres, como as crianças e idosos, exerce um papel importante, pois não atrapalha as outras atividades (figura 14). Quanto à criação de gado no lago Janauacá (figura 15), parece ser um negócio promissor na economia familiar, mais uma fonte de renda. Fonte de renda como forma de poupança, onde a qualquer momento esse gado poderia ser comercializado. Contudo, esta atividade está em declínio. Essa importante fonte de subsistência protéica e renda são restritas a um número pequeno de

moradores, devido à falta de pasto, o pouco espaço na restinga, provocadas pelas condições adversas enchente/cheia, para manter as situações mínimas acessíveis de criação/reprodução.



Figura 14: Criação de pequenos animais no lago Janauacá.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013



Figura 15: Criação de gado no lago Janauacá.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

O território compreendido pelo lago Janauacá é um espaço sociocultural antigo, com espaços bem definidos e relações marcadas por ações coletivas e individuais que se refletem em uma organização espacial heterogêneo e autônoma. Marcado pela influência dos primeiros moradores que vieram de vários estados nordestinos em busca de uma vida melhor.

Durante a pesquisa e campo, encontramos alguns moradores com mais de 60 anos que relataram serem nordestinos ou filhos de retirantes que vieram para a região Amazônica em busca de melhoria de vida. Segundo eles, os moradores mais antigos se lembram do “seu” Zuza Paraibano que veio nos anos de 1910, junto com a família do “seu” Antônio Dib,

Antônio Araújo e o patriarca da família Cordeiro o “seu” Pedro Cordeiro. Estas pessoas foram às pioneiras, comprovado pelos relatos dos entrevistados e moradores mais antigos do lago.

Segundo a Sra. Luzia, em seu relato diz que nasceu na ilha de Jucurutu (RN), onde seus pais e avós viveram e possuíram terras. Veio morar no lago em 1953, na grande cheia da região, quando se casou. Disse que “não havia nada no local”, era desabitado, poucos moradores e bem distante as casas”. Possui terreno próprio, situado em área de várzea e terra firme, cortado por um igarapé, que divide o terreno em dois, formando uma ilha. Gosta de viver no lago, onde produz, cria suas galinhas, planta roça. Cultiva a mandioca em terra firme e na várzea. Na área de terra mais alta possui plantação de cupuaçu, seringa, castanha, bacaba, açaí, goiaba e banana e quando colhe vende para o atravessador local. Aproveita a várzea para plantação de roça (mandioca), milho, repolho, feijão, jerimum. Para esta senhora de 81 anos é melhor os períodos em que a água está subindo e baixando, quando está muito cheio, perde a plantação, quando está muito seco, não dá para se locomover, tudo é difícil (figura 16).



Figura 16. Moradora do lago Janauacá
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

Os dados coletados foram frutos de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com os moradores de várias localidades do Janauacá entre elas: Caapiranga, Tapagem, Italiano, Rio Branco, Paraná do Manaquirizinho, Tilheiro e a vila do Samaúma entre os meses de outubro de 2012 a maio de 2013. Nestas entrevistas foram abordados alguns questionamentos como tipo de produção, para onde são vendidos os produtos entre outros.

Pode-se constatar que a maioria dos moradores está na faixa de idade entre 0 (zero) e 14 anos (52%) e 14 a 60 (46%), sendo a segunda faixa a principal força de trabalho (gráfico

1). Quanto ao gênero predomina o sexo masculino, mas pode-se constatar a presença das mulheres na produção a partir do momento que a fécula chega à casa de goma.

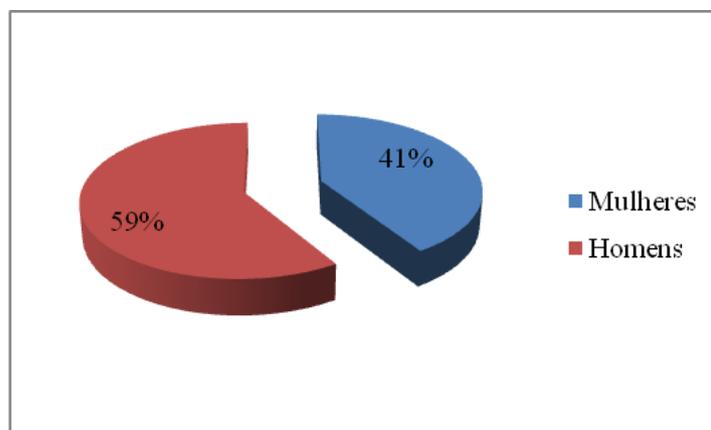


Gráfico 1 – Gênero dos moradores
Fonte: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/13

Nas entrevistas constatou-se que 40% dos terrenos foram comprados por seus atuais proprietários e 60% dos moradores são posseiros. Nenhum entrevistado disse que morava em terreno cedido ou arrendado. (gráfico 2).

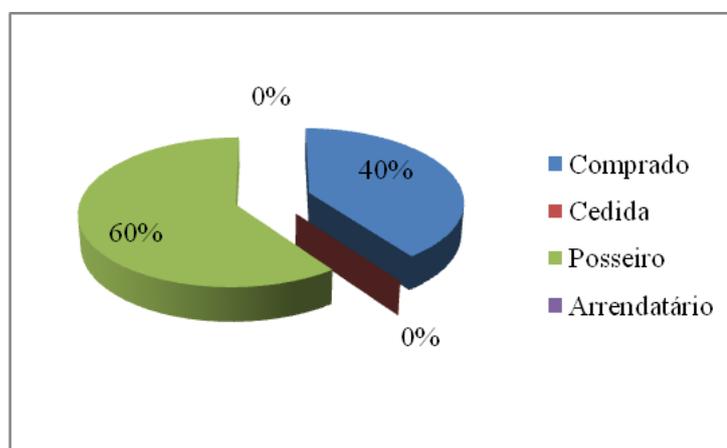


Gráfico 2 – Dados da propriedade
Fonte: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/13

Nota-se nas culturas temporárias que 56% destina-se a produção de mandioca. Essa produção aparece com maior percentual, pois é matéria prima para confecção da farinha e da fécula. O milho foi citado por 22% dos entrevistados, mas seu plantio se dá apenas no período de vazante. A macaxeira, próprio para o consumo humano aparece com 22% muitas vezes consorciada com a mandioca (gráfico 3).

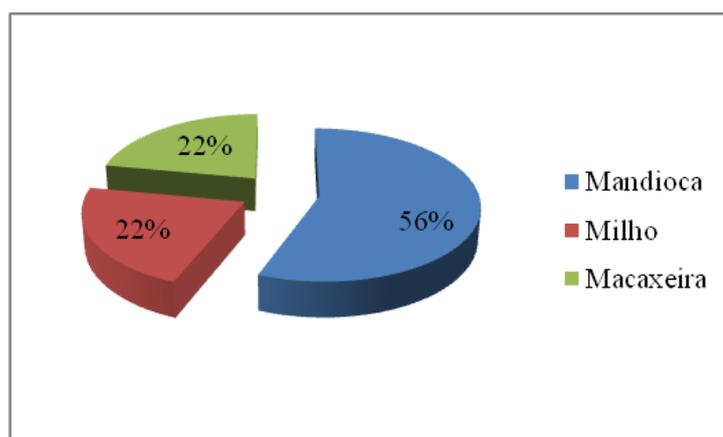


Gráfico 3 – Culturas temporárias
Fonte: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/13

Notou-se em menor escala para a produção do consumo familiar o cupuaçu (40%), a manga, o açaí e a banana em um percentual de 20% cada e o restante (20%), entre elas manga, açaí e banana (gráfico 4)

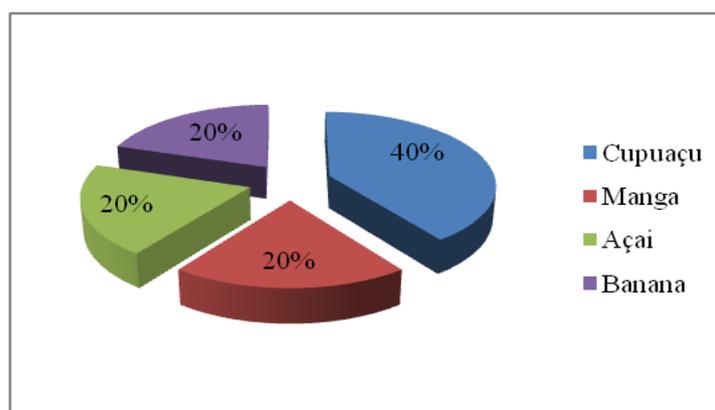


Gráfico 4 – Culturas perene
Fonte: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/13

Em relação à criação animais, o destaque foi para os bovinos (33%) e galináceos (33%). Seguido da criação de ovelhas e porcos (17%) (gráfico 5).

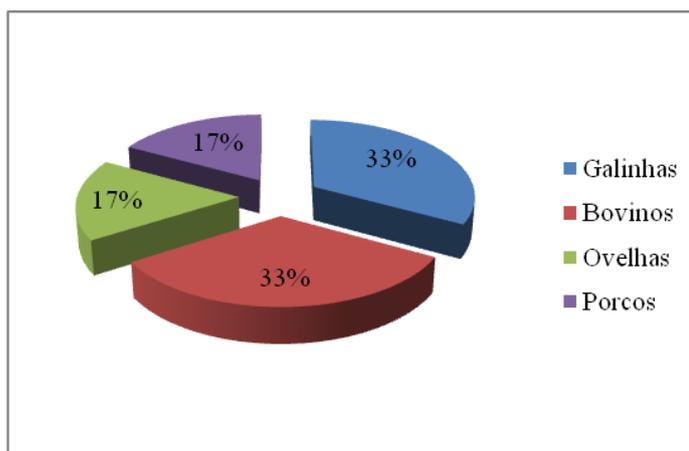


Gráfico 5 – Criação de animais.
Fonte: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/2013

No gráfico 6 percebe-se que no Lago do Janauacá o predomínio é da produção de fécula¹⁹ (56%) e o restante de farinha de mandioca e tapioca (44%). Esta produção está se modificando após a cheia histórica de 2012, onde os moradores perderam seus roçados e o preço da farinha alcançou valores elevados chegando a custar em alguns comércios R\$ 15,00 o quilo. Este evento refletiu na produção do lago, onde aos agricultores retomam a produção de farinha.

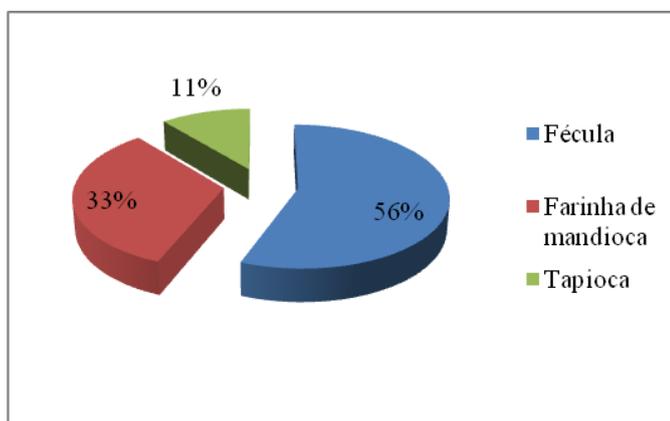


Gráfico 6 – Quantidade da produção de fécula e outras culturas.
Fonte: Dados de campo, 2012/2013 .

¹⁹O amido, fécula, polvilho ou goma são sinônimos. A diferença é apenas de ordem tecnológica. Costuma-se chamar amido a substância amilácea encontrada nos grãos e de fécula, a encontrada nas raízes e tubérculos. O amido ou fécula é branco, insípido, insolúvel em água fria e, de acordo com sua acidez, pode ser classificado como doce ou azedo. Sua utilização é diversificada, podendo ser usado em torno de 1.000 produtos acabados em nível de consumidor, dividindo-se para fins agroalimentar, papeleiro e químico. Enquanto os dois primeiros usam o amido sem grandes modificações, o último é um setor de transformação que produz, por via sintética ou biológica, novos derivados para utilização tanto alimentar quanto não alimentar. Quanto mais clara a cor, melhor é a qualidade do amido. A cor indica se a mandioca utilizada é velha ou não, como também a limpeza com que o amido é processado. (NEAPL, 2009)

Na produção pesqueira constatou-se que as espécies mais capturadas são o curimatã (50%), o jaraquí e o tucunaré com (25%) (gráfico 7). Em geral, estas espécies são destinadas ao consumo familiar e o excedente é oferecido nas localidades e para as feiras mais próximas. A pesca é praticada por pescadores artesanais. Neste gráfico mostramos apenas a produção destas espécies. A pesca do mapará se dá de forma mais organizada e corresponde a áreas destinadas a pesca e seus praticantes são cadastrados e reconhecidos como pescadores. Sendo sua produção em 100% durante os meses de março a julho, quando ocorre a safra. A pesca do mapará será abordada com mais detalhes no Capítulo 000

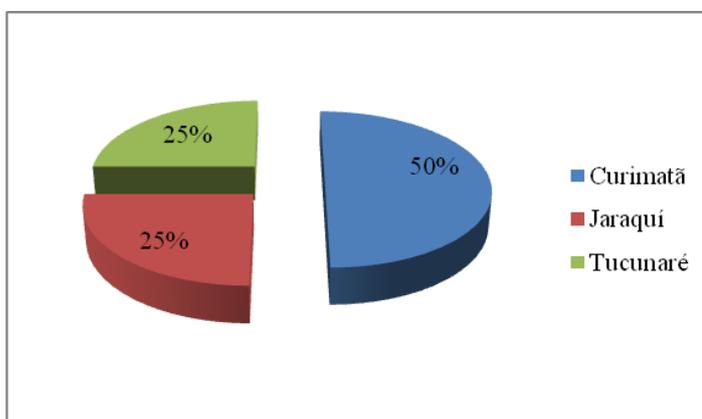


Gráfico 7 – Tipos de peixes comercializados
Fonte: Mourão - Pesquisa de campo, 2012/13

No que se refere ao modo de produção no Lago do Janauacá constatou-se que a família produz 83% e 17% é produzido em parceria ou com pagamento de diária quando os membros familiares não conseguem dar conta da produção (gráfico 8).

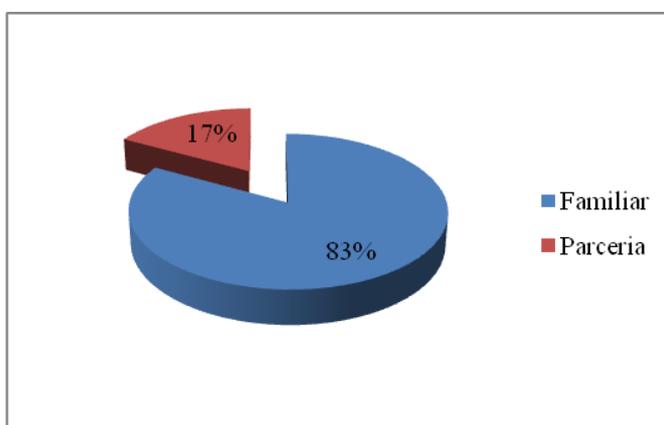


Gráfico 8 – Modo de produção
Fonte: Mourão - Pesquisa de campo, 2012/13.

Este trabalho parte do pressuposto de que as atividades agrícolas, desenvolvida em sua grande maioria, pelos ribeirinhos que trazem traços camponeses claramente perceptíveis, tanto no seu modo de produção, no seu modo de vida, como na organização da força de trabalho familiar.

2.1 A casa de farinha/goma e a produção familiar

A economia do lago Janauacá, está baseado na produção da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a confecção de farinha e goma. Mas, este nem sempre foi o principal produto. O primeiro destaque neste sentido, foi à plantação de cana-de-açúcar para a produção de cachaça e mel de cana, que sofreram forte concorrência com produtos produzidos em outros Estados, principalmente a cachaça nordestina e mineira que tem até hoje a preferência da população local.

“.....para trabalhar na fabricação de cachaça dava muito trabalho, agente tinha que ter permissão, tirar licença, paga impostos, então apareceu a 61, mais barata, vendida em toda a região, todos preferia esta branquinha a que nós fazia aqui” (Sr. A.)

O cultivo de mandioca que fazia parte da alimentação indígena a milênios, plantada para o autoconsumo familiar como forma complementar, começa a ganhar impulso e mais tarde mercado, com a chegada de migrantes cearenses, que investiram na produção de farinha visando o mercado de Manaus e de outros municípios. Ainda hoje, é possível encontrar nas feiras de Manaus e municípios próximos, farinha, goma e tucupi produzidos no lago Janauacá.

O cultivo de mandioca é muito antigo, advinda dos primeiros habitantes, herdada das culturas indígenas constituindo-se a farinha de mandioca, um dos elementos básicos da alimentação da população ribeirinha. Historicamente, a cultura da mandioca é feita em pequenas áreas (quadras), utilizando mão de obra familiar, com a produção destinada ao consumo familiar e algum excedente, comercializado nas principais sedes dos municípios amazonenses. Com o aumento da demanda, passou-se a cultivar áreas maiores, com sua destinação específica para comercialização. Atualmente, com incentivo dos órgãos oficiais de assistência técnica, que atuam nos municípios, buscam-se melhorar a qualidade da farinha e seus subprodutos, os quais são comercializados em feiras e supermercados regionais, para, evidentemente, conquistarem novos mercados.

A industrialização aparece como uma das formas de aproveitamento do produto que pode ser direcionada para o consumo humano, na forma de farinhas cruas ou torradas e polvilhos, e para consumo animal, na forma de raspas e resíduos da própria indústria ou, simplesmente, transformada em fécula ou amido para fins industriais. É importante destacar ainda o potencial nutritivo das folhas e ramas como ração para animais e até mesmo para alimentação humana (maniçoba).

A fécula também é utilizada na produção industrial. Diversas indústrias, como a indústria têxtil, a metalúrgica, a petroleira e outras utilizam o amido. Sua produção está especialmente direcionada para alimentação humana como aditivo na fabricação de embutidos, leite em pó, chocolates, balas, bolachas, sopas, sobremesas, sagu e pão. É utilizada na indústria de adesivos, indústria têxtil, fogos de artifícios, fabricação de fósforos, dextrinas, maltodextrinas, indústria de papel, embalagens biodegradáveis, fundição de metais e indústria de madeira (compensados); na indústria farmacêutica utilizado nas massas dos comprimidos e em creme dental; e ainda na perfuração de poços petrolíferos (NEAPL,2009).

Na Amazônia toda a produção de mandioca está voltada, quase que totalmente para a produção de farinha, que é um dos alimentos básicos da população juntamente com o peixe. Por isso, está entre as cinco principais culturas cultivadas na região, correspondendo a 10,5% da área total cultivada. O Amazonas é o principal produtor na região com cerca de 68%, em média, da área cultivada com o produto, seguido do Acre com 14%. A produtividade gira em torno de 15 toneladas por hectare que mesmo sendo superior à média nacional que é de 14,7 t/ha, ainda é considerada baixa quando comparada com a de países africanos e asiáticos (NEAPL, 2009).

Uma perspectiva de mercado muito interessante atualmente é representada pela possibilidade de se tornar obrigatória no país, a substituição de 10% de farinha de trigo utilizada na fabricação de pães, por fécula de mandioca. Projeto de lei neste sentido tramita no Congresso Nacional e, em diversos Estados, já se estão fazendo experiências relacionadas com essa substituição. No Estado de Mato Grosso do Sul foi criada uma lei estadual que tornou obrigatória a mistura fécula/trigo, tendo sido criada uma comissão para regulamentar este dispositivo legal.

Outra utilização para a fécula, que está sendo pesquisada, é a de embalagens para produtos alimentícios, bandejas, que poderão substituir as existentes atualmente, feitas de poliestireno. A principal vantagem deste produto é relativa ao meio ambiente. A degradabilidade da embalagem à base de amido é de 100% e em 45 dias ela se desfaz.

Ressalte-se que a demanda de embalagem de isopor atualmente é da ordem de 25 milhões por mês, com um crescimento anual de 20%. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida pelo Centro de Raízes e Amido Tropicais da UNESP - Botucatu.

A transição econômica no lago Janauacá, anteriormente baseada na plantação de cana-de-açúcar, para a produção de mandioca fez parte da economia do lago. A plantação da mandioca para o autoconsumo passa gradativamente a fazer parte do ciclo econômico da região amazônica e de outras regiões do País, quando as indústrias começaram a agregar valores aos produtos originados da mandioca e as utilizações dos derivados desta planta milenar influenciando no modo de vida e na produção praticada pelos camponeses ribeirinhos e importância na economia amazonense e brasileira.

Com o tempo, a economia do lago passou a girar em torno da farinha de mandioca. Porém com a grande concorrência de outras áreas produtoras como Santarém (PA), Itaituba (PA), Rio Preto da Eva (AM), Tefé (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e cidades do estado do Paraná que começa a montar associações para produzir farinha e fécula a preços atraente ao mercado, a produção de farinha no lago começou a perder espaço no mercado local e regional. A fécula no Estado do Amazonas é produzida na sua totalidade pelos camponeses, tendo como principal produtor, conforme SEBRAE (1996), o lago do Janauacá.

Os camponeses ribeirinhos do lago Janauacá, começa um movimento de transição produtiva, outro produto derivado da mandioca ganha o mercado local – *a goma*. A produção de goma no lago, só teve evidência quando a produção de farinha entrou em declínio em meados da década de 1980, devido à inserção no mercado de produtos industrializados provenientes de outras localidades a preços competitivos. O predomínio da produção de goma ganha destaque a partir de 1990, chegando ao seu auge em 1995, segundo relato dos moradores do lago.

Desde então, a fécula ganhou espaço no Lago do Janauacá, sendo, a maior parte da produção comercializada em Manaus. Ela destina-se para a venda no varejo e no atacado, em especial para pequenos comércios, supermercados e os famosos tapioqueiros – ambulantes que montam suas “mesas” nas feiras e ruas da cidade, onde vendem café da manhã, ofertando café, sucos, pães recheados com queijo, tucumã, ovos e as famosas tapiquinhas recheadas ou não, alguns preferem com manteiga, outros com castanha, tucumã, queijo, outros a preferem doce, recheada com leite condensado e coco. (Figura 17).



Figura 17. Várias formas de consumo de tapiocas nas bancas de café regional.
Fotografia: Mourão, pesquisa de campo, 2013.

A caixa de goma comercializada nas feiras alcançou o valor de até R\$ 80,00 reais nos anos 90 do século XX. A partir do final da década de 1990, a venda de fécula vem decaindo e atualmente a caixa de goma é vendida em torno de 40,00 reais. O motivo desta queda nos preços é a entrada no mercado amazonense da fécula do Estado do Paraná que é produzida em grande escala através de cooperativas. O preço deste produto varia de R\$17,00 a R\$ 25,00 reais a saca, duas vezes mais barato que a fécula produzida no lago, ocasionando uma queda expressiva na produção e conseqüentemente a perda de parte do mercado deste produto.

No entanto, a fécula do Estado do Paraná tem baixa qualidade, para os tapioqueiros do Estado do Amazonas, por possuir uma liga²⁰ menos densa, seca (a massa de fécula agregada à água dá uma consistência (liga) na hora do preparo do produto), uma especialidade que só a goma produzida no Lago Janauacá tem, sendo à base da qualidade na confecção de tapiocas nas barracas de café da manhã, proporcionando um mercado exclusivo para a fécula produzida no lago. Para melhorar a aceitação no mercado local, da fécula proveniente do Paraná, os comerciantes de goma aprenderam a adicionar água e/ou misturar com a goma regional para torná-la molhada e liguenta.

Segundo entrevista com o Sr. Zé, morador do Lago Grande do Janauacá, com o preço da goma em baixa, ele procurou novas alternativas para sustentar sua família e se manter da produção de goma. Assim, voltou sua produção para a elaboração de novos produtos, como a fabricação de uma massa derivada no processo de produção da goma, usada na preparação do bolo regional conhecido como “pé de moleque” ou “bolo puba”. (Figura 18).

²⁰ Liga é a consistência da goma mediante a quantidade de água nela agregada. A goma regional é bem liguenta devido o teor de água ser maior do que a goma que vem de outros Estados, que é seca.

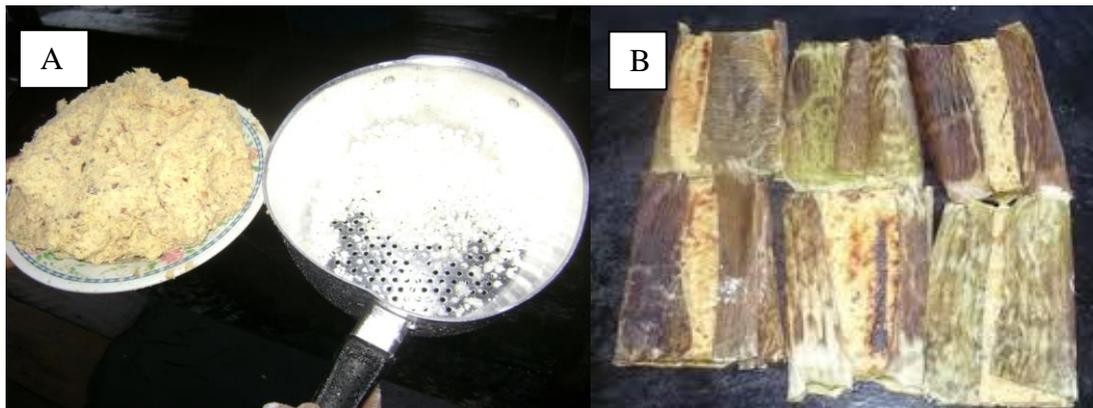


Figura 18: A- Massa para fabricação de “pé-de-moleque” regional ou “bolo Puba” e goma. B – “Pé-de-moleque” envolto em folha de bananeira onde a massa é posta para ser assada.

Fonte: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/2013.

Nota-se que os camponeses devido a sua criatividade na elaboração de produtos, têm forte equilíbrio de manter seu modo de vida quando o capital interfere na sua produção, desta maneira, consegue se adaptar a novas formas ou brechas que o mercado deixa para continuar produzindo, reconstruindo e fortalecendo-se no mercado.

Em entrevista com o senhor J., conhecido como delegado na Vila Samaúma – Lago Grande do Janauacá, ele nos informou que o Governo do estado através do IDAAM tentou instalar uma fábrica em 2007 com a intenção de formar uma cooperativa e fazer concorrência à entrada da fécula produzida no Estado do Paraná. Esta fábrica foi inviabilizada porque os produtores encontraram dificuldade de transportar a sua produção até o local. Outro motivo apontado é a desorganização por parte do Estado no gerenciamento do produto na cooperativa, na qual cada produtor teria um dia reservado para sua produção. Atualmente, o local encontra-se em completo abandono, com seus maquinários destruídos pela ação do tempo e dos vândalos. (Figuras 19 e 20).



Figura 19 – Fábrica de farinha/fécula abandonada na vila de Samaúma.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/2013



Figura 20 – equipamentos depredados pela ação do tempo.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de campo, 2012/2013

Com a cheia de 2012, o lago voltou a produzir farinha, que alcançou preços exorbitantes no mercado e feiras de Manaus e no mercado brasileiro. Apesar da produção de goma ter conseguido se manter de forma comercial, foi observado uma perda significativa de mercado para a fécula vindo dos produtores paranaenses (figura 21).

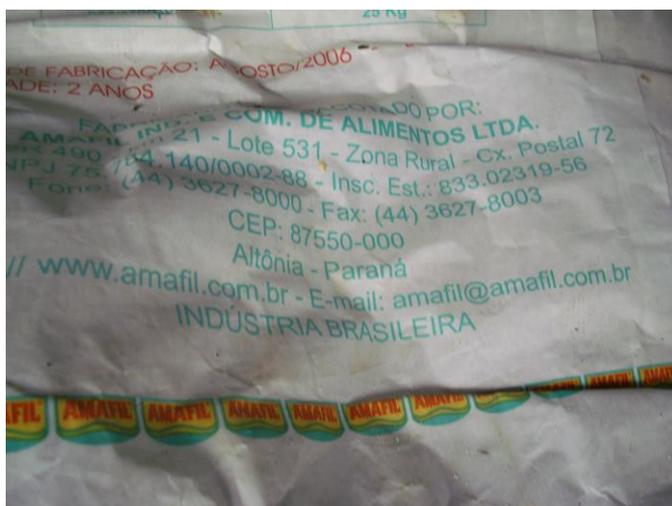


Figura 21. Embalagem de fécula produzida em outro Estado
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

A casa de farinha/goma como unidade de produção tem relações complexas, que vai desde o cultivo da mandioca até o local de confecção da farinha e/ou fécula. Essas relações estão arraigadas na produção familiar camponesa e no trabalho temporário, como se fossem a única forma de resistência e autonomia produtiva desse espaço de produção. Quanto à produção de farinha e de fécula, pode-se perceber a predominância do trabalho da família. Vale ressaltar que esta é uma das formas de produção e a casa de farinha/fécula pode ser utilizada por outros produtores através do pagamento de diárias ou partilha da produção.

Dentre as várias relações observadas, destacamos a apropriação da terra, que se dá de várias maneiras. Temos o proprietário da terra que explora a terra, planta, colhe, transforma e vende sua produção, e quando necessita aumentar sua renda compra e/ou vende a roça. Esta compra e/ou venda se dá da seguinte forma: o agricultor que possui as terras, mas não tem condição de cultivá-la, vende as quadras, seguindo alguns parâmetros estabelecidos entre os camponeses ribeirinhos.

A quadra comercializada pode estar apenas limpa, com o terreno esperando ser cultivado. Pode já estar plantado, sendo necessário apenas realizar a colheita da mandioca, ou ainda, o camponês ribeirinho que já possui terras, mas quer aumentar sua produção familiar

para obter mais recursos, compra à roça de outros proprietários, vizinho ou não. O pagamento se dá em espécie ou em produto.

A quadra também pode ser explorada em forma de parceria, onde é feita a divisão do trabalho e de ganhos, neste caso, se houver perdas, serão divididas entre os parceiros. Encontramos, ainda, pessoas que por algum motivo, seja de saúde ou de mudança de ofício, que cedem suas terras a parentes, para que seja cultivada e assim evitar o abandono das terras durante ausência da comunidade.

Outra relação importante é o que ocorre no interior da casa de farinha/goma. A casa é composta de um ou mais fornos, várias gamelas de madeira, ralador, prensa, barris para o tucupi, caixas de madeira para armazenar a goma e sacos de polietileno ou paneiros para a farinha. Esta casa, que na prática é uma pequena indústria artesanal, pode ser alugada ou cedida, conforme a relação familiar e de amizade como a família proprietária. O pagamento se dá em espécie ou em produtos (farinha ou goma). Uma característica peculiar são as casas de farinha em cima de flutuantes feito com toras de madeira grossa e recoberta por tabuas retiradas da floresta que cerca o lago.

Cada produtor colhe a mandioca cultivada juntamente com seus familiares e quando tem necessidade de mais pessoas para a coleta, contrata um diarista para retirar sua produção. Este trabalho, fora do núcleo familiar dar-se-á por meio de diárias, paga em torno de R\$10,00 a R\$ 15,00 reais ou ainda, por troca de produtos, onde a quantidade é estabelecida em função da quantidade a ser confeccionada, podendo ser uma ou duas sacas de farinha ou uma caixa de goma.

O diarista tem metas a cumprir. Cada diarista fica com a tarefa de executar um serviço ou produzir um “quadro”, ou seja, durante o dia de trabalho ele tem que arrancar seis paneiros²¹ de mandioca, conforme o acordo feito com a família, pode coloca-la de molho e, ainda, quando a mesma estiver no ponto de pisotear/amassar, retirar da água e carregar até a casa de goma, ao fim desse processo a meta foi terminada e o objetivo cumprido. Esse processo de produção é chamado de tarefa. No caso da colheita, a tarefa é composta de seis paneiros de mandioca, que é colocado de molho por uma semana nas águas do lago, após este tempo é descascada, esmagadas e levadas até a casa de goma, para cada diarista ou membro familiar iniciar o processo de fabricação de farinha, da goma e do tucupi.

²¹ Paneiro: Termo utilizado pelos camponeses a uma armação de cipó de forma esférica com orifícios de 2cm² X 2cm², tendo 20 cm de largura e 50 cm de comprimento.

Quanto à produção de fécula, pode-se perceber a predominância do trabalho da família (fig. 22). Esta é uma das formas de produção e a casa de fécula pode ser utilizada por outros produtores que não a possuem, por meio do pagamento de diárias.



Figura 22. Processo de produção camponesa de farinha no “grande” Lago do Janauacá
Fotografia: Mourão, pesquisa de Campo, 2012/2013

A principal produção no Lago Janauacá é de fécula, mas se produz farinha e tucupi²², que é muito utilizado como molho nos alimentos, acompanhado principalmente com peixe. A produção de goma e seus derivados são comercializados principalmente em Manaus na feira da Manaus Moderna.

Essa diversificação de produtos é típica da produção camponesa, pois desta forma a produção de fécula e seus derivados no Lago do Janauacá está inserida no mercado de forma desorganizada e ao mesmo tempo articulada, propiciando certo fortalecimento nas relações com o mercado. Isso de certa forma justifica a autonomia produtiva camponesa e suas relações complexas de produção, e posterior divisão de ganhos e perdas da produção.

Na comunidade do Caapiranga, constatou-se o predomínio de produção da farinha e da goma (fig. 23). O processo inicia com a quantidade de quadras a ser cultivada ou comprada estabelecida pela família camponesa, plantio, colheita até a chegada à casa de goma. Primeiramente, a plantação da mandioca pode ser produzida pela família ou por outro produtor. Isso ocorre quando o camponês ribeirinho não tem os utensílios para a confecção do

²² Tucupi é um líquido de cor amarela extraído da raiz da mandioca brava, que é descascada, ralada e espremida, no processo de produção de goma, é colocado para "descansar" para que o amido (goma) se separe do líquido (tucupi). Inicialmente venenoso devido à presença do ácido cianídrico, o líquido é cozido (processo que elimina o veneno), por horas, podendo, então, ser usado como molho na culinária misturado a algumas pimentas e fermentado por alguns dias.

produto, então ele vende sua produção para o dono da casa de farinha, que por sua vez pode extrair a mandioca e levá-la até a “casa”, serviço executado pelos familiares ou através de parcerias, tendo um meeiro²³ para fazer esse trabalho, ou ainda contratando um diarista mediante pagamento em espécie. No entanto, mesmo o produtor não tendo uma casa de farinha ele pode alugar um local para sua produção, pagando uma diária ao proprietário, com produto confeccionado ou dinheiro.

Um aspecto interessante é que a casa de farinha se localiza dentro do lago, em cima de um flutuante (figura 23). Percebe-se que a produção de farinha e fécula, literalmente dentro do lago, propicia maior mobilidade de transporte e viabiliza rapidez e diminuição de força de trabalho e posterior transporte e comercialização. O acesso à água a ser utilizada, tanto para colocar a mandioca de molho quanto no processo de moenda e lavagem para retirar o tucupi e a goma, fica mais fácil nesta casa, onde seu proprietário abre um pequeno orifício que permite retirar a quantidade de água que se fizer necessário para efetuar todo o trabalho produtivo.



Figura 23. Casa de farinha em cima do flutuante na comunidade Caapiranga no Lago do Janauacá.
Fotografia: Mourão, pesquisa de campo, 2012/2013

Essa relação de venda e escoamento da produção é complexa permitindo analisar todo um processo de extração da renda da terra e apropriação desta pelo capital, tanto pelo atravessador / transportador como pelo comprador do produto.

Nesta dinâmica vale destacar as relações de comercialização deste lago que compõem um reflexo da monopolização do território e ao mesmo tempo permite a compreensão da

²³ Meeiro: trabalhador, geralmente um parente ou vizinho que ajuda na produção.

produção camponesa inserida nesse processo de produção e a importância desta produção no mercado consumidor do estado.

“É com a monopolização do território que é assegurada a transferência dessa renda a setores capitalistas, momento em que é convertida em capital, o que explicita a lógica contraditória do modo capitalista de produção, cuja expansão “além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.” (PAULINO, apud Martins, 2006. p. 30)

Essas relações de produção se constroem e perpetuam para as gerações futuras, alimentando as formas ímpares da produção camponesa com todos os obstáculos impostos pelo capital. Manter essas relações de produção não perdendo sua autonomia e diversidade junto ao mercado é um desafio para o futuro da produção camponesa.

Ao observarmos o fluxograma (Figura 24), temos os produtores no topo desta relação. São os responsáveis pela produção da farinha, da goma e do tucupi. A partir desta relação é que surgem as demais, onde eles comercializam entre si os produtos confeccionados e também como os atravessadores que pode ser os camponeses mais abastados ou comerciantes de fora do lago, que mantem a rede de transporte fluvial e comercializam outros gêneros alimentícios, de limpeza, armarinhos, combustíveis, artigos de pesca, entre outros. Estes produtores podem vender sua produção nos mercados e feiras dos municípios próximos ou na feira da Panair ou da Manaus Moderna, em Manaus.

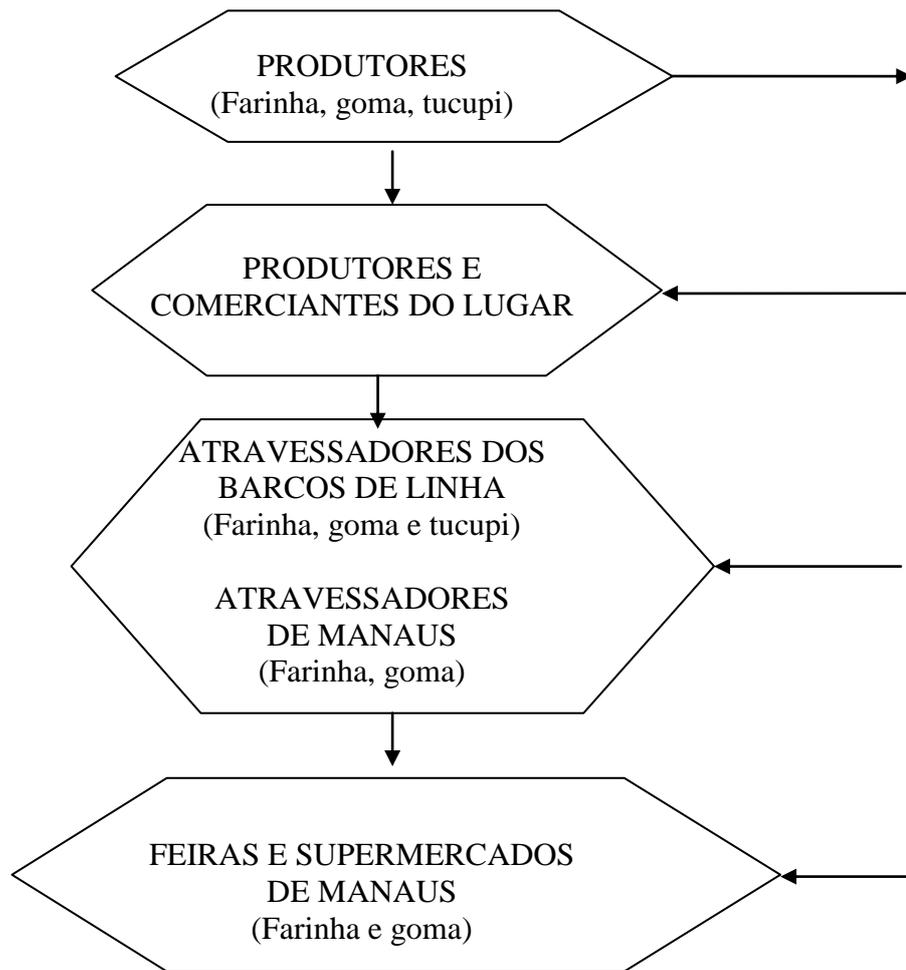


Figura 23: Fluxograma da produção de farinha e goma do lago Janauacá até Manaus.
 Fonte: Pesquisa de campo.
 Organização: Mourão, 2013.

Os produtores e comerciantes que moram no Lago Janauacá, também mantêm uma relação comercial como os atravessadores locais e de outros lugares, vendem seus produtos direta ou indiretamente, depende da ocasião. Os atravessadores visam à melhor oferta. Pagam preços abaixo do mercado e vendem os produtos a preços elevados nas feiras de Manaus.

Contudo, devemos lembrar que a produção agrícola do lago foi se modificando ao longo do tempo. Inicialmente se destacou na produção de cana de açúcar para produção de mel de cana e cachaça. Depois, teve a farinha como produto que permitiu manter seu modo de vida camponês. Com a inserção da farinha de outros municípios e Estados, que é mais fina e torrada, os camponeses ribeirinhos, passaram a produzir a goma ou fécula. Após a cheia histórica de 2012, os agricultores retomaram a confecção de farinha, em maior escala, sem deixar de fabricar a goma e o tucupi.

Vale ressaltar que para escoar a sua produção, o transporte é de responsabilidade dos próprios produtores que comercializa sua produção de forma individual no mercado ou quando impossibilitado de ir, delega a um parente ou conhecido o direito de vender seus produtos diretamente ao atravessador, principalmente nas feiras de Manaus e em menor escala em Iranduba e Manacapuru. A produção de goma e seus derivados, bem como o tucupi e o bagaço de mandioca são comercializados principalmente em Manaus na feira da Panair e da Manaus Moderna.

A presença do comércio e dos meios de transporte permite a ligação do camponês ribeirinho com a cidade, mesmo nas maiores distâncias onde esta comunidade esteja localizada. Segundo Nogueira (1999) o transporte fluvial é a base da locomoção dos camponeses ribeirinhos, meio pelo qual todas as relações são possíveis, seja do simples ir e vir, locomoção de passageiros, cargas até a mais completa integração regional.

“... Surgido basicamente da necessidade de locomoção dos habitantes dos lagos, paranás, e de sua pequena produção agrícola ou extrativista, ou ainda para o abastecimento de um pequeno comércio flutuante (uma mercearia sobre toras de árvores), os proprietários de barcos, que hoje cumprem uma linha regular, passaram a aliar o transporte próprio com a prestação de serviço de locomoção de seus vizinhos, (NOGUEIRA, 1999, p 112).

Este tipo de relação foi observado em campo, em nossas idas e vindas. Temos o relato do senhor A. que afirma:

“comecei com um pequeno barco onde coloquei uma honda, agora a gente tem este aqui, que leva minha produção e dos meus vizinhos, quando dá compro deles. O barco me ajudou a levar minha família pra Manaus, trago mercadoria que “fio” pros conhecidos.... (Sr. A.).

A circulação de pessoas e produtos no lago Janauacá depende quase que exclusivamente do transporte fluvial, apesar de ter sido aberto dois ramais para este fim, estes ramais ainda não contemplam de forma efetiva o escoamento da produção e os moradores relatam dificuldades para escoar através destas estradas onde o transporte ainda é precário, irregular e sem condições de atender as necessidades locais. A distância entre as casas de farinha e estes ramais também influenciam e a opção que melhor se adequa é o transporte fluvial, que atraca nos flutuantes e na beirada do lago.

O fluxo de produtos corresponde ao escoamento da produção agrícola do lago e ao mesmo tempo insere produtos que não são produzidos, mas, são necessários para a sobrevivência dos camponeses ribeirinhos como os gêneros alimentícios (leite, frango, café,

açúcar, óleo, etc.) e os derivados de petróleo (como diesel, gasolina, querosene, etc.) que são utilizados na geração de energia, bombas d'água e nas embarcações.

No lago, os camponeses ribeirinhos que possuem algum tipo de embarcação são considerados prósperos e tratados com mais respeito, eles ajudam na locomoção de pessoas e produtos. Os barcos não oferecem alimentação, no máximo um café com bolacha água e sal. A viagem varia conforme a capacidade do motor e varia de 3 horas até no máximo 10 horas. Essa modalidade de transporte, segundo Nogueira (1999) é conhecida como *microrregional*.

“...Algumas dificuldades aparecem quando se procura determinar o que é este microrregional, visto que não se confundem com as microrregiões do IBGE, fatores como potência da máquina, variação do nível do rio, alterando o percurso da linha (furos e paranás que na vazante não permitem o acesso às comunidades), além da inexistência de serviço de bordo, como alimentação, caracterizam este segmento cujo tempo médio de viagem chega a 10 horas...” (NOGUEIRA, 1999).

O transporte fluvial é o mais utilizado e responsável pela locomoção dos moradores do lago, apesar dos ramais do Samaúma e do Cinturão Verde. As embarcações, mesmo os Ajatos, não ultrapassam 20m de comprimento, o lago apesar de ser extenso, em período de vazante e seca fica quase todo intransitável devido à maioria dos igarapés manterem apenas seu canal, mas ficam tão reduzidos em seu tamanho que os barcos só conseguem navegar no canal principal, o que faz com que os moradores tenham que se deslocar em canoas ou a pé.

O transporte fluvial é responsável pelo escoamento da produção familiar do lago. Apesar das embarcações saírem de Manaus para o lago, não possuem o mesmo itinerário, principalmente os dos moradores da área dos agricultores, sendo que, os Ajatos só navegam nas áreas mais amplas e quando o lago está cheio. Os proprietários dos barcos sabem de sua importância para os moradores do Lago. Muitas vezes deixam de receber pelo transporte, sendo o valor pago em outra oportunidade ou por produtos de acordo com a posse do passageiro.

A farinha vem acondicionada em sacos de poliéster (comprados em Manaus) com capacidade para 50 Kg ou em paneiros feitos com fibras vegetais. A goma é embalada em caixa de madeira, com capacidade média de 50kg, podendo variar o peso. O tucupi vem cru, armazenado em tambores de 200 litros, vendido a partir de 20 litros por R\$ 3,00.

A goma e a farinha, quando chegam à feira da Manaus Moderna, em Manaus gera expectativa de alcançar um bom preço, mas nem sempre isso ocorre. Geralmente, os produtores acabam vendendo para o atravessador, agentes de comercialização que atuam em

todos os lugares da Amazônia. Esses atravessadores já possuem compradores certos. Quando não conseguem vender a produção permanece no barco até ser totalmente comercializada. A exceção é o tucupi, que sempre retorna alguns barris e acaba sendo despejado nas águas do lago, contribuindo para sua contaminação devido o alto teor de ácido cianídrico, veneno ao consumo humano e animal.

Conforme ALTIERI (2000), alguns produtos produzidos pelos camponeses têm dificuldade de venda no mercado em grande escala, devido o valor agregado ao produto em concorrência a produtos industrializados que são mais baratos. Todas essas relações de produção e reprodução camponesa têm características ímpares e o estado com os Institutos de Pesquisa tem que fomentar novas estratégias para inserir essa produção no mercado e propiciar uma melhor qualidade de vida aos camponeses.

Devido à cheia histórica de 2012, os camponeses ribeirinhos do lago Janauacá, retomaram a produção de farinha, que haviam deixado em segundo plano por haverem perdido mercado para a farinha conhecida como “da ova” ou “ovinha” produzida no município de Manaquiri (AM) e que ganhou o gosto dos amazonenses por ser mais fina e ter os grãos mais redondinhos. A farinha d’água é “baguda”, meio azeda e grossa.

O motivo deste retorno à produção de farinha se deu pela perda significativa dos roçados em toda extensão do rio Amazonas e seus afluentes, o que diminuiu consideravelmente a oferta deste produto, o que elevou seu preço nos mercados e feiras, chegando o quilo da farinha a ser vendido no comércio de Manaus a R\$ 15,00 dependendo do período. O valor atual da farinha ainda está elevado, mas começa a apresentar queda no preço, isso poderá causar transtornos aos agricultores que aumentaram sua produção de mandioca, compraram mais quadras e até firmaram parcerias com outros vizinhos.

A adequação da fécula, vinda de outros estados, ao gosto regional também ocasionou perda de mercado. É possível encontrar nas feiras e mercado grandes bacias ou caixas de plásticos, funda e grande, onde é misturada a goma com água para obter a liga, tão apreciada pelos amazonenses. Os moradores mais antigos conseguem perceber a diferença, primeiro, na cor, depois na umidade que dá a liga, pois quando a mistura não é proporcional, a fécula fica “esfarelenta”, sem viscosidade, ou quando está com excesso de água, com aspecto de “borracha”, difícil de mastigar.

Uma solução para que os camponeses ribeirinhos do lago Janauacá não perca mercado, seja na produção de farinha ou goma é que seja criada cooperativa com metodologia que prevê atividades de processamento industrial, transferência de tecnologia, entre outros. O

desenvolvimento implicará num processo de transformação social, econômico e cultural, em que os beneficiários irão tornar-se sujeitos dinâmicos no processo.

Esta transformação deverá ser obtida pelo conhecimento destes sobre a sua realidade e pela sua inserção em formas inovadoras de organização que favorecerão a participação no sentido de obter níveis de vida condizentes com as exigências da sua natureza. A participação dos pequenos produtores significa o rompimento das relações de dependência para recuperar a capacidade em transformar suas realidades, compartilhando-se o poder e estabelecendo-se parcerias (INGLES *et al.*, 1999).

2.2 Área de agricultor versus área de pescador: apropriação e uso da terra e das águas

Consideramos necessária a perspectiva de compreender como as transformações socioeconômicas e políticas nas comunidades se articulam num processo histórico global. Existe certa homogeneidade na concepção arquitetônica das comunidades da área que se caracteriza pela disposição linear das casas ao longo do lago, rompida somente pelo núcleo de edificações comuns, denominado [...] de “núcleo comunitário”, como no caso da Vila do Janauacá. Este, na maioria das comunidades, é formado pela igreja, escola, campo de futebol e sede social (que geralmente recebe o nome de um clube de futebol) ausente somente em comunidades evangélicas (RIBEIRO; FABRÉ *et al.*:100). Percebe-se também, que após a década de 1950, vários moradores trouxeram suas casas da terra firme para dentro do lago, formando várias comunidades dentro do lago. Figura 25.



Figura 25: Comunidade Vila do Janauacá - Lago Janauacá
Fotografia: Mourão. Pesquisa de Campo, 2012/2013

Dessa forma, a partir dessas práticas coletivas irmanavam-se outros anseios a fim de reivindicar melhorias de infraestrutura na vida dos “comunitários”, tais como educação, saneamento básico, saúde e luz elétrica. Essas unidades territoriais antes denominadas de “vilas” até por volta da década de 1960 passaram a se denominar de “comunidade”. Verificase, por exemplo, que os moradores não usam mais o termo “vila” ao se referirem ao seu espaço físico e social, mas sim o termo “comunidade”. Num sentido *strictu sensu* pode-se entender “comunidade” como um núcleo agrário, local, onde mantém relações de vizinhança, parentesco, ajuda mútua e solidariedade.

Sabe-se, no entanto, que o campo é marcado pela dualidade, resistência camponesa e avanço capitalista. Essas duas lógicas são contraditórias, visto que, enquanto uma defende a continuação e permanência de um modo de vida a outra busca monopolizar a produção da primeira, havendo dessa maneira, a monopolização do território pelo capital. Dessa forma, Oliveira (2004) corrobora que:

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é, pois, gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2004, p. 41).

Para Corona, “A terra, é compreendida como espaço físico que ao mesmo tempo condiciona e é transformada pelo agricultor, é um território onde ocorrem movimentadas interações entre os agricultores e deles com a natureza” (2010, p. 167). Neste sentido, Begossi (2004) argumenta que o território é uma forma de controlar espaços e recursos, uma área defendida para uso exclusivo. Pode-se perceber esta condicionante quando da grande cheia de 1953, onde muitos moradores do lago perderam seus roçados, suas casas de farinhas e começaram a reconstrução de um novo modelo de produção, mudam-se literalmente para dentro do lago, com sua moradia e suas formas de produção.

Sobre essas relações sociais existentes, Abreu (2010) comenta que essas territorialidades são criadas visto que o espaço aquático representa o local de trabalho do ribeirinho, sendo que a utilização destes espaços apropriados é de extrema importância para sua renda, constituindo, dessa forma, não a renda da terra, mas a renda da água, a qual funciona como um complemento à produção familiar em terra e em alguns casos como renda principal, visível na produção camponesa do lago Janauacá, onde os camponeses ribeirinhos trouxeram as casas onde residem e as casas de farinha para dentro do lago, bem como, a atividade de pesca do mapará (figura 26).



Figura 26. Moradias flutuantes no lago Janauacá.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

Como observado durante nossas idas a campo, existem três territorialidades distintas no lago. Uma territorialidade ligada aos agricultores, outra ligada aos pescadores e a terceira onde não existe conflito e os camponeses ribeirinhos convivem praticando a agricultura e a pesca durante o ano. Destacaremos as áreas de tensão. Áreas consideradas como de produção agropastoril e área destinada à pesca.

A área dos agricultores compreende as comunidades localizadas na área mais ao sul e a oeste do lago, enquanto que no grande lago a pesca é permitida e na porção leste não há conflito declarado.

A mesma coisa se observa com a produção de farinha e goma que sofre interferência direta da produção feita por cooperativas situadas em outros Estados. Desta maneira, busca-se entender as espacialidades territoriais no lago Janauacá e as suas diferentes formas de (re) produção que são ao mesmo tempo conflituosas e convergentes.

A pesca é atividade importante para a economia local. Durante o período da vazante/seca, acontece a safra do peixe liso, a exceção é o mapará (*Hypophthalmu sedentatus*) cujo ápice da safra ocorre no período da enchente/cheia (entre os meses de março a junho), o surubim (*Pseudoplastystoma fasciatum*), a dourada (*Brachyplastystoma flavicans*), a piramutaba (*Brachyplastystoma vaillanti*), entre outros. Na entressafra dessas espécies ocorre a pesca dos peixes de escamas como o jaraqui (*Semaprochilodus*), o curimatá (*Prochilodus nigri cans*) e pacu (*Mylossoma sp*).

Apesar da grande diversidade de espécies, apenas algumas são comercializadas. O preço do pescado também varia bastante em função do mercado, da espécie, da estação do ano e do tamanho do pescado bem como outros parâmetros. No momento da entressafra ocorre uma maior disponibilidade dos camponeses ribeirinhos para se dedicarem as atividades extrativistas e agrícolas.

Visualizar essa territorialidade de produção no Lago do Janauacá é perceber a dinâmica da produção camponesa frente ao capital e revelar a força contraditória nas relações de mercado e o potencial de reprodução e resistência deste lugar.

Na comunidade do Tilheiro (Figura 27) a atividade principal é a pesca, pode-se constatar em relatos dos moradores que esse lago foi sempre utilizado para a pesca, como disse um entrevistado: “A área daqui (Tilheiro) sempre foi pesca e de lá (Caapiranga, Tapagem, Rio Branco, Italiano) sempre foi à agricultura.” (Camponês ribeirinho, morador da comunidade do Tilheiro). Verifica-se que existe uma produção agrícola, principalmente de farinha para a subsistência desta comunidade.



Figura 27. Comunidade do Tilheiro no lago Janauacá.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

A captura do pescado é feita principalmente de arrastão como é conhecido no estado do Amazonas uma espécie de rede de comprimento e largura com muitos metros com orifícios que não ultrapassam a 2cm^2 , essa técnica é a mais utilizada para a captura de peixes para a comercialização, pois em apenas um lance pode capturar dezenas de peixes. No entanto, ainda

existe a pesca com o uso da malhadeira, tarrafas e anzol, mas para o consumo da família (Figura 28).



Figura 28. Pesca artesanal no lago Janauacá
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

Identifica-se que a produção desde captura e o armazenamento do pescado para a venda levam em torno de 7 a 9 dias para abastecer as caixas²⁴ e levar a produção para a venda em Manaus e com menos intensidade em Manacapuru.

Essa produção é transportada em barcos de pequeno porte, onde é armazenado o peixe em caixas contendo gelo para manter o pescado conservado até chegar ao destino, principalmente para os feirantes da Manaus Moderna onde a maioria do peixe será comercializada.

Nota-se que o transporte é feito por alguns moradores do próprio lago que possuem barco, como o senhor Souza²⁵, que fora um dos entrevistados. Na chegada desse pescado nas proximidades do porto da Manaus Moderna e outras feiras, este pode ser vendido para o atravessador que por sua vez negociará com os comerciantes das feiras. Isso de certa forma caracteriza a extração da renda da produção camponesa nas relações comerciais de produção.

No caso em questão, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação

²⁴ Caixa: Termo utilizado pelos pescadores como sendo uma caixa de madeira onde seu revestimento interno é de isopor e externo de alumínio contendo gelo para armazenar o pescado durante a captura.

²⁵ Todos os nomes que forem citados ao longo do texto são fictícios, como forma de resguardar os informantes e para uma melhor compreensão das entrevistas.

entre produtor e consumidor final, se apropriar da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido. (PAULINO 2006, p.110)

Verifica-se nas relações entre os pescadores e os proprietários de embarcações que equipam com apetrechos de pesca garantindo assim, uma produção sem concorrência. Todo material fornecido é descontado na pesca.

A produção desde a captura e o armazenamento para a venda, levam em torno de sete a nove dias. Essa produção é transportada em barcos de pequeno porte, armazenado em caixas contendo gelo para manter o pescado conservado até chegar ao destino, onde a maior parte do produto é comercializada.

No caso em questão, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriar da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido (PAULINO 2006, p.110).

Existem nas relações de captura do pescado algumas regras culturais pré-estabelecidas no lago do Tilheiro e isso interfere diretamente na forma como o arrastão será puxado ou rasteado, nos vários períodos do ciclo hidrológico. Desta maneira, busca-se entender as espacialidades territoriais no Lago do Janauacá e as diferentes formas de produção desse espaço.

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for à variedade de cultivos, criação e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção. (PAULINO 2006, p.112)

2.3 Acordo de Cavalheiros versus Guerra do Peixe: territorialidades em conflitos no lago Janauacá

As territorialidades estabelecidas no Lago Janauacá perpassam os limites legais e a produção pesqueira entra em conflito não só pela dinâmica da região, mas pelas relações de produção voltadas para o mercado. A implantação de uma indústria pesqueira, incentivada pelo Governo Federal, cuja produção era destinada a exportação fomentou uma série de atritos envolvendo diferentes atores sociais da região.

A exploração pesqueira na Amazônia é regida por várias Leis, Decretos, Portarias, Licenças e outra Norma legal, destacando-se entre elas a Lei 7.679/88 e o Decreto Federal 221/67, também conhecido como Código da Pesca e que serve de base para a legislação pesqueira brasileira (PEREIRA, 2004). Apesar dessas legislações, elas são desconhecidas, ignoradas ou incompreendidas, originando conflitos que ocasionalmente ocorrem por causa do choque de interesses no próprio âmbito da pesca ou desta com outras atividades paralelas ou concorrentes.

Na evolução do processo histórico, vários campos do conhecimento, têm contribuído para a ampliação do conhecimento sobre as diferentes manifestações pelas quais os conflitos identificados, dos mais violentos envolvendo Estados e Nações até os mais sutis, no embate entre indivíduos e grupos sociais (BARBANTI Jr., 2006).

A questão do conflito da pesca, esta diretamente relacionada ao “conflito socioambiental”. O conflito pode ser gerado em função dos impactos sociais ou ambientais oriundos da ação humana (poluição, desmatamento etc.); ou ainda, em torno de valores e modos de vida, envolvendo o uso da natureza, neste caso, a pesca (comercial e/ou industrial) versus a agricultura (pesca de subsistência).

Os conflitos socioambientais, na região Amazônica, ganharam destaque a partir da década de 1960, com a implantação de grandes projetos desenvolvimentista que acelerou a expansão urbano-industrial, originando um quadro de conflito por toda a região. No caso específico da pesca, a implantação de uma indústria pesqueira, incentivada pelo Governo Federal, cuja produção era destinada a exportação fomentou uma série de atritos envolvendo diferentes atores sociais da região (BARTHEM e PETRERE Jr., 1992).

A partir da década de 1950, muitos ribeirinhos, principalmente os mais prósperos, começaram a adquirir barcos com motor a diesel adaptados para a atividade pesqueira. Como já visto esse tipo de embarcação, no Estado do Amazonas, recebeu a denominação de “motor de pesca”.

Com a expansão da frota pesqueira no Lago Janauacá, principalmente na localidade do Tilheiro, aliada ao aumento da demanda por peixe no mercado de Manaus e a disponibilidade dos recursos pesqueiros, impulsionou os ribeirinhos (pescadores) a pressionar e invadir as localidades onde a pesca era permitida apenas para o autoconsumo. O “acordo de cavalheiros” existente começa a ser quebrado.

O confronto que ficou conhecido como Guerra do peixe eclodiu no dia 31 de dezembro de 1970 por volta das 14h, quando o senhor Valdir²⁶, morador da localidade Rio Branco agricultor e proprietário de uma embarcação de cargas e passageiros que fazia linha para Manaus, considerado por todos como uma pessoa calma, adquiriu um barco de pesca, com capacidade de armazenar 6.000 quilos de pescado, e se lançou na pesca com interesse comercial nesta localidade, assim como em outras consideradas de agricultores e ao mesmo tempo ameaçava quebrar as caixas dos pescadores do Tilheiro (moradores que pescam comercialmente) que tentavam pescar nessas localidades.

Segundo relato de pessoas que participaram deste confronto e os autos do processo que foi instaurado na ocasião, ficam subentendido que houve interesses políticos. O então deputado estadual Campos, usando de sua influência política conseguiu nomear o Sr. Otaviano como delegado de polícia para atuar em toda extensão do lago, com poder para prender e autuar qualquer morador e, também tinha permissão para andar armado. O Sr. Otaviano e seu irmão Nau juntamente com o Sr. Cândido foram considerados os mentores da ação que desencadeou o confronto. Eles incitaram os agricultores a quebrarem a caixa do Sr. Valdir quando ele foi pescar na localidade do Italiano, local proibido para a pesca comercial. Ao chegar nessa localidade, ele juntamente com sua tripulação “deu um lance” e capturou uma quantidade expressiva de peixe, principalmente a espécie tambaqui, muito valorizada no mercado.

Os moradores da localidade do Italiano, revoltados e incentivados pelo Delegado e seus aliados a tomarem providencias a respeito da atividade pesqueira do senhor Valdir. Mediante a este fato os moradores do Italiano se reuniram e decidiram tomar e jogar os peixes na água e quebrar a “caixa” em que o pescado estava armazenado no convés da embarcação.

Essa tomada de atitude revoltou o Sr. Valdir e fez com que ele tomasse a seguinte decisão: “se eu não posso pescar vocês também não vão, se referindo aos pescadores do

²⁶ Os nomes usados são fictícios, para preservar a identidade das pessoas envolvidas no conflito de 1970, que ainda estão vivas e que concederam entrevistas. E os outros moradores que se dispuseram a conversar com os autores sobre os fatos o passado e do presente.

Tilheiro, vamos nos reunir (Rio Branco e Italiano) e quebrar as caixas deles (Tilheiro)²⁷. Assim, resolveu mobilizar os moradores do Rio Branco e do Italiano para quebrar as caixas dos pescadores profissionais do lago.

Os moradores liderados pelo Sr. Cândido juntamente com o Sr. Valdir, agora na postura de “agricultor”, se organizaram e, revoltados, seguiram para o Tilheiro, (armados com facões, espingardas, machados, pedaços de pau), com a intenção de quebrarem as caixas dos Srs. Adail, Sarapó e mais outros 5 barcos. O Sr. Zeca Batista estava em seu barco retornando de Manaus com gelo para continuar a pescaria, juntamente com João Piranha que vinha em outro barco, sendo surpreendido pelos revoltados e não permitiu quebrarem sua caixa puxou sua faca, furando um agricultor. Em meio ao tumulto, o Sr. Cândido puxou um revólver e começou a atirar acertando o Sr. Zeca e, continuou atirando para o alto, por cima do toldo dos barcos. Os agricultores também atearam fogo em algumas embarcações, destas três foram para o fundo do lago. Nesta confusão o Sr. Zeca que fora baleado veio a falecer juntamente com o Sr. Sarapó. O então delegado Otaviano (morador da Comunidade Italiano) é avisado e vem para o Tilheiro tentar colocar ordem no conflito (que ele mesmo houvera iniciado). Encontra Zeca Batista e Sarapó mortos e o Raimundo Batista e João Piranha baleados, barcos quebrados, caixas destruídas, mesmo assim não houve prisão de ninguém por parte do Delegado Otaviano.

O depoimento do Sr. Neró, morador da localidade do Tilheiro que presenciou o conflito é ilustrativo com esta questão, sendo parcialmente descrito abaixo:

O conflito começou porque existia (e ainda existe) um “acordo de cavalheiro” entre os moradores do lago Janauacá. A área daqui (Tilheiro) sempre foi de pesca e a de lá (Caapiranga, Rio Branco e Italiano) sempre foi de agricultura. Naquele tempo as pessoas respeitavam este acordo. O Valdir (morador do Rio Branco e agricultor) também praticava a pesca comercial e sempre vinha dizendo que ia quebrar (no Tilheiro) a caixa lá do lago da boca do rio Branco (Poção). Um belo dia, os pescadores de cá, quebraram a caixa do Valdir e jogaram todo o peixe na água, o pessoal de lá se revoltaram e vieram para o Tilheiro. O pessoal se revoltou com o Valdir e foram para o Tilheiro (estavam no Rio Branco). Ocorreu uma revolta, quando os de lá de cima (agricultores) chegaram armados e os daqui (Tilheiro) não estavam armados, aí teve alguém daqui que reagiu, era o primo do Aldenor, Zeca Batista. Nesse episódio morrem duas pessoas e quatro são baleadas. Temos a área dos agricultores e a área dos pescadores (início da ponta do Cândido). Tem que enxergar a opinião, desde o início sempre ameaçavam, mas nunca vinham aqui. O começo foi por lá. O barco do Valdir era de lá mesmo, foi pescar no local, ele só deu um lance e quando estava terminando de encher a caixa, o pessoal de lá mesmo, quebraram a caixa e jogaram todo o peixe na água. O barco do Valdir não foi quebrado, só a caixa do barco...

²⁷ A frase citada foi atribuída ao senhor Valdir, por vários entrevistados, moradores do Lago Janauacá sobre a Guerra do Peixe.

Segundo o Sr. Zeca Padeiro, envolvido no conflito, nos relatou que, com a vinda dos feridos para Manaus, sendo ele próprio um deles, em busca de assistência médica, a polícia é comunicada e abre sindicância acionando a Comarca do Careiro no qual está localizado o lago Janauacá, que por sua vez aciona o delegado Otaviano que então passa a apurar os fatos, omitindo que ele também incentivou o conflito, sabia que estava sendo planejado, mas na hora não estava presente, pois tinha enviado o irmão em seu lugar. Com a pressão sofrida e a chegada de policiamento da capital para prender os envolvidos, muito moradores se oferecem para serem presos e vem a Manaus em uma comitiva de aproximadamente 20 embarcações, dividido entre agricultores e pescadores. Foram presas 632 pessoas, sendo 11 processados e os outros liberados. Um ano após o ocorrido sai à sentença. O Juiz designou um Promotor, dois oficiais de justiça que foram a sede do município do Careiro, onde foram efetuar as prisões sendo acompanhado de dois policiais locais e do Sr. Zeca Padeiro. Ao chegarem ao lago prenderam os responsáveis pelo conflito, trazendo-os para Manaus onde permaneceram pouco tempo preso, sendo soltos por ordem judicial.

Para acalmar os ânimos, ou seja, para tentar por fim ao conflito do peixe no lago Janauacá, a Chefatura de polícia/secretaria de segurança do estado por meio do DPI²⁸, exonera o Sr. Otaviano e designa oficialmente um delegado, sargento Elias e mais dois policiais para atuarem nesta localidade. Ao chegar ao lago Janauacá, mas especificamente na localidade do Tilheiro, epicentro do conflito, o delegado providenciou a construção de uma delegacia, pois alegava que não dava para atuar/residir na escola da comunidade. Assim, com o apoio dos moradores, através de cooperação construiu-a literalmente, que ficou situado em ponto estratégico, permitindo observar qualquer tentativa de invasão e agressão entre agricultores e pescadores. A chegada do delegado e a construção/instalação da delegacia que foi batizada pelos moradores de “amarelinha de olhos azuis” as invasões deixaram de ocorrer embora houvesse promessas constantes de ataque/agressão de ambas as partes envolvidas no conflito.

O delegado designou informalmente um agente de polícia local, o Sr. Cristovão, morador da localidade Igarapé-Açú para dar suporte/apoio a sua atuação no lago Janauacá. A nomeação foi necessária porque é nesta localidade que esta o limite das duas territorialidades, agrícola e pesqueira, necessitando de uma vigilância constante. Durante a permanência do delegado e dos dois policiais por cerca de dois anos e meio no lago Janauacá, não houve nenhuma ocorrência/registo relacionada à guerra do peixe. Este fato demonstra que a presença da força policial, que os moradores tanto do lado dos agricultores quanto do lado dos

²⁸ Departamento de Polícia do Interior – órgão da Secretaria de Segurança que comandava os postos policiais no interior do Estado.

pescadores respeitaram as territorialidades existentes a partir da autoridade presente não invadindo as áreas de conflito. A lei do respeito, portanto, se estabeleceu entre ambos. É importante considerar que outras ocorrências foram frequentes, em várias situações chegando a haver a prisão de pessoas envolvidas.

Com a transferência do delegado em meados da década de 1970 por motivo de saúde e a nomeação de outro, houve certo “arrefecimento” no controle do conflito, demonstrando a necessidade de uma presença constante da autoridade policial e rígida, pois o conflito ainda era latente. Entretanto, foi o momento em que outros moradores do Tilheiro, localidade exclusivamente de pescadores, adquiriram barco de pesca movido a motores a diesel e se lançaram como pescadores de peixes de escama considerados nobres.

Atualmente, este conflito ainda é perceptível entre os moradores do lago. O “acordo de cavalheiro” firmado entre os moradores das duas áreas distintas continua valendo, mas a necessidade de um acordo mais formal levou os órgãos oficiais, como as prefeituras de Manaquiri e Careiro, o IBAMA, o IPAAM, entre outros a estabelecer acordos como o de pesca, que delimita e oficializa as áreas onde a pesca é permitida e áreas como as da comunidade Rio Branco como área de preservação, exclusiva dos agricultores.

Situação que ocorreu e ainda ocorre nas áreas de várzea (lagos) em que as populações sofrem pressões de várias partes, seja por parte dos grandes proprietários de terras, do governo, da prefeitura, das frotas pesqueira industrial (que não respeitam os ciclos de reprodução dos peixes) aliada à pesca comercial predatória (arraste), criação de Unidades de Conservação, de Parques Nacionais, Reservas Ecológicas e Biológicas, causando impactos socioculturais no modo de vida dos ribeirinhos, a ponto de em alguns casos, impedir essas populações do direito de exercer suas atividades habituais como agricultura, pesca e extrativismo, agravando a exclusão social das populações rurais.

Os conflitos instaurados em torno da atividade pesqueira foram algumas das consequências da política desenvolvimentista adotada pelo Governo Federal para a região Amazônica. A política de incentivos fiscais (em primeiro momento no Estado do Pará) e a profissionalização da pesca transformaram a atividade em uma prática intensiva para poder atender uma demanda cada vez maior, a frota comercial pesqueira foi impelida a expandir sua área de exploração, invadindo as áreas de várzea controladas e exploradas historicamente pelos ribeirinhos, agravando o esgotamento do estoque de peixes, tendo consequências negativas para a subsistência dos moradores dessas localidades.

Esta situação conduziu os atores envolvidos nas atividades pesqueira e agrícola a enfrentarem conflitos e tensões, levando a confrontos diretos, às vezes violentos. Um dos principais conflitos registrados foi a “Guerra do Peixe”, ocorrido no Lago do Janauacá, em 1973. Conflito este que causou a destruição de equipamentos de pesca, de barcos e mortes de moradores locais. A percepção sobre este conflito é um tanto complexa. A territorialidade é bem definida, quem planta só pesca para o consumo e quem pesca (comercial e industrial), só planta para o autoconsumo. A área destinada à pesca comercial continua só da pesca e a destinada à agricultura só para esta finalidade. Os agricultores podem pescar para seu consumo e de seus familiares, mas não pode vender o pescado.

Agricultores versus pescadores, acordo de cavalheiro versus acordo pesca, uma realidade no lago do Janauacá. Atualmente a linha divisória entre estas duas territorialidades distintas, são as placas colocadas pelo IBAMA ao criar a APA Rio Branco, que não são respeitadas, principalmente na localidade do Igarapé-Açú, limite dos conflitos atuais. O Acordo de Pesca que foi discutido/elaborado entre os moradores do lago, ainda não foi assinado pelas Prefeituras de ambos os municípios envolvidos (Manaquiri e Careiro) nem pelo IPAAM, nem pelo IBAMA, apenas uma minuta foi assinada. O confronto/conflito é real e latente, podendo eclodir a qualquer momento, caso uma ação não seja tomada com a finalidade de “acalmar os ânimos” de ambos os lados. O Acordo de pesca poderia ser uma forma de controlar os atritos entre os atores envolvidos, desde que, ele realmente seja assinado, executado, fiscalizado e principalmente aceito pelos ribeirinhos que residem nestas localidades situadas no lago Janauacá.

CAPITULO III - A PESCA NO LAGO JANAUCÁ

A pesca é uma das mais importantes atividades na região, constituindo-se a base da sustentabilidade do ribeirão, seja para utilização como alimento, para o comércio, renda e até a pesca esportiva. Desde épocas remotas os peixes já se constituíam em recursos naturais importantes para a manutenção das populações humanas (MEGGERS, 1977; ROOSEVELT *et al*, 1991).

Os indígenas que aqui habitavam, empregavam o uso do arco e da flecha, anzóis rudimentares e redes confeccionadas com fibras vegetais para captura dos peixes (SMITH, 1979). A partir da década de 1950 até 1970, ocorreu uma ruptura do método tradicional com a implantação de padrões tecnológicos, através da introdução de redes feitas com fibras de nylon, uso de motores a diesel nas embarcações de pesca, aumento da fabricação de gelo e expansão da pesca comercial, incentivados pelos projetos governamentais da época, como a criação da Zona Franca de Manaus.

Outro projeto de expansão da pesca se deu em meados de 1970, com o colapso das plantações de juta e malva devido à introdução das fibras sintéticas (PEREIRA, 2004). No momento atual, os pescadores estão fazendo “varreduras” dos rios (com a finalidade de limpeza e desobstrução do leito), usando cabos de aço para retirada de troncos, capins e outros obstáculos transportados pelo rio, conhecido regionalmente como *lanço*²⁹.

A pesca na Amazônia não é somente uma atividade comercial ou fonte de renda e alimentação, mas uma expressão cultural de suma importância, devido o consumo de pescado fazer parte da dieta milenar dos povos que aqui viviam e vivem. As atividades pesqueiras estão baseadas na inter-relação da pesca com as condições do ambiente aquático e da vegetação como fonte de alimento, abrigo e refúgio para os peixes. O manejo dos recursos pesqueiros é compartilhado por diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a extração do pescado.

Como qualquer região da Amazônia, o lago Janauacá no Amazonas também possui peculiaridades no setor pesqueiro, principalmente no que diz respeito ao modo de captura das

²⁹O lanço é uma preparação da área de várzea, realizada no período de águas baixas (seca/vazante), onde o morador faz a limpeza, retirando restos de galhos, troncos e raízes para que a área fique sem obstáculos, facilitando a pesca no período de águas altas (cheia/enchente). Realizada sempre próxima às margens e em locais estratégicos. À medida que o morador limpa, ele tem o direito de apropriação da área e os demais respeitam esta territorialidade. Na localidade do Tilheiro o morador que limpou a frente do seu terreno no período da seca é o único que pode rastrear o arrastão até a margem do seu terreno, pois é direito dele e outros pescadores até podem jogar seu arrastão nesse mesmo lugar, mas não pode puxar até a margem que o morador beneficiou. (observação de campo).

espécies de bagres principalmente os das espécies maparás (*Hypophthalmus spp.*). São Siluriformes de porte médio, pertencentes à família sul-americana Pimelodidae com um gênero e três espécies (*H. marginatus*, *H. edentatus* e *H. fimbriatus*). São peixes reoflicos, pois dependem da correnteza do ambiente natural para realizar suas funções reprodutivas (CARVALHO, 1980a). Diferem dos Siluriformes em geral, quanto ao hábito alimentar e localização na coluna d'água, pois enquanto a maioria é demersal e carnívoro, os maparás são estritamente pelágicos e planctófagos. Alcântara Neto (1994) e Carvalho (1980a) realizaram estudos sobre a alimentação do mapará, verificando que os principais tipos de alimentos que tomam parte na sua dieta são crustáceos planctônicos. A distribuição dos maparás é ampla na América do Sul; incluindo a bacia amazônica, do Prata, Orinoco e águas costeiras do Pará (foz do Amazonas) até o Suriname. Na Amazônia Central são encontradas as três espécies do gênero *Hypophthalmus* (ALCÂNTARA-NETO, 1994).

Em relação a uma organização de pesca, é importante ter cuidado para a diferença da pesca ribeirinha e a pesca embarcada. Essa distinção entre a pesca executada pelos camponeses ribeirinhos e a pesca executada pelos pescadores profissionais embarcados pode ser entendida da seguinte forma:

“o primeiro se refere à porção de água apropriada pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia. Essa apropriação se dá de duas formas: uso comum para pesca executada no baixo rio Solimões e nos lagos de várzea; a apropriação e uso individual/familiar para a pesca efetuada nos rios e lagos de terra firme. O segundo diz respeito a um território não apropriado, de acesso livre e fundado na mobilidade dos barcos de pesca em conquistar novos espaços aquáticos” (CRUZ, 2007).

Essa diferença é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa. O pescador que executa a atividade pesqueira de forma individual e/ou familiar estabelece seus próprios limites para realizar a captura das espécies, utiliza seus próprios instrumentos de trabalho e muitos até se relacionam de certa forma com o mercado consumidor para escoar aquilo que conseguiu e com os atravessadores que disponibilizam todos os apetrechos para a realização da pesca e compram toda a produção. No que diz respeito aos profissionais embarcados, entende-se que os barcos pesqueiros também realizam a atividade na região, porém, tem a facilidade de mobilidade, ou seja, podem se deslocar para lugares mais distantes e de melhor condição de pesca.

O enfoque dessa pesquisa está relacionado diretamente com toda essa distinção. De que forma as espécies de maparás estão sendo capturadas no lago Janauacá? Que técnicas e

instrumentos estão sendo utilizados? Como o modo de captura influencia na força de trabalho dos pescadores? Qual a influência da territorialidade na captura de maparás no cotidiano dos camponeses ribeirinhos? Como o mercado consumidor e capitalista influencia no modo de captura de peixes lisos?

Segundo Cruz (2009), os frigoríficos são influentes na expansão do capital na pesca. Porém, o autor se refere à realidade de Manacapuru. Quem está influenciando no processo de captura dos maparás no lago Janauacá? Essa pesquisa visa apreender como se dá a produção no setor pesqueiro da localidade e sua abrangência na vida dos pescadores.

É a partir de todo esse conceito de lanço/territorialidade e da questão da produção do pescado de mapará que abordaremos esta produção, pois há necessidade no setor pesqueiro em conhecer melhor essas questões, pois é necessário analisá-las com o objetivo de proporcionar uma melhor qualificação do setor pesqueiro no lago Janauacá. A pesca da espécie mapará é uma atividade muito frequente no lago Janauacá.

De acordo com Paulino (2006) na agricultura capitalista a mercadoria fundamental é à força de trabalho. Na atividade pesqueira ocorre da mesma forma, o grande capitalista influencia na força de trabalho dos pescadores – ribeirinhos. A autora reforça a ideia de que o monopólio ocorre dessa forma, torna o trabalhador dependente do capitalismo em que está a sua volta.

Paulino (2006) destaca que o sentido da monopolização do território pelo capital está exatamente na sua sujeição da renda terra. A indústria acaba oferecendo “condições” ao trabalhador para que ele continue fixo em sua propriedade, é de interesse dela que o agricultor permaneça na terra, pois é mediante a isso que é extraído a renda da terra. Essas condições consistem em se monopolizar em determinada região, tornando todos que estão ao redor, dependentes de tal monopólio.

Na agricultura camponesa o que se observa é a fórmula M-D-M, ou seja, nota-se que o trabalho familiar está em busca de mercadorias que eles não produzem ou que deixaram de produzir, visando apenas à subsistência. Pode-se afirmar que a partir disso na atividade agrícola camponesa a renda da terra é como componente fundamental e primordial para produção familiar, o que se torna um bem natural, pois não pressupõe trabalho acumulado fazendo com que se diferencie da produção capitalista. “É pessoal porque o camponês detém autonomia sobre o processo produtivo, a qual permite o controle dos resultados dos esforços produtivos, ainda que o mesmo possa representar trabalho gratuito.” (PAULINO, 2006, p.

33). Com tudo isso, pode-se compreender a atuação e a influência do capital em qualquer tipo de produção, seja na agricultura ou até mesmo na pesca dos maparás.

3.1 A pesca na região Amazônica e no lago Janauacá

À medida que a pesca na região amazônica avança, que o grande capital monopoliza toda essa cadeia produtiva objetivando uma maior produção, em grande escala, a fim de comercializar o pescado em outras regiões do Brasil e exportá-lo para outros países, urge a necessidade de buscar-se o conhecimento da diversidade, pelo poder do conhecimento. A busca pelo pescado nos rios e lagos da região amazônica gerou o estabelecimento de uma ampla e complexa rede de produção. Como a maioria dos barcos de pesca não atua no processo de captura, a qual implica uma série de investimentos, aumentando seus custos, essa incumbência ficou reservada para os ribeirinhos que direcionam o resultado de suas pescarias para serem negociadas junto a essas embarcações que vão até as comunidades comprar o pescado. Em todas as situações o pagamento é realizado à vista por meio de moeda corrente e/ou troca. Iniciou-se dessa forma uma busca frenética pelo pescado que pouco a pouco ameaça os estoques de peixe na região.

Percebe-se que nos últimos anos a atividade pesqueira vem sofrendo mudanças significativas, onde “a pesca era principalmente lacustre e fluvial”, e somente para o autoconsumo (DIEGUES, 1983). A Revolução Industrial trouxe melhorias para o setor pesqueiro, relacionados aos instrumentos de pesca, como diferentes tipos de redes de captura, novos tipos de barcos pesqueiros, entre outros. Conforme Diegues (1983) foi à introdução “da máquina a vapor, e, posteriormente, do motor a combustão interna a bordo dos barcos pesqueiros”, que trouxe mais facilidades de captura e com isso maior produção para os pescadores de todo o mundo. Na Amazônia a pesca é uma atividade praticada há séculos pela população local. Segundo Veríssimo (1985, apud RUFFINO, 2005) “há registros das diversas modalidades de pesca e do comércio de produtos, como tartarugas e pirarucus, nos grandes centros da região desde o fim do século XIX”.

De acordo com Diegues (1983), “ao contrário de outros setores da produção, [...], a pesca é, em nossos dias, a única atividade humana de caça em grande escala”. Para Bayley e Petre, (1989, apud ALMEIDA e ALMEIDA 2006), “O pescado é um recurso natural fundamental na Amazônia, uma vez que beneficiam aproximadamente 100 mil pescadores que residem às margens dos rios e lagos da várzea da região”. Foi mais precisamente no final

da década de 1940 e início da década de 1950, que começa a aparecer na região amazônica os primeiros barcos de pesca, movidos a motores a diesel, acoplados com grandes caixas de gelo com capacidade de armazenar grandes quantidades de peixe.

Com a introdução de barcos motorizados para a atividade pesqueira, na região, as formas de armazenagem, conservação, transporte e comercialização começam a mudar de forma significativa. A relação distância/tempo diminui, fazendo com que os barcos ao se deslocarem sejam mais rápidos, consigam alcançar lugares pouco explorados. Assim, os avanços tecnológicos na pesca ocorrem simultaneamente com o crescimento da população urbana das cidades amazônicas e, por conseguinte, do aumento da demanda por peixe. As exportações de peixes para o mercado nacional e internacional, sobretudo os peixes de couro/liso, principalmente a partir da década de 1980, impulsiona ainda mais essa demanda (McGRATH, 1993).

O desenvolvimento da pesca comercial na Amazônia é marcado pela intervenção das estratégias de desenvolvimento econômico adotadas para a região e pela falência dos “ciclos” econômicos da borracha, da juta e da malva, sobretudo, a partir da década de 60. O advento do modo de produção capitalista na Amazônia insere os grupos sociais locais, as comunidades ribeirinhas, num processo de otimização (ainda que inicialmente rústica) da captura do pescado (RAPOZO *et.al.*,2009: p.193).

A pesca, especialmente na região Norte, é praticada como meio de subsistência ou autoconsumo, no entanto, nas últimas décadas, houve um aumento expressivo da demanda urbana por peixe. Apesar disso, o consumo do mapará é pouco apreciado pelos amazônidas devido, em alguns casos, às crenças populares, que segundo Smith (1979) entre os ribeirinhos “o peixe *remoso* é evitado por aqueles que tenham feridas, especialmente as causadas por picadas de arraia ou cobra ou por mordidas de cachorro, pois a carne causaria uma inflamação na lesão³⁰. O mesmo se aplica àqueles que sofrem de sarampo, tumores ou qualquer erupção de pele”.

Dessa forma, “Face às crenças do peixe *remoso*, a maior parte da produção das pescarias dos maparás é exportada”. Pouco a pouco na medida em que cresce o número de frigoríficos no Estado do Amazonas, principalmente a partir de meados dos anos 70, esse tabu

³⁰ Além do temor de que o peixe de couro/liso nas comunidades das várzeas da Amazônia pode ocasionar *moléstia*, esse tabu pode estar ligado a fatores religiosos. Percebe-se que em muitas comunidades amazônicas a força da religiosidade é muito marcante. Talvez esteja aí uma explicação histórica para tamanha rejeição aos peixes de couro/liso, pois a Bíblia Sagrada, em Levítico 11:09-11 (Leis sobre os animais limpos e imundos) considera e proíbe o consumo dos animais que vivem nos mares e nos rios, que não tenham barbatanas ou escamas.

começa a cair, pois a pesca dos peixes lisos começa a acontecer de forma mais intensa a fim de atender os mercados nacional e internacional. Esse processo gerou uma concorrência nunca antes visto [...], o que acabou impulsionando os [pescadores] a delimitar, no final dos anos 80 e início da década de 90 do século 20, verdadeiras territorialidades de pesca (CRUZ: 2009: p.255).

Outra transformação importante, verificada, que contribuiu para a intensificação da captura do peixe liso foi o aumento dos motores de popas nas canoas comumente denominados de “*rabeta*” ou “*honda*”, que passaram a ser adquiridos nos mercados de Manacapuru e de Manaus, facilitados pela queda nos preços e a obtenção de crediários devido o aumento de renda dos camponeses ribeirinhos.

Essa aquisição, na vida dos pescadores, vai ser percebida na redução do tempo e da distância, fazendo com que os mesmos passem a se deslocar para áreas mais distantes em busca desse pescado. Sobre o assunto, vale ressaltar que “é no período de águas baixas, que corresponde ao verão amazônico, que essa pescaria dos peixes lisos se intensifica [...], gerando, por conseguinte, uma competição entre as turmas de pescadores que atuam nesse importante espaço aquático. Isso vai impulsionar as turmas de camponeses ribeirinhos a manter as fronteiras das territorialidades de pesca com mais exatidão. Ou melhor, por causa da maior disponibilidade de peixes nesse período e da maior competição pela captura eles procuram defender, com afinco, os limites dessas territorialidades de pesca” (Cruz: 2009: p.257).

O avanço dos frigoríficos e, por conseguinte, da pesca, no baixo rio Solimões nas décadas de 1970 e 1980 relaciona-se tanto a fatores naturais quanto econômicos. As grandes cheias (acima de 28 metros) e as cheias excepcionais (acima de 29 metros) marcaram essa década. As terras de trabalho foram comprometidas e as diversas culturas agrícolas seguidamente perdidas afetando a renda dos camponeses ribeirinhos. O que volta a ocorrer na década atual.

Como alternativa econômica substitutiva, os agricultores começam a se direcionar para as atividades pesqueiras, sobretudo, a pesca do peixe de couro/liso por representar um retorno monetário mais imediato³¹.

³¹ Esse imediatismo refere-se ao fato de que os camponeses ribeirinhos não terem que esperar o resultado e/ou sucesso de uma cultura de ciclo curto ou perene para daí negociar/comercializar. No caso da pesca, principalmente o peixe liso, basta ter o produto que a venda é certa. É muito comum os moradores dessa comunidade, quase que diariamente, serem encontrados negociando seu pescado nos frigoríficos/flutuantes. Seguindo a concepção de *valor de uso* (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria), o peixe liso transforma-se no café, no açúcar, no feijão etc.

Diante disso, começa a haver uma forte pressão sobre os estoques de peixes (tanto de escama quanto liso) nas várzeas da Amazônia. Essa forte pressão será constatada através das “*territorialidades de pesca*” personificados na proteção do rio contra a invasão de pescadores de outras localidades; como também pelo “sistema de vez” introduzido no lanço. Segundo Cruz (2009: p.272) o sistema de vez “é uma forma encontrada pelos camponeses ribeirinhos para reduzir a pressão em cima dos estoques de peixes lisos disponíveis no rio Solimões, sendo também um mecanismo mais justo para o pescador. Por isso, esse rigor [...] em proteger e normatizar o uso dessa porção de água apropriada de forma comum”. Sobre o tema, Pereira et.al. (2009: p.241) destaca que “o mais significativo problema associado aos territórios aquáticos, onde os ribeirinhos defendem o acesso exclusivo, são aquelas áreas sobrepostas em que os recursos naturais são apropriados por mais de uma comunidade”.

Geralmente, a Amazônia é tratada como um todo, como se explicável “duma só feita”, talvez mais pelo que dela se ignora, do que pelo que se conhece, tanto em termos sociais diferenciadas, evitando-se generalizações arbitrárias, reducionistas e ineficazes para explicar situações multifacetadas, tanto em relação aos ecossistemas, como à diversidade das configurações sociais, a sua sociodiversidade (ARAÚJO, 2007). Logo, cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, com base em conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também numa relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais (ALMEIDA apud PEREIRA *et.al.*: 2009).

Ruffino (2005) descreve a pesca na Amazônia como atividade complementar:

“... a pesca na Amazônia é praticada pelos habitantes da região desde o período pré-colombiano. Há registros das diversas modalidades de pesca e do comércio de produtos, como tartarugas e pirarucus, nos grandes centros da região desde o fim do século XIX. Com a colonização européia, as várzeas dos rios foram habitadas por “caboclos”, que nelas praticavam suas atividades de subsistência e/ou econômicas. Tradicionalmente, a pesca funciona como uma atividade complementar, integrada às demais atividades da economia familiar. Ainda hoje mantêm essa prática e complementam a atividade agrícola com a caça, a criação de pequenos animais e a pesca.”

O autor afirma que no fim da década de 1930, a colonização japonesa introduziu o cultivo de juta que, juntamente com a borracha, tornou-se uma importante atividade econômica. Entretanto, a partir da metade do século XX, com a crise dessas duas culturas, a pesca transformou-se para muitos em atividade profissional permanente ou prioritária. Ainda

para o autor, a decadência dos demais recursos tradicionais, juntamente com o aumento da demanda urbana de pescado, devido ao crescimento demográfico, foram às causas socioeconômicas da transformação que se verificou nas décadas seguintes. Portanto, a pesca na região Amazônica, ganhou grande importância econômica, devido à crise das culturas de juta e borracha.

A partir da década de 1960, muitos ribeirinhos, principalmente os mais prósperos, começaram a adquirir barcos com motor a diesel adaptados para a atividade pesqueira. Os moradores que se interessaram em comprar tais barcos motorizados no lago Janauacá foram aqueles cujas localidades tinham na pesca sua atividade principal. A localidade do Tilheiro se destacou nesse processo de aquisição dessa nova tecnologia adotada na pesca, tornando-se definitivamente reconhecida como comunidade de pescadores. É importante ressaltar que alguns moradores das localidades de agricultores também adquiriram essas embarcações movidas a diesel e passaram a exercer a pesca com o objetivo de comercializar o pescado capturado, rompendo assim com a pesca apenas para autoconsumo. (MOURÃO *et al*, 2009)

As mudanças de demanda da produção pesqueira fizeram com que os pescadores se lançassem na pesca do mapará, pois no mercado essa espécie tem valor e compra certa nos frigoríficos de Manaus e Iranduba, este último próximo do lago. A entrada dessa espécie no lago mudou a dinâmica e as relações de produção pesqueira criando novas territorialidades e confrontos no lago Janauacá.

3.2 O processo de captura e comercialização dos maparás no lago Janauacá

O processo de captura de peixes no lago Janauacá é uma atividade bastante comum para os ribeirinhos que habitam a região, por esse motivo estão familiarizados com essa atividade, pois praticam de forma individual e/ou familiar. A pesca se dá por meio da captura com malhadeira e com o lanço. Os maparás são capturados em grande quantidade, por isso não é difícil entender que, quanto maior o número de peixe maior a renda dos pescadores, isso é resultado de bastante trabalho e metas para conseguir tal renda.

O ápice da produção se dá em março, abril e maio, quando a produção é mais acentuada. Esta pesca inicia dia 16 de março, data em que é permitida a pesca desta espécie. Devido à grande demanda ocorrida em 2008, às espécies dos maparás entraram no programa de proteção, entre 16 de novembro a 15 de março de cada ano, fica proibido à pesca desta espécie, caso contrário, o pescador será punido. Os peixes lisos são bastante cobiçados no que

diz respeito à exportação e comercialização em Iranduba. A espécie capturada com mais frequência no lago Janauacá são as do mapará.

A safra dos maparás ocorre com maior intensidade entre os meses de março a junho, sendo assim, durante este período intensificam-se os trabalhos no processo de lançamento e recolhimento das redes com os peixes capturados. Nessa época a quantidade de peixes é muito grande comparado aos meses de julho a outubro onde não há uma safra tão intensa. Como podemos observar na tabela 02, os meses de março a junho (período da enchente e início da vazante) são os meses em que os pescadores se dedicam mais na pesca do peixe mapará, isso não elimina a realização de outras atividades durante a safra.

Safra do Peixe Liso (mapará) / Outras Atividades	
Mês	Atividade
Janeiro / Fevereiro	Cultivo de hortaliça/Criação de gado/Pesca para subsistência
Março	Abertura da pesca dos maparás – dia 16/03 – Data comemorativa para os pescadores - Pesca intensa dos maparás.
Abril / Maio / Junho	Pesca intensa dos maparás
Julho/Agosto	Pesca menos intensa dos maparás e saída de muitos pescadores para outros lagos e o grande rio.
Setembro/Outubro	Poucas Espécies encontradas no lago
Novembro/Dezembro	Cultivo de hortaliça/Criação de gado/Pesca para subsistência. Início do período de Defeso. (15/11)

Tabela 02 – Período da safra dos maparás e outras atividades durante o ano
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012/2013 Organizado por: Mourão e Adriana Cruz.

Os pescadores do lago Janauacá são pessoas de pouca escolaridade, muitos tem o ensino fundamental incompleto, outros nunca foram à escola. Esses trabalhadores residem e trabalham na comunidade, porém alguns possuem casas em Manaus, Careiro, Manaquiri ou Iranduba, pois houve a necessidade por parte deles em manter os filhos na cidade para facilitar o acesso à escola e outros serviços que não possuem no lago.

Quase todos são cadastrados na Colônia dos Pescadores e cumprem suas obrigações para com a associação, além disso, recebem o seguro defeso, que é a renda destinada a eles no período de proibição de algumas espécies de peixes em geral. A colônia dos pescadores

possui sede nos municípios de Manaquiri, Careiro. Iranduba, Manaus e atende pescadores de várias regiões em torno do lago.

Neste contexto, as relações são conflituosas porque os agricultores também pescam para venda e não apenas para o autoconsumo, fato comprovado na reunião onde começou a ser articulado o Acordo de Pesca do lago Janauacá, organizado pelo IBAMA³², IPAAM³³ e pelas prefeituras do município de Manaquiri e do Careiro juntamente com as colônias de pescadores, a CPT entre outros, onde a maioria dos ribeirinhos reunidos se autodeclararam pescadores, renegando sua classe de agricultor. Os pescadores profissionais cadastrados junto a alguma associação/colônia se revoltaram com esta declaração dos agricultores. Essas delações são ao mesmo tempo também convergentes, pois permite manter sua estabilidade econômica ao auferir renda o ano inteiro. A questão do conflito da pesca, esta diretamente relacionada ao “conflito de interesses”, apresentando várias dimensões e características.

Analisar os processos produtivos da pesca é de fundamental importância para se entender as microterritorialidades no Lago Janauacá. Desde a produção pesqueira dentro do lago a interferência capitalista na figura dos frigoríficos nesse espaço revela principalmente a capacidade que a produção familiar camponesa tem de diversificar a produção e se manter no mercado. Apesar de toda a capacidade de produção destes camponeses ainda falta por parte do Estado, o investimento e planejamento necessário para que essas populações continuem produzindo e vivendo de forma digna.

Reformular alguns conceitos sobre a produção camponesa é de suma importância, sendo um dos pontos cruciais, desmistificar as relações contraditórias de incapacidade produtiva e organização por parte deles. No entanto formular políticas públicas voltadas para o modo de produção camponesa e não utilizar as relações de mercado nesta produção são fatores que podem contribuir e fazer valer a autonomia e dinâmica própria desse espaço.

Em síntese, só é possível encontrar soluções aos problemas diagnosticados na pesca do mapará através de uma reformulação política onde se propõe que seja dada continuidade, pois ao mesmo tempo em que são os causadores também são os mesmos que podem solucionar os problemas.

Apesar da grande diversidade de espécies de peixes no lago Janauacá, apenas algumas são comercializadas, em especial o Mapará. A captura dessa espécie é realizada de forma diferenciada. Para melhor exercer o manejo do mapará, os ribeirinhos vêm demarcando suas áreas de atuação através de acordos não formais estabelecida pelas comunidades que

³²Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

³³Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. Lei Estadual nº 2.712 de 28/12/2001.

circundam o lago com destaque a localidade do Tilheiro (área destinada à pesca), situada no lago Janauacá. A expansão da demanda para a espécie do mapará gerou o estabelecimento de uma ampla e complexa rede de produção e comercialização (Figura 29).



Figura 29. Comunidade do Tilheiro (sede da colônia dos pescadores) – Lago Janauacá.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

Como a maioria dos barcos de pesca não atua no processo de captura do mapará, a qual implica uma série de investimentos, aumentando seus custos, essa incumbência ficou reservada para os ribeirinhos que direcionam o resultado de suas pescarias para serem negociadas junto a essas embarcações que vão até as comunidades comprar o pescado. Em todas as situações o pagamento é realizado à vista por meio de moeda corrente e/ou troca.

Para melhor entendimento dessa questão conceitual é necessário fazer uma distinção entre a monopolização do território pelo capital e territorialização do capital para que se possa entender claramente o conceito teórico utilizado nessa pesquisa.

O capital tem a preferência em criar e recriar condições para que os pescador-ribeirinhos permaneçam em seus locais de origem, pois com isso os pescadores são os responsáveis pela captura do pescado para que assim os mesmos possam fornecer o pescado *para os capitalistas como matéria-prima e a mesma é transformada em mercadoria que gera lucro para o capitalista*, e através desta cadeia ocorre à sujeição da renda da terra e não de força de trabalho. De acordo com Paulino (2006: p.103) é nessa “forma de produzir no campo que se define a monopolização do território pelo capital: a produção propriamente dita se dá

no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção.”

Por isso é importante ressaltar que os pescador-ribeirinhos possuem autonomia sobre suas atividades, ou seja, o mesmo pode conciliar a pesca com outras atividades e também os próprios pescadores escolhem suas jornadas de trabalho de acordo com a época da piracema.

Diferente da monopolização do território pelo capital tem-se a territorialização do capital. De acordo com Oliveira (2004: p.42) o capital quando territorializa:

...varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). [...] O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004).

No lago Janauacá, não seria viável para esses capitalistas se territorializarem, pois atividades relacionadas a pesca são atividades de risco, no qual os mesmos poderiam ter prejuízos ao investirem seu capital, não obtendo o lucro desejado. “Assim, a territorialização do monopólio e a monopolização do território estão se constituindo em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo”. (OLIVEIRA, 2004: p.43).

Ao adentra-se na área de estudo verifica-se que ocorre uma monopolização do território pelo capital, onde o controle está nas mãos dos proprietários de frigoríficos, pois os mesmos monopolizam a rede de comercialização da pesca do mapará, que é composta pelo pescador-ribeirinho, o barco pesqueiro, e finalmente o frigorífico que é responsável pela exportação para o mercado nacional e internacional.

Com as instalações dos frigoríficos em busca do pescado, surgem os barcos pesqueiros, e assim os pescador-ribeirinhos que antes tinham na agricultura sua única atividade de subsistência, passam a ter a pescar como alternativa de renda.

O pescador sendo aqui o responsável pela captura do pescado, o barco pesqueiro sendo o responsável pela compra do pescado, onde este vende para o frigorífico e assim o frigorífico vende (exporta) para o mercado nacional e internacional. Verificam-se assim as relações de poder e controle existente nessa rede de comercialização. Portanto, vê-se assim como ocorre à monopolização do território pelo capital no lago Janauacá. Uma monopolização de forma

sutil, fazendo com que nem os pescador-ribeirinhos e nem os donos dos barcos pesqueiros percebam essa lógica de produção.

A comunidade do Tilheiro foi selecionada para a pesquisa, devido à grande concentração de pescadores envolvidos na pesca do mapará no período da safra e da proximidade com o grande lago, conforme destaca o circula no mapa da figura 30.

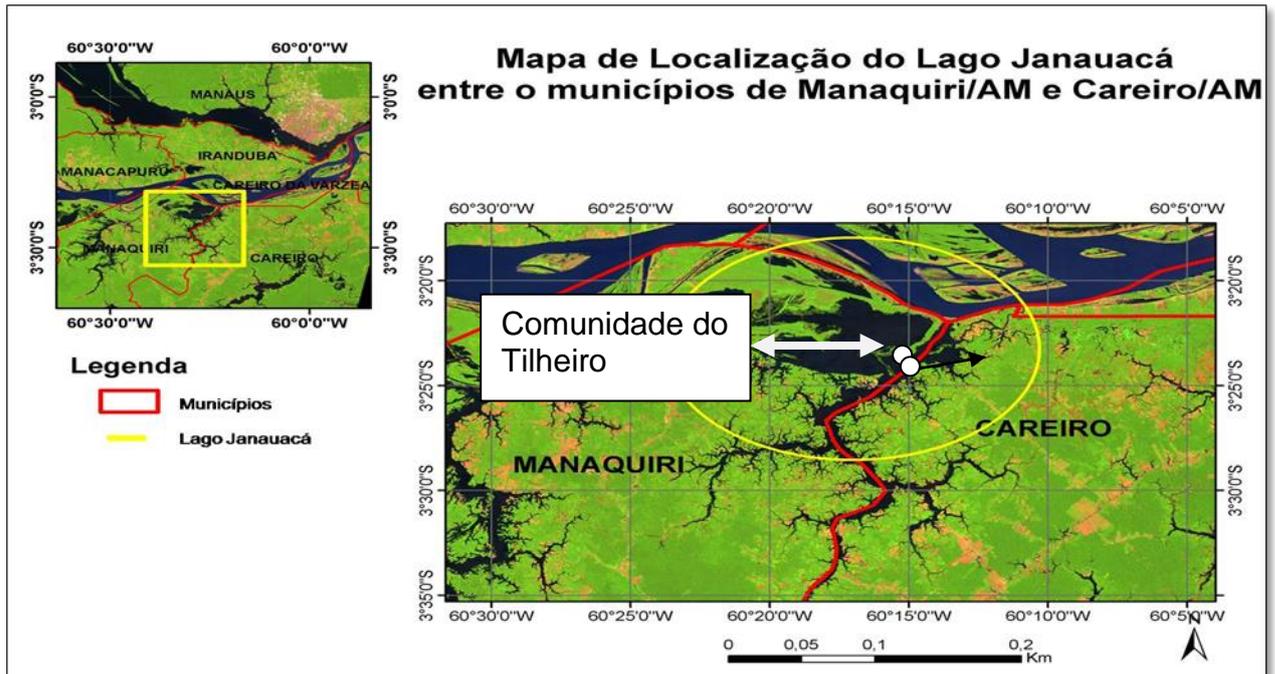


Figura 30. Mapa de localização da Comunidade do Tilheiro - Lago Janauacá - AM

Fonte: Imagem LANDSAT-5/TM, 2009

Org: MOURÃO E MARQUES, Jenifer., 2012

O processo da captura do pescado se dá por meio da pesca com malhadeira e por lanço. O lanço é uma forma de o pescador armar as suas redes e delimitar um território com boias, depois executar o processo de captura a partir daquilo que foi delimitado. Os maparás são capturados em grande quantidade, por isso não é difícil entender que, quanto maior o número de peixe maior a renda dos pescadores, isso é resultado de bastante trabalho e metas para conseguir uma renda maior.

Os peixes capturados são levados pelos próprios pescadores até os barcos ou frigoríficos de Iranduba, para isso é utilizado canoas motorizadas e vendido para pessoas responsáveis pela comercialização, é a partir daí que começa insatisfações por parte dos pescadores em relação à comercialização dos bagres capturados. (Figura 31).



Figura 30: Preparação para realização do lanço no lago Janauacá
 Fonte: Mourão, Pesquisa de Campo, 2012/2013

O preço do pescado é determinado pelos donos dos frigoríficos, os pescadores também afirmam que não há concorrência entre os frigoríficos, por isso o monopólio dos barcos geleiros se tornam muito forte nessa comercialização. Os preços destacados na tabela 03 são revelados pelos próprios pescadores.

Espécie	Preço vendido pelos pescadores aos barcos-pesqueiros
Dourada (<i>Brachyplatystomarusseauxii</i>)	R\$ 4,40 (kg)
Mapará (<i>Hypophthalmusedentatus</i>)	R\$ 1,20 (kg)
Piaba (<i>Axtianax</i>)	R\$ 1,70 (kg)
Pirarara (<i>Phractocephalushemiolepis</i>)	R\$ 1,20 (kg)
Surubim (<i>Pseudoplatystomafasciatum</i>)	R\$ 5,20 (kg)

Tabela 03: Preço vendido pelos pescadores ao barco pesqueiro
 Fonte: Mourão, Pesquisa de Campo. Organizadores: Mourão e Lilia Oliveira, 2012/2013

O grande influenciador de tudo isso é justamente o frigorífico, que está instalado na sede do município de Iranduba. Ele é o responsável por todo o processo de comercialização das espécies de bagres, pois é único e não tem concorrente para que ocorra variação de preços das espécies. Esse capitalista não tem nenhum vínculo direto com os pescadores, todas as espécies capturadas passam pelo barco de pesca, que serve como intermediário entre o pescador e o capitalista. A monopolização do território pelo capital está exposta de forma clara.

A comercialização dos maparás no lago Janauacá, aumentou em grandes proporções (figura 32). Essas espécies existem em abundância no ambiente do lago e seu consumo não é

muito apreciado pelos habitantes da região, com isso, a comercialização desses peixes ganhou destaque e consumo no território nacional. São inúmeros os fatores que dinamizam a comercialização dessas espécies.



Figura 32: Espécies de peixe Mapará (in loco)
Fotografia: Mourão, pesquisa de Campo. 2012/2013

A pesca, especialmente na região Norte, e no lago Janauacá é praticada como meio de subsistência, para o consumo familiar e como forma de complementar a alimentação. No entanto, nas últimas décadas, houve um aumento expressivo da demanda urbana por peixe.

O Fluxograma (Figura 33) mostra a relação existente entre os pescadores e a cadeia produtiva da pesca do mapará. A pesca é realizada pelos pescadores ribeirinhos, associados ou não a uma colônia de pescadores, pois o barco pesqueiro acaba comprando de qualquer produtor que tenha o pescado.

Esses pescadores desenvolvem uma relação de dependência com os barcos de pesca, que fornecem material para que os mesmos fabriquem seus apetrechos de pesca e assim os tornam submissos na venda de seus produtos, pois ao entregar o pescado o dono do barco desconta o que foi cedido em material. A partir desta relação o barco pesqueiro tem sua produção garantida. Por sua vez o barco de pesca tem garantido o comprador, neste caso os frigoríficos instalados em Iranduba e Manacapuru, que compram toda a quantidade que os barcos trazem. Alguns desses barcos pertencem aos camponeses ribeirinhos que conseguiram progredir financeiramente e se tornaram pequenos investidores, outros pertencem aos frigoríficos que negociam junto aos pescadores locais, pois tem mercado garantido para sua produção.

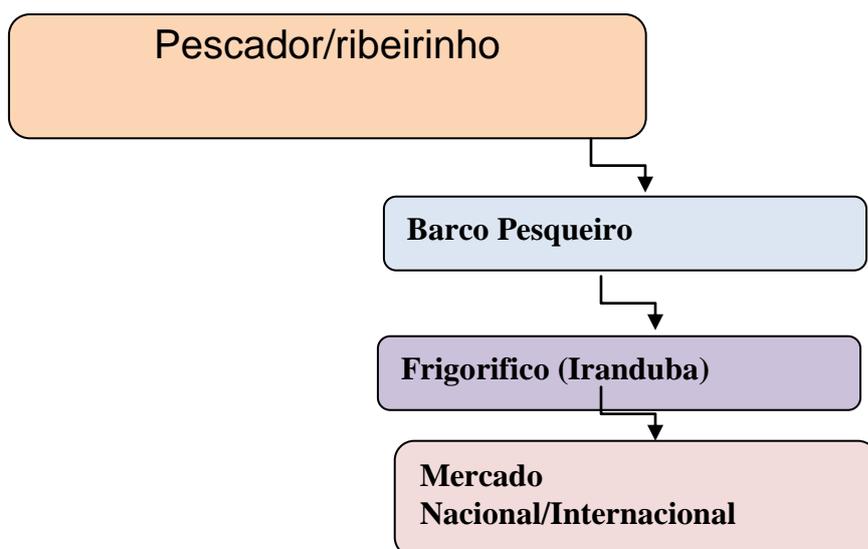


Figura 33: Fluxograma da rede de comercialização
Fonte: Pesquisa de Campo 2012/ 2013. Organizadora: Mourão.

Durante as idas a campo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quinze (15) pescadores e suas esposas, no qual as mesmas ajudam seus esposos na captura do pescado tratando os maparás (para retirarem as vísceras, conforme as figura 34 e 35), para que assim os mesmos possam vender o pescado para o dono do barco.

A partir dos dados coletados verificou-se que a inserção do mapará (peixe liso) começou a ter mais ênfase na comunidade há uns dez (10) anos atrás, ou seja, a terem valor de mercado, sendo que a espécie do mapará está no seguro defeso apenas a seis (6) anos. A liberação do defeso da espécie do mapará ocorre a partir do dia dezesseis (16) do mês de março de cada ano a partir das seis (06) horas da manhã, mas para essa liberação há toda uma preparação da comunidade do Tilheiro para a captura e comercialização dessa espécie.



Figura 35: Esposas de pescadores tratando os maparás - retirada das vísceras para a venda.

Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo 2012/ 2013

Todo o dia quinze (15) de março de cada ano, as esposas dos pescadores começam a preparar diversos pratos de comidas típicas. O “grande dia”, dezesseis (16) de março, que para a comunidade é considerado como um dia comemorativo, devido à liberação da captura e comercialização do mapará, os pescadores conseguem uma boa renda (de acordo com que cada casal consegue capturar). Os pescadores, em geral, estão associados a algum barco para vender toda a produção aos donos dos barcos (todos legalizados juntos a Capitania) e os que não são legalizados ficam atracados a estes, pois legalmente não é permitida a presença destes durante a pescaria.

Os donos dos barcos compram dos pescadores toda a quantidade capturada das espécies de mapará, porém os pescadores só podem vender essa espécie se os mesmos já estiverem tratados (sem as vísceras), para que assim o dono do barco possa pesar a quantidade em quilo (Kg), sendo que em todos os quilos adquirido, o pescador recebe o valor de R\$ 1,20. (Figuras 36 e 37).



Figura 36: Pescado antes de pesar – sem as vísceras
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo 2012/ 2013.



Figura 37: Balança para pesagem do pescado.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo 2012/ 2013.

Após ser pesado, o pescado é armazenado em uma caixa de gelo grande (geleira) acoplado no convés e porão do barco, esta caixa é de propriedade do dono do barco, como se

observou em campo e serve para conservação do pescado capturado até a entrega dos mesmos no frigorífico de Iranduba (Figuras 38 e 39).



Figura 37: Caixa de gelo (geleira), dentro do barco.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo 2012/ 2013.



Figura 38: Armazenamento do pescado, dentro do barco.
Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo 2012/ 2013.

Depois desse procedimento, o pescado é vendido diretamente para os frigoríficos localizados no município de Iranduba, ao valor de R\$ 1,60 o quilo. Esse preço é determinado pelos donos dos frigoríficos, no qual os mesmos ao comprarem esse pescado dos donos do barco o pagamento é feito de imediato e logo em seguida os trabalhadores do frigorífico retiram o couro e a cabeça do pescado do mapará, no qual possuem três espécies e exportam para Manaus (Mercado Nacional) e principalmente para o Canadá e para os Estados Unidos (Mercado Internacional) como filé de mapará (Figura 40).



Figura 40. Espécies de Maparás: A - Graúdo, B - Cara de jipe ou Barba de pena e C - Azulzinho. Fotografia: Mourão, Pesquisa de Campo 2012/ 2013.

3.3 Quem planta não pesca quem pesca não planta: territorialidades e os conflitos de pesca no lago Janauacá

O processo de dominação territorial é essencial para compreendermos a extensão, tanto quantitativa quanto qualitativa, da luta pela terra. Os conflitos que dela resultam, os acordos não escritos mais que fazem parte da sua história. No Lago Janauacá, existe este tipo de relação. Acordo feito ao longo do tempo e que permite uma convivência (quase) pacífica entre os territórios dos agricultores e dos pescadores.

Estes múltiplos territórios abordam as lutas pelo direito à territorialidade que é essencial na reprodução do modo de vida camponesa, pois a territorialidade é uma extensão fundamental da afirmação desses direitos coletivos que se embate com a visão liberal de propriedade. Para Cruz (2009) é onde estabelece a garantia do reconhecimento de uma identidade coletiva e dos direitos coletivos, pois o território é, para essas populações, ao mesmo tempo os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção; e também é um referencial simbólico e subjetivo na construção das identidades, portanto o território é “abrigo” e “recurso”: abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção e, ao mesmo tempo, elemento fundamental de identificação, simbolização e pertencimento para esses grupos sociais.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (2002:120-21). Assim, associar o controle físico ou a dominação “objetiva” do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (HAESBAERT, 2001:121).

Seguindo esta linha, sobre territorialidades como estratégia de reconhecimento de luta e defesa do território, Cruz (2009) pontua:

A territorialidade é uma dimensão fundamental da afirmação dos direitos coletivos das “populações tradicionais” na Amazônia, pois é nela que reside a garantia do reconhecimento de uma identidade coletiva e a defesa da integridade dos diferentes modos de vida, modos de vida associados a matrizes de racionalidades pautadas nas diferentes formas de uso-significado do espaço e da natureza. Na luta pelo reconhecimento de suas territorialidades, esses camponeses ribeirinhos buscam novos padrões que possam melhor solucionar suas necessidades, aproximando as leis e os direitos das práticas sociais cotidianas. Neste sentido, buscam instituir direitos para além das formas jurídicas positivas e dogmaticamente instituídas, herdadas do processo de colonização; buscam o reconhecimento jurídico para existência de outras manifestações normativas informais, não derivadas dos canais estatais, mas emergentes de lutas, conflitos e das flutuações de um processo histórico-social participativo em constante reafirmação capaz de dar conta das formas coletivas da terra e dos recursos naturais. (CRUZ, 2009)

É nessa busca de afirmação de suas identidades coletivas e de suas territorialidades, que os moradores do lago Janauacá, vêm reivindicando ou mesmo (re)inventando novos direitos tais como: os acordos de pesca, as áreas de proteção entre outros. Trata-se de uma estratégia de luta e de defesa dos seus territórios. Nesta acepção busca distinguir os direitos pautados no uso, na tradição, nos chamados direitos consuetudinários ou direitos costumeiros, direitos esses ignorados ou invisibilizados no estatuto jurídico estabelecido que assinalem para esta relação entre a afirmação identitária, a territorialidade (CRUZ, 2009).

Com a expansão da demanda urbana por peixe, sobretudo na cidade de Manaus, em pleno apogeu da Zona Franca de Manaus e da expansão urbana, esses pescadores embarcados do Tilheiro, para atender esta demanda consumidora, procuraram outros lugares de pesca, tornando-se pescadores itinerantes. Isto não significa que o conflito no interior do lago tenha cessado, continua latente, no entanto com a busca do pescado cada vez mais distante diminuiu significativamente a pressão sobre os recursos pesqueiros disponíveis no lago Janauacá.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, com a instalação de frigoríficos, na sede do município de Iranduba, incentivados pela política desenvolvimentista do Governo Federal para a região, houve a necessidade de ampliar a produção e demanda por peixe liso, para abastecimento de mercados fora do Amazonas, impulsionando a captura dessas espécies de bagres pelos moradores do Lago Janauacá. A maioria das espécies de bagre são migradoras e sua captura ocorre no rio principal. Uma ou outra dessas espécies, como o surubim e a dourada entram nos lagos naturais da Amazônia no período de águas altas.

A exceção como acontece no Lago Janauacá é a espécie Mapará, que durante o período enchente/cheia e início da vazante, ou seja, entre os meses de março a julho, entram em cardumes neste espaço aquático, quando ocorre sua maior produção. Esta grande quantidade de maparás, aliada a uma demanda crescente, motivou a partir do início da década de 1990 toda uma rede de comercialização desta espécie de peixe liso/couro. Neste período, a captura é realizada pelos pescadores ribeirinhos, os quais na sua maioria possuem seus próprios utensílios/equipamentos (rede malhadeira³⁴, canoas, motor rabeta etc.), não necessitando saírem do lago. Após a captura os peixes são negociados junto aos barcos de pesca, cujos proprietários, são na sua maioria moradores do Tilheiro. No auge da safra chegam a comprar de 50 a 100 toneladas/dia.

O pagamento do pescado capturado se dá por meio de moeda corrente, podendo ser efetuado no ato da venda ou semanalmente. Assim, o ciclo produtivo é completado em curto espaço de tempo, possibilitando a realização de uma venda rápida e segura, incentivado cada vez mais os moradores a se direcionar para a captura do mapará no período de safra no lago. Este processo comparado com a pesca itinerante é mais ágil e menos custoso para os pescadores e proprietários dos barcos. O pescador é o primeiro nesta cadeia produtiva, após capturar o pescado ele vende diretamente para os barcos geleiros não necessitando sair do lago para vender seu produto. Os barcos ganham porque não precisam armar sua tripulação para adquirir o pescado, quando completam sua capacidade de carga, vende para os frigoríficos que distribuem para os mercados local, nacional e internacional. Quando o período da safra termina (mês de julho), a necessidade de buscar outros lugares piscosos, faz com que os pescadores se tornem “embarcados”, ou seja, passam a trabalhar nos barcos de pesca, que saem do lago, tornando-se itinerantes.

Nestas novas e antigas relações conflituosas pela disputa territorial, ou seja, a produção agrícola e pesqueira inseridas nas relações de produção internas, delimitadas pelas

³⁴ Devido o mapará ser um peixe pelágico e preferir as lâminas d'águas intermediárias, diferente das outras espécies de bagres que preferem o fundo do rio, possibilita o uso da rede malhadeira no processo de captura.

comunidades no lago e das relações de produção a partir das demandas nacionais e internacionais, associada a compreensão das espacialidades e a percepção das interferências internas e externas na construção dessas territorialidades, nos levam a ver os confrontos muito além de um problema local, nos mostra as relações conflituosas das produções agrícolas e pesqueiras (internos) com as relações produtivas que são criadas a partir das políticas públicas ou da legislação ambiental nestas áreas (externos), muitas vezes desconexas da realidade natural, econômica e social destes espaços.

Estas influências ainda repercutem em vários conflitos entre pescadores e agricultores. No ano de 2008 novos conflitos foram registrados nos relatos dos moradores, agora resultantes da pesca do mapará. O Sr. Beca, morador do Tilheiro nos relatou que, em julho de 2010, invadiu a noite a comunidade do Caapiranga para pescar o mapará, mas foi pego pelos agricultores que tomaram seus utensílios e canoa com um rabeta³⁵ novo, tendo um prejuízo em torno de 3.500 reais. Ele nos relatou ainda que a fiscalização dos agricultores é organizada quando atacam os pescadores nas áreas proibidas para a pesca são sempre em grupo de 25 a 30 homens bem armados. Quando os pescadores são pegos na maioria das vezes perdem todos seus utensílios e fogem rapidamente, pois se não o fizerem podem morrer, haja vista que quando são pegos pelos agricultores, os mesmos vão logo atirando e confiscando os peixes e tudo o que estiver com o pescador.

É importante ressaltar que os agricultores além de tomar o pescado, destruírem os utensílios, quebrar as embarcações e agredir fisicamente os pescadores, se apropriam do pescado capturado e negociam junto aos frigoríficos. Quando acontecem estes eventos, ou seja, quando juntam certa quantidade de utensílios apreendidos, é praticada uma espécie de “ritual/festa” organizado pelos agricultores, regada a bebidas, onde fazem uma grande fogueira e queimam tudo, o que não é queimado é destruído pela força bruta com marretadas, caso das rabetas. Os conflitos atuais tinham como personagem principal o Sr. Chico Couro, morador do Igarapé Rio Branco que foi pivô dos últimos registro envolvendo pescadores e agricultores.

Com o falecimento do Sr. Chico Couro no início de 2013, os conflitos/confrontos continua latentes. Os agricultores ainda não elegeram novo líder. O Seguro Defeso influenciou esta trégua, pois muitos moradores, agricultores tradicionais, declararam-se pescadores para usufruir o pagamento feito pelo Governo Federal para aqueles pescadores que

³⁵ Motor movido a gasolina ou a diesel que varia de 3,5 a 10 rotações por segundo colocado na parte traseira das canoas, ou neste caso no centro da canoa, específico das embarcações dos moradores do Lago Janauacá.

possuem a Carteira Nacional de Pescador e que seja associado a uma colônia de pescadores ou sindicato.

Neste contexto, as relações são conflituosas porque os agricultores também pescam para venda e não apenas para o autoconsumo, fato comprovado na reunião onde começou a ser articulado o Acordo de Pesca do lago Janauacá, organizado pelo IBAMA, IPAAM e pelas prefeituras do Manaquiri e do Careiro juntamente com as colônias de pescadores, a CPT entre outros, onde a maioria dos ribeirinhos reunidos se autodeclararam pescadores, renegando sua classe de agricultor. Os pescadores profissionais cadastrados junto à associação/colônia de pescadores de Manaquiri e Iranduba, que tem mais da metade dos pescadores do lago cadastrado, se revoltaram com esta declaração dos agricultores. E ao mesmo tempo convergentes, pois permite manter sua estabilidade econômica ao auferir renda o ano inteiro. A questão do conflito da pesca, esta diretamente relacionada ao “conflito de interesses”, apresentando várias dimensões e características. (MOURÃO *et al*, 2010).

Situação que ocorreu e ainda ocorre nas áreas do lago, em que as populações sofrem pressões de várias partes, seja dos grandes proprietários de terras, do governo, da prefeitura, das frotas pesqueiras (que não respeitam os ciclos de reprodução dos peixes) aliada à pesca comercial predatória (arraste), criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do lago Janauacá (localidade Rio Branco), situada na área considerada dos agricultores, causando impactos sociais e ambientais na vida dos ribeirinhos, a ponto de em alguns casos, impedir essas populações do direito de exercer suas atividades habituais como agricultura, pesca e extrativismo, agravando a exclusão social das populações ribeirinhas.

O confronto/conflito é real e latente, podendo eclodir a qualquer momento, caso uma ação não seja tomada com a finalidade de “acalmar os ânimos” de ambos os lados. O Acordo de pesca poderia ser uma forma de controlar os atritos entre os atores envolvidos, desde que, ele realmente seja assinado, executado, fiscalizado e principalmente aceito pelos ribeirinhos que residem nestas localidades situadas no lago Janauacá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conhecer a história de Janauacá é possível perceber que a dinâmica existente tem base em sua formação territorial. Os migrantes nordestinos que habitaram suas margens mesclaram sua cultura com a cultura local, tornando este imenso complexo lacustre em um território diferenciado dos outros lagos amazônicos.

Sua base econômica sempre foi a de produção familiar. Inicialmente cultivaram a cana de açúcar, base da economia nordestina e que estes retirantes tão bem conheciam seu manejo. Produziram mel de cana e cachaça conseguindo mercado certo nas feiras e comércio de Manaus, nos primórdios do século.

Com o avanço das políticas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia, a inserção de motores rabetas e de energia elétrica no interior, permitindo que houvesse uma maior produção camponesa mediante a inserção de novas tecnologias e na ampliação do mercado consumidor com a criação da Zona franca de Manaus na década de 1960, aumentando a demanda por produtos agropastoril e pescado.

Os camponeses ribeirinhos do lago Janauacá perdem mercado para o mel e a cachaça que vem de outros Estados a preço mais competitivo e atraente o que faz com que os moradores do lago se reinventam enquanto camponês. Iniciam uma nova produção, desta vez voltada para a produção de farinha e os mais abastados na produção pesqueira, peixes de escama que era adquirido pelas fabricas do parque industrial de Manaus. A partir desta nova realidade começaram a surgir territorialidades distintas nas águas do Janauacá. No lago Janauacá existe localidades tradicionalmente voltadas para a pesca e outras onde a atividade principal esta baseada na agricultura e uma terceira que não entra em conflito, convive bem alternando a prática agrícola com a pesca.

Duas territorialidades se destacam, são bem definidas e marcam o espaço rural no interior deste imenso complexo lacustre. Uma voltada para a agricultura e a outra especializada em pesca, primeiramente de peixes de escama, hoje, de peixe liso da espécie mapará. Localidades, como a do Tilheiro, por exemplo, passa a ser reconhecida como “área” de pesca, na qual a prática agrícola é basicamente destinada para o autoconsumo e nas localidades do Rio Branco, Igarapé-Açú, Caapiranga e Italiano a agricultura aparece como atividade mais importante, direcionada, sobretudo para a comercialização de farinha, goma e tucupi, além de pequenos animais e algumas espécies de frutas, tem a pesca de peixes de

escama como complemento alimentar que atende as necessidades da família e eventualmente o excedente para a venda.

Várias comunidades situadas no entorno e literalmente dentro do lago foram visitadas ao longo desta pesquisa, mas cinco localidades se destacaram por estarem diretamente envolvidas no conflito de 1970, que perdura até os dias atuais. Entre os moradores dessas duas territorialidades (pesqueira e agrícola) firmou-se um acordo tácito para que não ocorresse invasão de ambas as partes. Este “Acordo de Cavalheiros” teve reconhecimento e respeito entre os moradores do lago. As territorialidades estabelecidas neste espaço perpassam os limites legais e a produção agrícola e de pesca entram em conflito não só pela dinâmica do lago, mas pelas relações de produção voltadas para o mercado da pesca, interferindo diretamente neste conflito que culturalmente já havia se estabelecido.

Esses fatores são relevantes quando relacionados ao modo de produção camponesa nesse lugar. A interferência de produtos industrializados na produção de fécula revela principalmente a capacidade que a produção familiar camponesa tem de diversificar a produção e se manter no mercado. Apesar de toda a capacidade de produção destes camponeses ainda falta por parte do Estado, o investimento e o planejamento necessário para essas populações continuem produzindo e vivendo de forma digna.

A expansão do capital e apropriação da produção camponesa no lago Janauacá tem reflexos que muitas vezes nos remetem a pensar na extinção do camponês e a sua ineficiência produtiva, mas se verifica que essa relação insere o caboclo ribeirinho neste mercado, pois ao mesmo tempo em que expropria também fortalece os camponeses pela sua diversidade produtiva que não está inserida na lógica capitalista, mas no trabalho familiar buscando melhorias para a unidade de produção camponesa.

Entende-se que no Lago Janauacá a dinâmica e as relações de produção são bem delimitadas como unidade territorial de agricultores e pescadores. Este espaço é subdividido pelas formas de uso e as relações de produção são o reflexo dos limites estabelecidos nas comunidades. As atividades de pesca neste lago ultrapassam os interesses dos moradores, podendo revelar as interferências externas quanto à produção e captura do pescado no local. As relações de cada forma de produção tanto na agricultura quanto no pescado são ao mesmo tempo conflituosas e convergentes, pois propiciam um equilíbrio de sustentabilidade interna do lago, possibilitando-os manter-se inseridos no mercado em qualquer período do ano.

As relações são conflituosas porque os agricultores também pescam para venda e não apenas para o autoconsumo, fato comprovado na reunião onde começou a ser articulado o

Acordo de Pesca do lago Janauacá, organizado pelo IBAMA, IPAAM e pelas prefeituras do Manaquiri e do Careiro juntamente com as colônias de pescadores, a CPT entre outros, onde a maioria dos ribeirinhos reunidos se autodeclararam pescadores, renegando sua condição de agricultor. Os pescadores profissionais cadastrados junto a alguma associação/colônia se revoltaram com esta declaração dos agricultores. As relações ao mesmo tempo são convergentes, pois permite manter sua estabilidade econômica ao auferir renda o ano inteiro. A questão do conflito da pesca, esta diretamente relacionada ao “conflito de interesses”, apresentando varias dimensões e características, causando impactos sociais e ambientais na vida dos ribeirinhos, a ponto de em alguns casos, impedir essas populações do direito de exercer suas atividades habituais como agricultura, pesca e extrativismo, agravando a exclusão social das populações ribeirinhas.

O confronto/conflito é real e latente, podendo eclodir a qualquer momento, caso uma ação não seja tomada com a finalidade de “acalmar os ânimos” de ambos os lados. O Acordo de pesca poderia ser uma forma de controlar os atritos entre os atores envolvidos, desde que, ele realmente seja implantado, executado, fiscalizado e principalmente aceito pelos ribeirinhos que residem nestas localidades situadas no lago Janauacá.

A pesca é uma realidade que marca as atividades desenvolvidas pelos grupos sociais na Amazônia desde o período anterior a colonização. A importância de seu desenvolvimento está relacionada ao aperfeiçoamento através dos pescadores-ribeirinhos que tem nesta atividade sua principal fonte de alimentação e renda. A partir das instalações dos frigoríficos em busca do pescado, em especial o mapará, a pesca e a comercialização dessa espécie aumentaram em grande proporção nessa região. Essa abertura do mercado para os peixes lisos gerados pelos frigoríficos em Iranduba trouxe uma reorganização na comunidade estudada.

Os ribeirinhos alegam que a atividade da pesca executada no lago Janauacá para a captura dos maparás é extremamente vantajosa do ponto de vista financeiro, comparando com a atividade da agricultura ou até mesmo da pesca dos peixes de escama, pois os ribeirinhos não entraram na atividade de pesca de peixe liso por causa de problemas ou diminuição das espécies de escama no lago e sim pela valorização que os maparás (peixe liso) têm no mercado internacional. Isso não significa que eles não pescam mais essas espécies de escama, muitas famílias estão nas duas atividades. Mas o tempo de dedicação à pesca dos peixes lisos, em especial o mapará é maior, por serem destinadas ao mercado externo.

O que será dos camponeses ribeirinhos do lago Janauacá, apenas o tempo irá dizer, mas uma coisa é certa, a capacidade de se recriarem frente ao capital é um fato, concreto, e

enquanto eles conseguirem manter esta característica, com certeza eles continuaram a ser camponeses na sua mais real concepção.

REFERÊNCIAS

ABAM - Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca. Processo de Fabricação. Disponível em: <<http://abam.com.br/menu.php3?id=produção.html>>.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABREU, Georgete Cabral de. Conflitos de uso da água nas atividades pesqueiras no baixo rio Solimões - Município de Manacapuru-Amazonas-Brasil. Artigo apresentado no “VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010”.

ADAMS, Cristina, Ed.; Murrieta, Rui, Ed.; Neves, Walter, Ed. Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAÚJO, A. P.; JORDY FILHO, S.; FONSECA, W. N. A vegetação da Amazônia brasileira. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO, 1., 1984, Belém. Anais... Belém: EMBRAPA-CPATU, 1986. 493p. p.135-152. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 36). [Links]

ARAÚJO, Nelcionei José de Souza. As tensões territoriais ribeirinhas na reserva extrativista médio Juruá (AM). Rio de Janeiro-RJ. Tese de Doutorado, 2007.

BARBANTI JR. O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.

BARTHEM, R.B; PETRERE Jr., M., RIBEIRO, M,C, L.D.B; MACGRATH, D.G; VIEIRA, IJ e BARÇOM.V. “A pesca na Amazônia: Problemas e perspectivas para o seu manejo”. Em Valladares – Pádua, C e Bodmer, R.E- (Eds). Manejo conservação de vida silvestre no Brasil. Rio de Janeiro, MTC/CNPq/ Sociedade civil Mamirauá, 1997, p. 173-185.

BATISTELLA, Alexandre Milaré *et al.* Conhecimento dos moradores da comunidade de Boas Novas, no Lago Janauacá – Amazonas, sobre os hábitos alimentares dos peixes da região. Acta Amazônica. N. 54, vol. 35(1) 2005; 51-54.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

Beltrão, O. & Beltrão, F. 1990. Realidade do Amazonas. Enciclopédia da Amazônia Brasileira. vol. I. Atlas. 392 pp.

BERNARDO, Rosimeire da Silva. Ribeirinhos e o movimento de preservação dos lagos. Trabalho de conclusão de curso. Manaus: 1996. p. 43.

Boletim de Pesquisa da CEDEAM. Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Edição: Volume: Vol. 5 / N. 8 Ano:1986. Editora Edua (Editora da Universidade Federal do Amazonas).

BORGES, Geisle Potiguara Vilaça Batista. A comercialização da goma de mandioca no Lago Janauacá. Manaus, 2002. Monografia para conclusão de curso.

BRANCO, Samuel Murgel. O desafio amazônico. São Paulo: Moderna, 1995

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. 2ª edição; São Paulo: Editora brasiliense, 1982.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, 8ªed. Ed. 34, 1997.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARDOSO, Schiavone Eduardo. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. São Paulo: USP, 2001. Tese, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2001.

CARGILL amplia uso Industrial da Mandioca. In: Gazeta Mercantil. São Paulo: 23/10/2001

Cartilha da Oficina de Capacitação de Colônias de Pescadores em Oriximiná, Nov/2003.

CARVALHO, F. M. 1980 a. Alimentação de Mapará (*Hypophthalmu sedentatus* Spix 1829) do Lago Castanho, Amazonas (Siluriformes, Hypophthalmidae). *Acta Amazônica*, 10(3):545-555. [[Links](#)]

CASTRO. A. M. G. de. *Cadeia Produtiva e Prospecção Tecnológica como Ferramentas para a Gestão da Competitividade*.

CASTRO, Mavignier de Síntese Histórica da Evolução de Manaus. Manaus Editora Humberto Calderaro, 1948.

CONCEIÇÃO, A. J. da. A Mandioca. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1981. 382 p.

CORMIER-SALEM, M. C. “Paysans-pêcheurs Du terroir e marins-pêcheurs Du parcours. Les géographes et l’ espace aquatique”. L’ espace Géographique, 1995, nº. 01, 46-59.

CRUZ, Manuel de J.M. & Nogueira, Ricardo J. B. A pesca dos embarcados em Manaus. In.: Rev. UA. Série: Ciências Humanas. v.4. n. 1-2, p. 143-154. jan./dez. 1994.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Pescando “fera” no baixo rio Solimões – Manacapuru (AM). In: A pesca na Amazônia Central. Manaus: EDUA, 2009.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *As territorialidades de pesca no Rio Solimões. A pesca na Amazônia Central - ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo.* Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Antônio Carlos Witkoski e Suzy Cristina Pedrosa da Silva (Org.). Manaus: Edua, 2009

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Rios e Lagos: a apropriação das águas pelos camponeses-ribeirinhos na Amazônia* In:Cultura Popular, Patrimônio Imaterial e Cidades. BRAGA, Gil Ivan Sérgio (Org.). Manaus: Edua, 2007.

CRUZ, Valter. Comunidades tradicionais, (re)configurações identitárias e lutas sociais por reconhecimento de territórios na Amazônia. ENANPUR, 2009.

CURTRIM, Leocy e BATISTA, Vandick da Silva. Determinação de idade e crescimento do mapará (*Hypophthalmus marginatus*) na Amazônia Central. Revista Acta Amazônia ISSN 0044 5977, vol. 35, nº1, Manaus, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Editora Ática, 1983.

EBS. Elétrica Bio Solar. Fábrica de Amido de Mandioca: Fecularia. Orçamento fornecido pela empresa, 2001.

EMBRAPA. Banco de Notícias. Pão Brasileiro será lançado na Paraíba. Disponível em: <<http://www.embrapa.br:8080/apli.../7feb5c8b3ed4e18f03256b82005cab82?opendocumen>>

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) Campesinato e territórios em disputas. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Revista NERA Presidente Prudente, ano 8, número 6, p. 14-34, janeiro/junho. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios In: SAQUET, Marco Aurélio e SPOSITO, Eliseu Sáverio (orgs). Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio. São Paulo: Positivo, 2004.

GUERRA, Antônio Teixeira. Novo dicionário geológico-geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HAESBAERT Rogério. O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

IDAM. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas. Relatório de acompanhamento mensal. 2007.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LEFF, Enrique. A Complexidade Ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, L. A. de S.; PESSOA, P. P. F. Estudos de cadeias produtivas como subsídios a MALDI, Denise. “A questão da territorialidade na etnologia brasileira”. In: Sociedade e Cultura. Revista do departamento de Ciências Sociais – vol. 1, n. 1 (jan/jun). Goiânia: UFG, 1998.

MATERIAL biodegradável pode substituir isopor, aponta CERAT. Jornal Nippo-Brasil. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/2.edicao/3/mercado1.shtml>>.

McGRATH, David G. *et al.* Varzeiros, geleiros, e o manejo dos recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. In: Cadernos do NAEA, nº. 11, novembro, 1993. p. 102.

MEGGERS, B. Amazônia: a ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MELO, Alex Fiúza. A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA, 1985. p. 42.

MOURA, M. M. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.

MOURÃO, Maria Helena; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da; OLIVEIRA, Ercivan Gomes de. A guerra do peixe: territorialidades em conflitos – Lago anauacá - AM. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária – UFF – RJ, 29 de outubro a 02 de novembro de 2009.

MOURÃO, Maria Helena; OLIVEIRA, Ercivan Gomes de. Considerações preliminares sobre a produção camponesa no lago do Janauacá. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – USP – SP, 02 a 07 de fevereiro de 2009.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: abril de 2010. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

NOGUEIRA, Ricardo J. B. Amazonas: estado ribeirinho. Manaus. EDUA, 1999. P.157.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: as transformações recentes. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo capitalista de produção na agricultura. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: XII Encontro Nacional do MST, em São Miguel do Iguaçu, Paraná de 19 a 24 de janeiro de 2004.

ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

PÁDUA, J. A. “Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil no contexto planetário”. Caderno de debate do projeto Brasil sustentável e democrático, nº 6. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: UNESP, 2006.

PEREIRA, Clóvis Farias et.al. Territorialidades Específicas e Formas de Apropriação dos Territórios Aquáticos no Baixo Solimões. In: A pesca na Amazônia Central. Manaus: EDUA, 2009.

PEREIRA, H. S. Iniciativas de cogestão dos recursos naturais de várzea. Documentos técnicos. Pro-Várzea. Manaus: IBAMA, 2004.

PROVÁRZEA, Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, IBAMA, Iniciativas de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades da Várzea do Rio Amazonas/Solimões. Folder, 2004, 10 p.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAPOZO, Pedro. *et.al.* Pescadores e territórios sociais no mundo do trabalho da pesca na Costa do Pesqueiro II, baixo Rio Solimões – Manacapuru (AM). In: A pesca na Amazônia Central. Manaus: EDUA, 2009.

RUFFINO, Mauro Luis. *Gestão do uso dos Recursos Pesqueiros na Amazônia*. Manaus: IBAMA, 2005.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, G. M. e OLIVEIRA JR., b. “A pesca no reservatório da hidrelétrica de Balbina (Amazonas, Brasil)”. *Acta Amazônica*, 29 (1) 1999, p. 145-163.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SANTOS, Milton *O dinheiro e o território*. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. (orgs.) *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. Marcos Aurélio Saquet São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.260p.

SEBRAE/AM. Diagnóstico socioeconômico e cadastro empresarial do Careiro/Castanho. Manaus: SEBRAE, 1996.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Cultura - Mandioca. Janeiro 2002. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.go.br/mandioc1.htm>>.

SIOLI, H.; Klinge, H. 1962. Solos, típicos de vegetação e águas na Amazônia. *Amazoniana*, 1:27-41. [[Links](#)]

SILVA, Christian Nunes da. O conceito de território nos estudos sobre pesca. In; Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e território/ Giovane Mota...[et al]. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

SILVA, Crisanto Damião da. A pesca sob o modo capitalista de produção em Manacapuru – Am. Relatório de PIBIC. Manaus, 2006.

SMITH, Nigel J. H. *A pesca no rio Amazonas*. Manaus: CNPQ/INPA, 1979.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. Janauacá, conflitos e territorialidades nas águas. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

Souza, Antonio Carlos Batista de. Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM / Antonio Carlos Batista de Souza. - Manaus: UFAM, 2010.

SOUZA, Luiz Antônio Nascimento. Proposta de reforma aquática do movimento dos ribeirinhos no Amazonas em face às modificações das práticas pesqueiras. Dissertação de Mestrado – UFV, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa. O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1977.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Potencialidades do Estado do Amazonas, Manaus: Instituto Superior de Assuntos Econômicos / Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Promoção de Investimentos da SUFRAMA, Governo do Estado do Amazonas. 2001. 120 p.

SUMIZAWA, Shigueaki. Setor Mandioqueiro se reúne no Paraná para ampliar mercado de exportação. In: Jornal Nippo - Brasil. São Paulo: 02/2002.

THIOLLENT, Michel. 1947. Metodologia da pesquisa-ação. 13ª edição, São Paulo: Cortez, 2004.